

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

GABRIELA FERNANDES FELICIANO MURUA

**Subimperialismo: entrada dependente da economia periférica
à fase imperialista do capitalismo.**

**GUARULHOS - SP
MARÇO 2014.**

GABRIELA FERNANDES FELICIANO MURUA

**Subimperialismo: entrada dependente da economia periférica
à fase imperialista do capitalismo.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientação: Prof. Dr. Javier Amadeo

**GUARULHOS- SP
FEVEREIRO 2014**

Murua, Gabriela Fernandes Feliciano.

Subimperialismo: entrada dependente da economia periférica à fase imperialista do capitalismo / Gabriela Fernandes Feliciano Murua. – 2014. 148f.

Dissertação de conclusão de curso (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2014.

Orientação: Prof. Dr. Javier Amadeo.

1. Subimperialismo. 2. Imperialismo. 3. Dependência. I. Prof. Dr. Javier Amadeo. II. Subimperialismo: entrada dependente da economia periférica à fase imperialista do capitalismo.

GABRIELA FERNANDES FELICIANO MURUA

**SUBIMPERIALISMO: ENTRADA DEPENDENTE DA ECONOMIA
PERIFÉRICA À FASE IMPERIALISTA DO CAPITALISMO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Javier Amadeo

Aprovação: 15/03/2014

Prof. Dr. Javier Amadeo (Orientador).
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce (Titular).
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Marisa Silva Amaral (Titular).
Universidade Federal de Uberlândia.

Prof^o. Dr^o. Rúrion Soares Melo (Suplente)
Universidade de São Paulo.

Dedico esta dissertação a todos os latino-americanos superexplorados pela burguesia subimperialista brasileira e pela burguesia imperialista estadunidense.

AGRADECIMENTOS

Este momento de dar créditos àqueles que construíram junto comigo essa dissertação é peculiarmente estranho. A sensação de que tudo esta, por fim, acabando me alivia, porém, ao esforçar-me por recordar de todos que me auxiliaram, a vontade de voltar lá no início e construir, com os erros e acertos, tudo de novo é inevitável.

Dentre tantas pessoas, inicio agradecendo ao meu orientador, Javier Amadeo, sem dúvida o professor da EFLCH que refugiou a maior quantidade de estudantes rebeldes, dos quais, confesso, faço parte. Sou grata pela paciência, pela leitura sempre atenta, pelos conselhos e pelas conversas descontraídas, nas quais aprendi muito.

Agradeço também ao professor Mauro Rovai pela aula sempre instigante, à professora Andrea Barbosa sempre tão paciente e acolhedora, ao professor Henrique Amorim por me auxiliar na difícil e inacabada tarefa de entender o método do materialismo histórico. Finalmente, agradeço ao professor Rúrion Mello pelas contribuições decisivas em sua arguição na qualificação desta dissertação, sobretudo com relação ao método de exposição, que infelizmente fui incapaz de incorporá-lo, mas que levo como questão para os próximos trabalhos.

Faço um agradecimento especial a todos os funcionários da EFLCH: aos que se dedicaram aos meus almoços e jantares e ao meu pão de queijo da tarde, aos que tiraram meu xérox, aos que me emprestaram livros, aos que deixaram as salas, banheiros e todo o ambiente de convivência mais limpo e harmonioso e, finalmente, aos funcionários que se dedicaram à árdua e estressante tarefa da burocratização, em especial, aos queridos Douglas e Daniela.

Agradeço a CAPES por apoiar financeiramente esta dissertação, permitindo com isso que ela se concretizasse.

Agradeço também a todo o corpo editorial da Revista Pensata, a construção autônoma, descentralizada e coletiva, bem como as reflexões em conjunto, foram aprendizados que levo para a vida. Em especial, deixo meus agradecimentos aos fieis escudeiros Fernando, Michele e Cauê.

Pensando na curta estadia por São Paulo, não poderia me esquecer daqueles que seriam os melhores companheiros de moradia: Feto e Finha. Quantas histórias, quantos debates, quantos vinhos, quantas madrugadas, sou imensamente grata por poder, hoje, chamá-

los de amigos. E como não se lembrar daquela que viria a substituir o meu lugar nesta república, Andrea, pessoa determinante na reta final desta dissertação.

Retorno um pouco em minha trajetória acadêmica para agradecer aqueles com quem aprendi a buscar sempre um pensamento crítico e emancipatório: Geógia, Henrique, Silvinha e Tedéia. Agradeço a minha querida professora Angelita Matos Souza, nossas discordâncias só me fizeram crescer ainda mais. E, finalmente, um agradecimento mais que especial ao professor Carlos Toledo, sua sugestão para retornar aos clássicos marxistas do imperialismo foi decisiva para o rumo que tomou essa dissertação e para o caminho que traçarei daqui por diante, tanto academicamente quanto em minha luta política.

Pensando em minha caminhada pela difícil tarefa de compreender e dar voz aos autores da Teoria Marxista da Dependência, faço meus agradecimentos ao Grupo de Trabalho sobre Teoria Marxista da Dependência da SEP, seus seminários foram extremamente importantes para que eu amadurecesse intelectualmente e politicamente. Agradeço ao professor Mathias Luce, por participar da minha banca de defesa e por suas considerações sempre precisas; e aos membros que aceitaram participar do dossiê organizado pela Revista Pensata: Roberta Traspadini, Fernando Padro, Rodrigo Castelo, Carlos Eduardo Martins, Pedro Henrique Evangelista e Marisa Amaral.

A esta última pessoa cabe um agradeço mais que especial, por me incentivar e, ainda, me hospedar no primeiro seminário em Uberlândia, no qual não conhecia ninguém e muito provavelmente não teria ido por falta de grana. Sou grata também por me esclarecer dúvidas e por ter me proporcionado os melhores debates em torno da TMD e sua relação com o capital financeiro, e, finalmente, por ter aceitado participar da banca de qualificação e defesa desta dissertação, me proporcionando as melhores sugestões para seu andamento e para o que virá depois dela.

Sou imensamente grata aos amigos da música, sem eles essa dissertação não teria saído, definitivamente. Aos amigos do Pagode do Souza, que me ensinaram muito mais do que tocar pandeiro, aprendi que as contradições de classe também se expressão de maneira muito aguda no samba, sobretudo quando estamos na academia, onde até no samba a autoridade (conservadora) se impõe. Vida longa, também, aos pretos pagodeiros de 80 e 90! Sou grata, em igual medida, ao Samba das Minas, aonde aprendi que no samba também tem gênero definido e a opressão à mulher se faz nas letras, na roda, na troca de instrumentos; obrigada por me fazerem questionar pressupostos consolidados em minha mente, obrigada por

me tornarem mais mulher, obrigada pelo Axé! Vida longa à Dona Ivone Lara, Jovelina Perola Negra, Leci Brandão e Beth Carvalho!

Agradeço também aos velhos e novos amigos. Em especial registro aqui meu imenso agradecimento a Leandro RP e Thiago Peixe, com os quais desenvolvi uma série de debates sobre o imperialismo e também a Talita Pinotti, melhor amiga, “poia” querida, em quem confio incondicionalmente para corrigir e criticar meus textos.

Deixo para o final, não por ser menos importantes, mas por ser a sustentação de tudo que sou e de tudo o que essa dissertação tem de melhor: minha família. Agradeço aos meus tios e tias, avó e primas pelo amor incondicional a esta pessoa “rebelde” (“com causa”, assim espero,) e pelos momentos de diversão e carinho de sempre. Em especial, agradeço ao tio Lucio pelas comidas deliciosas, à tia Nana pelas discussões sobre educação e à minha irmã Verônica e minha prima Larissa por me ensinarem tantas coisas sobre o mundo de hoje. A tia Rita registro, aqui, um agradecimento especialíssimo, sou grata pela carne com quiabo, por organizar meu quarto e minha mesa e, por isso, minha vida, pelas conversas entre os estudos, enfim por fazer tudo por mim com um carinho sem igual.

Aos meus pais, sinceramente pouco tenho a dizer, pois quando se deve à vida, fica difícil encontrar palavras que consigam traduzir tamanha gratidão. Mas procurarei agradecer aqui pelas mais sublimes atitudes de vocês, que certamente eu não soube reconhecer no momento em que foram realizadas e das quais sentirem infinita saudade quando deixar o nosso lar. Pai, obrigada pelo sorvete que levava “para eu esfriar a cabeça” entre as tantas horas de estudo, pelo café para eu acordar, pelos beijos de boa noite, pelos debates mais acalorados e pelo entendimento sempre presente. Mãe obrigada pela comida, que você tanto se esforça por fazer, obrigada pelos filmes que grava sempre pensando em um dia assistir comigo, obrigada por aguentar minha imensa vontade de criticar tudo e a todos, obrigada por acreditar e, ainda, se orgulhar sempre das escolhas que faço, mesmo quando eu mesma nem sei se aquilo é certo.

Finalmente, agradeço ao meu companheiro de vida, Fernando, sua importância nesta dissertação excede a leitura crítica, a correção de gramática, as sugestões de leituras e as problematizações tão necessárias, sem seu apoio nos momentos de desespero, sua compreensão nos momentos de estresse e seu amor nos momentos de angústias estes escritos não teriam existido sequer por um minuto.

Soy... Soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano!
Soy el sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena
Una canasta con frijoles, soy Maradona contra Inglaterra
Anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta, es mi cordillera
Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina
Oye!

Tú no puedes comprar el viento
Tú no puedes comprar el sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores
Tengo los lagos, tengo los ríos
Tengo mis dientes pa' cuando me sonrío
La nieve que maquilla mis montañas
Tengo el sol que me seca y la lluvia que me baña
Un desierto embriagado con peyote
Un trago de pulque para cantar con los coyotes
Todo lo que necesito, tengo a mis pulmones respirando azul clarito
La altura que sofoca,
Soy las muelas de mi boca, mascando coca
El otoño con sus hojas desmayadas
Los versos escritos bajo la noche estrellada
Una viña repleta de uvas
Un cañaveral bajo el sol en Cuba
Soy el mar Caribe que vigila las casitas
Haciendo rituales de agua bendita
El viento que peina mi cabello
Soy, todos los santos que cuelgan de mi cuello
El jugo de mi lucha no es artificial

Porque el abono de mi tierra es natural
(...)
Trabajo bruto, pero con orgullo
Aquí se comparte, lo mío es tuyo
Este pueblo no se ahoga con marullo
Y se derrumba yo lo reconstruyo
Tampoco pestañeo cuando te miro
Para que te recuerde de mi apellido
La operación Condor invadiendo mi nido
Perdono pero nunca olvido

Vamos caminando
Aquí se respira lucha
Vamos caminando
Yo canto porque se escucha
Vamos dibujando el camino
Vamos caminando
Aquí estamos de pie
Que viva la américa!
No puedes comprar mi vida...
(Calle 13)

RESUMO

Nesta dissertação, buscaremos mostrar que a categoria subimperialismo, desenvolvida por Ruy Mauro Marini em meados dos anos de 1970, refere-se à entrada dependente de uma economia periférica à fase imperialista do capitalismo. Tratava-se para o autor do modo contraditório com que os processos de monopolização e de constituição do capital financeiro, características peculiares aos países centrais, apareceu na economia brasileira, sem, no entanto, que esta conseguisse atingir o patamar de país desenvolvido, pelo contrário, foram acentuados seus condicionantes estruturais de dependência, a saber, a superexploração da força de trabalho, a transferência de valor e a cisão entre a esfera alta e baixa do consumo. Para sustentarmos esta hipótese retomaremos elementos tanto da teoria marxistas do imperialismo como da teoria marxista da dependência, pois, acreditamos, que juntas formaram a base sob a qual a categoria, proposta por Marini, foi construída.

Palavras-chave: Subimperialismo. Imperialismo. Dependência.

ABSTRACT

This academic dissertation aims to demonstrate that the category subimperialism, developed by Ruy Mauro Marini in the middle of 1970, refers to the entry of a peripheral economy in to imperialist phase of capitalism. According to the author the contradictory manner of the monopolization process and also of consolidation of financial capital, central countries exclusively characteristics, manifested in Brazilian economy, without reach the level of a developed country, on the contrary, the process accentuated its structural factors of dependency, such as overexploitation of labor force, surplus value transfers and the high-low consumption sphere division. In order to sustain hypothesis, we revisited elements of Marxist Theory of Imperialism and of Marxist Theory of Dependence, because together these theories established the foundation of the category proposed and built by Marini.

Keywords: Subimperialism. Imperialism. Dependence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Plano de capítulos	21
2 IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO	24
2.1 A nova fase do capitalismo	25
2.2 Os monopólios capitalistas e o capital financeiro	33
2.3 Capital financeiro, Estado e luta de classes.	47
3 AS LEIS INERENTES AO CAPITALISMO DEPENDENTE FORMULADAS PELA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	60
3.1 Contexto histórico	62
3.2 Desenvolvimento e subdesenvolvimento.....	66
3.3 A acumulação de capital nas economias dependentes.....	70
3.3.1 Dos mecanismos de transferência de valor.	70
3.3.2 Da superexploração da força de trabalho	75
3.3.3 Do ciclo do capital na economia dependente e a cisão entre esfera alta e baixa do consumo	82
4 SUBIMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	92
4.1 Monopólio, capital financeiro, integração produtiva e Estado dependente.	97
4.1.1 A era dos grandes monopólios internacionais	97
4.1.2 Subimperialismo: monopólios e capital financeiro.....	103
4.2 O esquema de realização tripartite.	108
4.3 A política externa de cooperação antagônica	123
CONCLUSÃO.....	134
BIBLIOGRAFIA	140

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros anos do século XXI são marcados por um panorama de crescimento econômico generalizado, elevação dos preços internacionais das *commodities* e taxas de juros baixas, que garantiram novas oportunidades aos países periféricos¹.

No capitalismo brasileiro, para além do momento internacional favorável, temos a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência em 2003², momento em que se observa: políticas econômicas anticíclicas; participação significativa do capital internacional na economia nacional, sendo o Estado intermediário entre o capital privado interno e o estrangeiro; e a busca por estabilidade interna, ancorada na diminuição das taxas de desemprego, recuperação do salário mínimo e políticas sociais de transferência de renda às classes menos favorecidas (BOITO, 2012, p. 05; BUENO e SEABRA, 2012, p.02).

Salta aos olhos a participação ativa do governo petista no fortalecimento de grandes conglomerados empresariais sediados no país, em sua maioria sociedades anônimas de capital aberto. A participação expressiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é emblemática nesse sentido: seus desembolsos entre 2003 e 2009 aumentaram em R\$ 95 bilhões (ATTUCH, 2009) e, em 2012, o valor chegou aos 156 bilhões de reais, o que representou 19,5% de todo o investimento realizado no país naquele ano (SANTOS, 2013); destes 76% foram destinados, entre 2003 e 2009, às empresas de grande porte, e em 2011 e 2012 o valor foi respectivamente de 64% e 63% (BNDES, 2011 e 2012).

Observa-se, ainda, que o financiamento destas empresas está vinculado, em grande parte, ao fato de serem consideradas mais competitivas nacionalmente e, em razão disso, com maiores chances de sobreviver no mercado internacional. Isso se expressa, concomitantemente, na política externa do governo petista, na qual, a busca por maior projeção internacional e, principalmente, regional está atrelada, sobretudo, à exportação de

¹ Utilizaremos ao longo do texto uma série de terminologias para distinguir formações econômicas e sociais que se industrializaram completamente de formações que permaneceram como zonas agrícolas ou tiveram uma industrialização incompleta, serão elas: centro e periferia; desenvolvido e subdesenvolvido; e imperialista e dependente. Entretanto, nossa compreensão sobre essa relação se aproxima muito mais das categorias imperialismo e dependência, sendo dependência uma situação na qual algumas formações econômicas e sociais têm seu desenvolvimento condicionado pelo desenvolvimento de outras formações (as imperialistas), e, portanto, frente às quais estão subordinadas. Ainda que utilizemos diversas terminologias, estaremos sempre remetendo-nos a este entendimento.

² São até a atualidade mais de 10 anos de gestão petista: dois governos Lula (2003/2010) e a primeira administração da presidente Dilma Rousseff (2011/ atual).

capital sob a forma de sociedades por ações, que despontam como futuros *global players* em seus setores.

Para termos uma idéia, o Brasil, atualmente, é o terceiro país na lista de emergentes com 13 multinacionais capazes de desafiar globalmente as grandes multinacionais dos países centrais (FDC, 2012). Segundo a FUNDAÇÃO DOM CABRAL (FDC) 89 países do globo já possuem em seu parque produtivo alguma empresa (unidade própria ou franquia) brasileira. Ademais, 56,7% das empresas brasileiras tiveram sua primeira subsidiária na América do Sul e 73% delas ainda se concentram substancialmente na região (FDC, 2012).

Em conjunto com a política de crédito, na qual o BNDES tem sido o principal expoente, encontram-se as iniciativas do Ministério das Relações Exteriores: os tratados e acordos selados a fim de minimizar riscos políticos e regulatórios, o posicionamento brasileiro em conflitos regionais e mesmo no G-20, bem como os discursos de valorização das relações Sul-Sul indicam uma preocupação brasileira em manter uma relação harmoniosa com os países fronteiriços e com outros países ditos periféricos, e, ao mesmo tempo, a busca por uma estabilidade regional que favoreça as transnacionais de origem brasileira.

Esse panorama, exposto resumidamente, suscita uma clássica discussão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, ou seja, sobre a desigualdade entre as formações econômicas sociais do mundo, onde aparecem as que se industrializaram e aquelas que se especializaram em matérias-primas e fontes de energia; ao mesmo tempo, refere-se, também, a um debate em torno da possibilidade de alguns dos países subdesenvolvidos articularem-se e negociarem com as classes dominantes, interna e externa, para tentar construir um projeto que viabilize o desenvolvimento completo de suas forças produtivas e que, concomitantemente, subjuguem outras zonas periféricas.

Membros do próprio governo petista apresentam o processo de internacionalização econômica, que vem adquirindo força nesta gestão, como uma estratégia política de fortalecimento do capital nacional industrial e de projeção internacional. Sendo estes elementos determinantes no projeto de desenvolvimento nacional, como defende o atual presidente do BNDES, Luciano Coutinho:

Mercê do grande esforço histórico de industrialização no pós-guerra a matriz industrial brasileira, como sabemos, desenvolveu e revelou capacidade competitiva em muitas cadeias intensivas em recursos naturais, base agrícola e economias de escala. Por sorte, essas cadeias, produtoras de commodities e de pseudo-commodities, vêm desfrutando nos últimos anos de preços externos superfavoráveis (...) Cumpre ao BNDES, como já vem fazendo, apoiá-las firmemente para que possam capturar todas as oportunidades para aumentar participação no comércio

mundial (...) **Essa nova etapa do desenvolvimento brasileiro** exigirá criatividade e virtuosismo no campo da governança corporativa e excelência em matéria de gestão. Estou confiante de que caminharemos a passo firme e acelerado na direção da capacitação e do fortalecimento do nosso sistema empresarial (...).³

As falas da presidenta Dilma Rouseff caminham no mesmo sentido, dando sinais de que a exportação de capital sediado no país necessita ser incentivada e apoiada pelo Estado, pois a boa relação entre este e o capital privado permitiu o sucesso do desenvolvimento nos países centrais.

[É preciso] Uma relação íntima entre setor público e setor privado. Íntima no bom sentido, ou seja, uma relação de parceria, de cooperação, de apoio do governo às suas empresas, sejam privadas nacionais ou estrangeiras (...). Vamos entrar numa fase de internacionalização de parte das nossas grandes empresas e isso é um trunfo para o país. Todos os países que tiveram **desenvolvimento sólido** conseguiram estabelecer uma aliança, uma parceria (entre Estado e setor privado) para o que der e vier. Mas também não se quer inventar a roda. Você precisa ter o capitalista.⁴

Muitos autores brasileiros têm buscado compreender este novo fenômeno a partir de reflexões em torno do modo como Brasil insere-se na economia política internacional neste início de século. O Brasil com essa política econômica conseguirá adentrar ao *hall* de países desenvolvidos? O Brasil já caminha para essa conquista ou ainda permanece sob fortes laços dependentes? Quais são os avanços e limitações deste processo? São algumas das problematizações que estão sendo investigadas na atualidade.

Para Virgínia Fontes, uma das principais interprete desta conjuntura brasileira, entramos, há quase meio século, em uma nova fase do imperialismo, a qual ela denomina capital-imperialismo. O Brasil, nesta nova fase, integraria o grupo de países capital-imperialistas, porém de maneira subalterna, isto é, “como o último dos primeiros, em situação tensa e instável, depende de uma corrida alucinada de concentração de capitais que, a cada passo, escancara crises sociais dramáticas.” (FONTES, 2010, p. 359). Em sua obra, a autora pretende valorizar os aspectos nos quais o Brasil avança para uma projeção internacional adentrando, ainda que subalternamente, no grupo de países centrais, imperialistas ou, em suas palavras, capital-imperialista.

Outra autora que vem se dedicando a analisar esse processo é Angelita Matos Souza⁵. Na contramão das análises de Fontes, ela considera que tem ocorrido por parte de alguns autores uma supervalorização da política econômica brasileira. O país, para a autora, permanece sob fortes laços de dependência. Ademais, acredita que associar a expansão das

³ Discurso de Luciano Coutinho na posse da presidência do BNDES.

⁴ Entrevista com Dilma Rouseff quando ainda era ministra. Ver SAFATLE; ROMERO. Governo quer companhias fortes e globais, diz Dilma. **Valor Econômico**, 24 de setembro de 2007.

⁵ Há ainda outros autores que compartilham desta visão. São eles Berninger e Bugiato (2012); Campos (2010); Curado (2010); Senhoras e Vitte (2007).

empresas brasileiras na atualidade com práticas imperialistas refere-se a uma interpretação problemática da realidade como um todo, já que outros países latino-americanos têm realizado a mesma expansão, como é o caso do Chile, Argentina e México (SOUZA, 2013, p.149).

Mathias Seibel Luce (2007 e 2011) tem se preocupado em compreender este processo retomando as contribuições da teoria marxista da dependência (TMD), sobretudo as do autor Ruy Mauro Marini, por considerar que o modo como este autor compreendeu a economia política brasileira em 60 nos oferece subsídios para entender a atual conjuntura do país⁶.

Para o autor, a política econômica do governo petista expressa uma forma mais acentuada do que Marini denominou, em início de 70, como sendo práticas subimperialistas da peculiar formação economia e social⁷ brasileira. Luce defende que a internacionalização de multinacionais brasileiras intensivas em recursos naturais e a acentuação da exploração da força de trabalho, que este processo acarreta, são elementos da atualidade que já se apresentavam, sob outras formas, na obra de Marini (LUCE, 2010, p. 04)⁸.

A categoria subimperialismo foi desenvolvida por Marini para entender o momento eufórico no qual adentrava a economia brasileira nos anos da ditadura militar, sobretudo entre os anos de 1968 e 1973. Para o autor, tratava-se de observar as transformações no modo de acumulação e reprodução capitalista (que dariam forma à fase imperialista do capitalismo) e, ao mesmo tempo, compreendê-las a partir de seu impacto nesta economia periférica. Segundo Marini esse esforço tornava-se essencial para uma análise crítica, pois as condições periféricas

⁶ Outros autores vêm resgatando em seus estudos elementos significativos da teoria marxista da dependência para compreender a atualidade. Dentre eles estão: Adrian Sotelo Valencia (2005; 2009), Carlos Eduardo Martins (2009; 2011), Marcelo Dias Carcanholo (2009; 2013), Marisa Amaral (2006; 2012); Jaime Osório (2009; 2012); Roberta Traspadini (1998); Prado 2010 etc. Com destaque para Laura Beraldo Amaral (2012), que em sua dissertação de mestrado esforçou-se por reconstituir o conceito de subimperialismo a partir das considerações de Marini.

⁷ Buscaremos neste trabalho apresentar a compreensão das unidades estatais como sendo formações econômicas e sociais específicas. Acreditamos que a categoria é essencial, pois enfatiza a peculiaridade de cada formação em todos os âmbitos de uma vida social, de modo que toda e qualquer transformação no cenário internacional só poderá ser compreendida se analisada em congruência com as peculiaridades de cada Estado, uma vez que sua formação ressignifica as transformações de acordo com sua construção histórica. Nesse sentido, mesmo quando usarmos os termos “Países”, “Estado”, “Economia brasileira” “Brasil” “Estados Unidos” (ou qualquer derivado) estamos nos referindo a formações econômicas e sociais específicas.

⁸ Há outro debate em torno da atual política econômica brasileira que diz respeito ao financiamento e apoio do governo as grandes multinacionais sediadas no país. Trata-se, de modo geral, da correlação de forças políticas que esse processo possibilita entre certas classes dominantes e, destas, com as dominadas, bem como o papel do Estado neste movimento. Sob este ponto de vista, o professor Armando Boito, importante expoente deste debate, considera que a atuação do governo petista representa, em última instância, a constituição de um projeto político e econômico *neodesenvolvimentista*, que guarda relações com o desenvolvimentismo dos anos de 1930, porém sob as condições do capitalismo neoliberal. Para o autor, a camada dirigente desta *frente neodesenvolvimentista* é a grande burguesia interna, que se unifica em busca de proteção e intervenção estatal contra o capital estrangeiro. Da classe dominada, comporiam esta frente o operariado urbano, a baixa classe média e o campesinato, que viram suas condições de vida melhorar neste governo. Ainda que com contradições, estas classes, para o autor, tem agido conjuntamente, sobretudo, nos momentos críticos (BOITO, 2012, *passim*). Infelizmente, por insuficiência de tempo, não nos aprofundaremos nesta ótica específica do debate.

do Brasil estariam vinculadas, concomitantemente, ao modo desigual e dependente com que as relações internacionais se estruturaram e à forma como historicamente o país foi se constituindo social e economicamente.

Sendo assim, do ponto de vista das transformações no capitalismo mundial, Marini apontou para a insuficiência de distinguir os países do mundo apenas pela dualidade centro/periferia. Para ele, no pós-guerra, o que se observou foi uma complexificação das relações entre os países, que alterou o modo como a hierarquização das relações internacionais, até então, havia sido estabelecida. Emergiram novos elementos que só poderiam ser compreendidos se observadas às mudanças qualitativas que sofreu o modo de acumulação capitalista em finais do século XIX e suas manifestações em uma economia dependente.

Marini apoiou-se nas contribuições dos autores que comporiam o que se denominou teoria do imperialismo, dentre eles encontravam-se Nicolai Bukharin, Rudolf Hilferding e Vladimir Lênin. Para estes autores, em especial, as transformações observadas no capitalismo em finais do século XIX representavam alterações qualitativas no modo como se acumulava capital. Dentre as principais mudanças estavam: o processo de concentração e centralização do capital, que se desdobrou na constituição e expansão de monopólios; a expansão do sistema de crédito; e o surgimento das sociedades anônimas e da bolsa de valores. Para eles, estas modificações representavam a emergência de uma nova fase – a imperialista–, caracterizada pela constituição de uma nova classe social, a oligarquia financeira, síntese, sobretudo, das classes dominantes industriais e bancárias, e por isso, mais forte e superior, que as classes dominantes anteriores.

Para a análise de Marini, as transformações observadas por estes autores sobre a fase imperialista possuíam importância específica, pois, em conjunto, elas proporcionavam uma quantidade exorbitante de capital, que possibilitou o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, observada com grande nitidez no pós-guerra. Nesse momento ocorreu uma intensificação – liderada pelos Estados Unidos – da integração do mercado mundial, não mais pela troca de mercadorias, mas, em um nível mais elevado, por meio da produção, o que permitiu o desenvolvimento de pólos industriais incompletos em países subdesenvolvidos - cada qual com suas especificidades - e com isso a formação de subcentros econômicos de acumulação (MARINI, 1974, p. 63).

A problematização apresentada por Marini frente ao avanço do imperialismo referiu-se exatamente a esta complexificação das relações entre os países, que, ao se apresentar mais

nitidamente, escancarava a limitação de um entendimento sobre a desigualdade na economia mundial baseada na dualidade entre países centrais e periféricos, pois a realidade histórica apontava para a possibilidade de em alguns países coexistirem elementos destes dois extremos.

Marini preocupou-se, assim, não somente em entender a nova fase do imperialismo, mas, sobretudo, em ressignificar as contribuições destes autores marxistas do imperialismo para um período histórico posterior ao analisado por eles, onde a integração produtiva adquiriu maior relevância. Além do mais, comprometido em apontar as contradições e especificidades do capitalismo nas formações sociais e econômicas latino-americanas, atentou-se para o fato de que essa forma mais complexa de integração não apenas implicava em um ciclo peculiar de acumulação em todas estas formações dependentes como, também, possibilitava que algumas delas adentrassem, ainda que de modo dependente, à fase dos monopólios e do capital financeiro, isto é, que desenvolvessem internamente as condições para a formação destes dois elementos do imperialismo.

No que se refere ao impacto da formação econômica e social brasileira, Marini destacou a participação ativa do capital financeiro internacional na indústria brasileira, acelerando consideravelmente seu desenvolvimento, impulsionando a concentração e centralização do capital, que formariam os grandes monopólios internos, além de propiciar a expansão do capital financeiro no país. Contudo, observou, também, que o desenvolvimento industrial, liderado pelo capital financeiro internacional, não representava a ascensão do Brasil ao restrito grupo de países desenvolvidos, uma vez que as transferências de valor não só permaneciam como se acentuavam drasticamente. Isso forçou a agudização da superexploração da força de trabalho, como forma de compensação às grandes transferências destinadas a remuneração do capital estrangeiro. Esse movimento degradava consideravelmente as condições de vida da classe trabalhadora interna, o que restringia ainda mais seu consumo, gerando graves problemas de realização na economia brasileira.

Deste modo, a categoria subimperialismo se propunha explicar as contradições daquele momento expansivo brasileiro, dando destaque à participação estrangeira na produção brasileira, que, por um lado, era quem possibilitava o desenvolvimento das forças produtivas internas e, por outro, era quem controlava e ditava o ritmo e a intensidade da acumulação brasileira, o que significava a permanência e agudização da dependência brasileira. Em última instância, Marini apontava para o fato de que a expansão da economia brasileira e sua projeção internacional, observadas em meados de 60 e 70, não representavam o seu progresso

como país desenvolvido, mas deveriam ser compreendidas como sendo sua capacidade de rebater as limitações da superexploração da força de trabalho, dentro dos marcos da dependência.

O que nosso autor evidenciava era a dificuldade de romper com as amarras da dependência em um momento em que o capital estrangeiro adentrava e controlava o que há de mais desenvolvido na economia brasileira. Deste modo, a única possibilidade, em meados de 60, ao país, dentro dos marcos do capitalismo, consistia na associação subordinada ao imperialismo. Marini destacou os ganhos dessa associação: como a consolidação da economia brasileira como subcentro de acumulação, destacando-se frente à maioria dos países fronteiriços, sua capacidade de contrarrestar a queda do lucro, devido o estrangulamento interno, e, também, a projeção como líder regional na América do Sul, controlado fontes fronteiriças de matérias-primas e energia.

Partimos do pressuposto de que esses elementos referiam-se, para o autor, à emergência da economia brasileira ao patamar de economia subimperialista, a saber, significava para Marini a entrada de uma economia periférica à fase imperialista do capitalismo.

Porém, sem deixar se enganar pela fase de expansão da economia brasileira, Marini nos mostrava, e essa foi uma de suas grandes contribuições, que a associação ao imperialismo representava primeiramente a desnacionalização da produção industrial brasileira e, portanto, o fim de qualquer possibilidade de autonomia e controle de suas forças produtivas internas, ou seja, de qualquer viabilidade de avançar ao seleto *hall* de países desenvolvidos, além disso, tratava-se da agudização das contradições internas, isto é, ampliava-se a superexploração da força de trabalho, e com isso, o estrangulamento do mercado interno, o que tornava a economia cada vez mais vulnerável as oscilações do capital financeiro internacional. A isso acreditamos que alude o prefixo “sub” presente na categoria proposta por Marini, não sendo, assim, apenas uma limitação momentânea, mas o avanço de uma formação econômica e social periférica à fase imperialista sem romper, e intensificando, suas contradições intrínsecas.

Na atualidade, a monopolização e internacionalização de setores estratégicos sediados no país, a liderança regional e as condições políticas e econômicas favoráveis retomam com força o debate da possibilidade de desenvolvimento brasileiro, ou seja, da expectativa de ascensão do país ao núcleo de países centrais. Marini, então, torna-se um autor importante para problematizar essa possibilidade, uma vez que suas análises já apontavam, há mais de 40 anos, para contradições em torno do avanço das forças produtivas brasileiras.

Se partirmos da categoria subimperialismo como sendo a presença de características peculiares aos países desenvolvidos nos países periféricos, sem que isso signifique o fim de sua dependência, ou seja, pela entrada do país, de maneira dependente, à fase superior do capitalismo, então, o avanço das sociedades anônimas ao exterior e a projeção internacional brasileira, observados na atualidade, poderiam representar apenas manifestações presentes em um subcentro hegemônico de acumulação, que não necessariamente significariam a entrada do país ao desenvolvimento e controle completo de suas forças produtivas. Seguindo as pistas de Marini estas manifestações brasileiras precisariam ser analisadas a partir da participação estrangeira na monopolização industrial brasileira, da estrutura financeira do país e, finalmente, de seus impactos na superexploração da força de trabalho e nos problemas de estrangulamento do mercado interno.

Dessa maneira, muito mais que pressuposto, o resgate das teorias marxistas do imperialismo e da dependência consiste na construção da base sob a qual se assentou a própria categoria subimperialismo. Entendê-la significa compreender o modo como a internalização do capital estrangeiro na esfera produtiva dependente impacta em uma nova dinâmica de acumulação de capital que, ao invés de amenizar, acentua as contradições inerentes a um país dependente.

Além disso, acreditamos que a escolha de Marini pela categoria subimperialismo não consistiu apenas no intuito de apontar para a integração (contraditória) de elementos presentes no centro e na periferia em uma mesma formação econômica e social, tratava-se de resgatar também a força política da categoria imperialismo, tal qual foi o intuito de Lênin ao apresentar as consequências políticas das transformações da fase imperialista do capitalismo. Vinculado as propostas deste autor, Marini buscou denunciar a nova dinâmica de acumulação da economia brasileira, bem como suas contradições, a fim de escancarar as novas formas de exploração da classe operária latino-americana pelos capitalistas que se constituíam nesta formação econômica e social subimperialista.

Este aspecto também nos parece peculiarmente importante, uma vez que encontramos nesta categoria de Marini uma preocupação em analisar a forma contraditória como as manifestações da fase imperialista do capitalismo apresentam-se nas economias dependentes a partir dos conflitos e conciliações das classes dominantes (internas e estrangeira) e da estratégia de luta do proletariado. Não se trata, portanto, de uma análise meramente econômica, mas de uma análise política das transformações do ciclo de acumulação do capital nas economias dependentes.

Nesta dissertação pretendemos percorrer os caminhos realizados por Marini para construir a categoria subimperialismo, isso porque partimos do pressuposto mais geral⁹ de que a atualidade desta categoria não se encontra apenas em demonstrar sua validade ou não, mas, principalmente no modo como ela é desenvolvida. Recorrendo ao método materialista histórico, Marini analisa as particularidades do capitalismo dependente, buscando encontrar ali os elementos que expliquem os condicionantes da dependência, assim como as possibilidades, ainda que limitadas, que algumas destas economias possuíram de tornarem-se elos intermediários das relações centro-periferia. “(...) é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que ilumina sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram nesse resultado” (MARINI, 1973a, p. 138-139).

O simples regressar da categoria subimperialismo em um momento histórico distinto ao que do foi construída justifica o esforço de reconstituí-la, bem como retornar às bases teóricas que a estruturaram, enquanto pensadas e descritas em um espaço temporal específico. Muito mais que reproduzi-la, preocupamo-nos em identificar o modo como tais contribuições podem produzir efeito e influenciar o presente.

1.1 Plano de capítulos

Esta dissertação está organizada em três capítulos, mais introdução e conclusão. No primeiro capítulos trabalharemos com as contribuições de três autores principais da teoria marxista do imperialismo – Lênin, Hilferding e Bukharin – acerca das transformações do capitalismo no final do século XIX início do XX que acarretariam na constituição do imperialismo enquanto fase do capitalismo. Daremos ênfase, portanto, nas análises desses autores frente às transformações que possibilitaram ao capitalismo avançar de uma fase de

⁹ Estamos cientes que, dada as limitações de tempo, não conseguiremos defender, nesta dissertação, a vigência desta categoria como forma de interpretação da realidade presente, entretanto, trata-se de um esforço que buscaremos realizar ao longo de um projeto de pesquisa, no qual a dissertação é apenas uma parte, porém, extremamente importante para atingirmos futuramente este anseio.

livre concorrência para uma fase imperialista. São elas: o processo de concentração e centralização que culminou na formação de monopólios; a consolidação de um sistema de crédito que estreitou as relações entre os setores; e a constituição das Sociedades Anônimas e das bolsas de valores que permitiram a socialização da produção e do capital. Ademais, serão realizadas algumas considerações em torno do papel do Estado no imperialismo e também da complexificação da luta de classes com a emergência de uma nova classe social – a oligarquia financeira. Acreditamos serem esses pontos importantes para a confrontação com o papel do Estado subimperialista e os conflitos de classe ali presentes.

No segundo capítulo, desenvolveremos as principais contribuições da teoria marxista da dependência (TDM), os principais autores a serem abordados serão o próprio Ruy Mauro Marini e, em menor grau, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Num primeiro momento realizaremos uma contextualização histórica acerca do período histórico que vivenciaram estes autores, o que observavam para chegarem as suas constatações, daremos ênfase em suas contribuições sobre o período das ditaduras militares na América Latina. Em seguida, apresentaremos a categoria "dependência" como característica intrínseca das relações entre centro e periferia e os principais condicionantes de uma economia dependente: os mecanismos de transferência de valor da periferia ao centro, a categoria superexploração da força de trabalho e o divórcio entre as esferas de produção e circulação destas economias, bem como a distensão entre esfera alta e baixa do consumo. Este resgate justifica-se, pois, são esses condicionantes que um país subimperialista busca, sem sucesso, romper para tornar-se um país desenvolvido.

No terceiro capítulo pretendemos nos ater na formulação do conceito de subimperialismo nos trabalhos de Marini. Serão aprofundadas três dimensões que nos parecem fundamentais para a formulação do conceito: a constituição de subcentros econômicos de acumulação mundial; a mobilização de esquemas de realização específicos; e a prática em nível nacional e internacional de uma cooperação antagônica. Pretendemos neste capítulo conseguir demonstrar como Marini apropriou-se de categorias propostas pelos autores marxistas do imperialismo para entender o modo como o Brasil, sobretudo, na década de 60, adentrava na fase imperialista do capitalismo, ao mesmo tempo em que as resignificou para um período histórico distinto e para uma formação econômica e social distinta das trabalhadas por estes teóricos, constatando um novo fenômeno no capitalismo contemporâneo - o subimperialismo - que complexifica as relações entre centro-periferia, acentua as

contradições internas no país, que assim se apresenta, e reafirma sua condição de dependência.

2 IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final (...). (MARX, 1859, 267).

Neste primeiro capítulo apresentaremos as principais contribuições de Nikolai Bukharin, Rudolf Hilferding e Vladimir Lênin sobre as transformações ocorridas no sistema capitalista no final do século XIX e início do XX¹⁰. Para eles, estas transformações iniciavam uma nova fase do capitalismo, na qual a constituição de monopólios foi a principal característica, pois permitiu a fusão das inúmeras formas do capital, dando origem a uma nova forma mais *abstracta e suprema*, o capital financeiro.

Vinculados à vertente teórica marxista, eles compreendem a sociedade capitalista enquanto uma sociedade na qual o capital determina o processo de produção e reprodução da vida material. Sua condição histórica de existência encontra-se no antagonismo das classes sociais, sem o qual seria impossível a continuidade do sistema.

O imperialismo, etapa superior do capitalismo, representaria a manifestação mais elevada das contradições do capitalismo em nível mundial. As políticas imperialistas, por sua vez, defenderiam os interesses mais arraigados da classe dominante vigente – a oligarquia financeira –, de modo a não estarem suscetíveis a meras alterações conjunturais de governo. Pelo contrário, tais políticas seriam reflexos de uma estrutura na qual a expropriação, por uma minoria, de uma grande massa da sociedade atingiu complexidade e paroxismo sem precedentes.

Compreender como Bukharin, Hilferding e Lênin apresentaram suas interpretações sobre essa fase do capitalismo (na qual o acentuado processo de monopolização do capital e sua expansão para todas as partes, ampliou consideravelmente a zona de conflito entre as grandes associações capitalistas e entre as grandes potências) é de extrema relevância para o presente trabalho, por dois motivos principais. O primeiro refere-se ao vínculo teórico, metodológico e político de Ruy Mauro Marini com estes intelectuais. Assim como eles, Marini é marxista e, por isso, parte de alguns pressupostos gerais. São alguns deles: o fato de a reprodução do capitalismo ocorrer por meio da exploração de uma classe por outra; a compreensão de que esta sociedade, baseada no acúmulo contínuo de capital e na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, precisa ser analisada por meio de uma determinação conceitual em diálogo com uma totalidade social e histórica, a saber, o método

¹⁰ No mesmo período outras obras importantes sobre o imperialismo foram escritas. Entre elas estão: Rosa Luxemburgo (1985), Karl Kautsky (1914a; 1914b) e John Atkinson Hobson (1987).

materialista histórico; e, finalmente, a certeza de que a superação dessa exploração só se efetiva mediante a superação do próprio sistema capitalista.

Além disso, se a teoria marxista da dependência, da qual Marini é o principal expoente, compromete-se a compreender as especificidades do capitalismo em formações econômicas e sociais dependentes, isto é, aquelas que, na economia internacional, tem seu desenvolvimento subordinado a outros países, então, nada mais óbvio do que preocupar-se com a forma como os países desenvolvidos definem e ditam o processo de acumulação do capital internacionalmente. Dessa Maneira, concordamos com Carcanholo quando o mesmo afirma que “a teoria marxista da dependência é claramente uma herdeira da teoria marxista do imperialismo.” (2013, p. 79).

Esses motivos explicam porque Marini, ao debruçar-se na análise do subimperialismo, retoma as categorias desenvolvidas por estes intelectuais, como capital financeiro, trustes capitalistas nacionais etc e incorpora suas considerações sobre os países dependentes. Porém, comprometido com a análise crítica, também ressignifica as categorias propostas por eles, a fim de compreender as metamorfoses do imperialismo no pós-guerra e seu impacto sobre os países periféricos.

Sendo assim, neste primeiro capítulo buscaremos reconstituir as principais contribuições destes autores. Em primeiro lugar buscaremos demonstrar a vigência de uma fase do capitalismo para os três autores; em seguida apresentaremos a construção lógica da categoria capital financeiro, percorrendo o processo de monopolização produtiva, a expansão do crédito, a constituição das sociedades anônimas e das bolsas de valores e a constituição de uma oligarquia financeira; para finalmente evidenciar o desenvolvimento histórico do capital financeiro, destacando a conformação desta nova classe burguesa e seus impactos na luta de classes, a constituição de um Estado forte, com tendências autoritárias internamente e posturas agressivas em sua política externa e, por fim, o impacto deste processo nas economias periféricas.

2.1 A nova fase do capitalismo

Nesta primeira seção nos esforçaremos por demonstrar que escolhemos estes três autores – Bukharin, Hilferding e Lênin – da teoria marxista do imperialismo por encontrarmos neles uma série de elementos comuns, que nos leva a compreender o início do século XX como sendo o início de uma outra fase do capitalismo. Entender o imperialismo como uma

fase do capitalismo é essencialmente importante para esta dissertação, pois defendemos que as transformações dessa fase do imperialismo possibilitaram a emergência do que Marini denominou como sendo subimperialismo. Ainda que haja algumas diferenças no modo como a categoria imperialismo é articulada por esses autores em suas principais obras, acreditamos que isso é secundário quando levado em consideração a totalidade do argumento de cada um deles.

A principal polêmica, nesse sentido, versaria sobre o fato de que Bukharin e Hilferding apresentaram em seus estudos uma compreensão do imperialismo como sendo a política do capital financeiro, enquanto que para Lênin o imperialismo representaria uma nova fase do capitalismo. Outros dois autores que participaram desse debate foram Rosa Luxemburgo¹¹ e Karl Kautsky que, sob óticas radicalmente distintas, não compreendiam o imperialismo como sendo necessariamente uma fase do capitalismo¹².

Para Lênin, o imperialismo representaria em seu sentido mais condensado a *fase monopolista do capitalismo*. Entretanto, considerando insuficientes definições muito concisas, ele acrescentaria cinco traços fundamentais a esta nova fase:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1917, p. 88).

Em Hilferding e Bukharin, a compreensão de imperialismo é exposta como sendo a política do capital financeiro, o que os aproximaria aparentemente da compreensão de Kautsky sobre o imperialismo como sendo a política **preferencial** do capital financeiro. Entretanto, nos esforçaremos por demonstrar que essa aproximação é falsa e perigosa, pois distorce a totalidade do argumento destes dois autores, nos quais é possível observar todos os aspectos sintetizados por Lênin para compreender as transformações do capitalismo contemporâneo.

¹¹ Não nos aprofundaremos sobre as contribuições de Rosa Luxemburgo acerca do imperialismo. A grandeza e complexidade de sua obra exigem um estudo aprofundado que foge do escopo desta dissertação, sobretudo, porque neste trabalho nos esforçaremos por demonstrar as características comuns entre os autores marxistas do imperialismo e seu aporte teórico diverge em muitos sentidos das interpretações que consideramos comuns aos três autores que escolhemos trabalhar nesta dissertação.

¹² Para um aprofundamento sobre esta distinção ver Corrêa (2011).

Para Kautsky, o imperialismo representaria uma política de expansão do capital que procederia a política do livre comércio. Esta nova forma de expansão seria explicada pela relação contraditória entre os países industriais e os países agrários, na qual o desenvolvimento industrial teria avançado a passos largos, exigindo das zonas agrárias o mesmo avanço, a fim de suprir o aumento da demanda de matérias-primas e meios de vida, (além de tornar-se um mercado consumidor aos produtos industrializados). Sendo assim, a conquista das zonas agrárias, a redução de seus trabalhadores a escravos, e o estabelecimento de uma dependência política nos países agrários seriam as políticas do imperialismo para impedir que estes países se desenvolvessem industrialmente, especializando-se na produção de matérias-primas e fontes de energia. Tal processo, para o autor, era condição necessária ao capitalismo e superada apenas com a supressão deste (1914a).

Outra face do capitalismo referir-se-ia, para Kautsky, à propagação do desenvolvimento industrial para outros países europeus e para os Estados Unidos, em meados do século XIX, o que ocasionou uma intensa disputa entre esses países para subjugar e controlar os países agrícolas, desdobrando-se em uma guerra mundial entre estas potências. Para o autor, essa outra face, no entanto, não seria permanente, e sim provisória, à medida que a guerra gerava altos custos e sua intensificação colocava em perigo a própria existência dos capitalistas. Além disso, o alto entrelaçamento dos capitalistas, sob a organização produtiva dos cartéis e trustes, promovia maior solidariedade entre eles. Dessa maneira, a tendência seria a constituição de uma nova política que não se configuraria mais sob o jugo da corrida armamentista e da ameaça a paz. A esse novo processo denominaria Kautsky de Ultra-imperialismo (1914b), uma outra política dentro dos marcos do capitalismo, na qual haveria uma *santa aliança dos imperialistas*, sob o comando dos grupos financeiros (1914b).

As contribuições de Hilferding e Bukharin, por sua vez, parecem destoar radicalmente desta interpretação proposta por Kautsky, primeiramente porque ao referirem-se à política do capital financeiro, trabalharam com ela como **condição necessária** de um novo período do capitalismo e a evidenciaram como parte de um processo que envolve outros elementos, inseparáveis desta política. Tais elementos são justamente aqueles apresentados na citação acima de Lênin.

Primeiramente, achamos válido ressaltar que todos estes autores escreveram suas obras no início do século XX, período em que a compartimentação das ciências humanas não havia atingido o nível que encontramos na atualidade. Deste modo, consideramos que haja

nestes autores um forte entrelaçamento entre economia e política e não uma separação tão estanque, tal qual observamos em nossos dias.

No que diz respeito especificamente a Bukharin, as alegações de que sua interpretação do imperialismo refere-se à política do capital financeiro parece não deixar dúvidas, sobretudo no capítulo IX¹³ do livro *A economia mundial e o imperialismo*, quando o próprio autor afirma, na primeira nota de rodapé, que seu livro irá tratar do “imperialismo interpretando-o, sobretudo, como a política do capital financeiro (...)” (BUKHARIN, 1916, p.103).

Contudo, se voltamos ao livro de Lênin, *O Imperialismo fase superior do capitalismo*, o autor crítica veementemente K. Kautsky por compreender o imperialismo como uma tendência a anexações de zonas agrárias, que seria a política preferida do capital financeiro. Nesse sentido, haveria, para Kautsky, outras formas de políticas também propostas pelo capital financeiro, como a política do livre comércio (que precedeu o imperialismo) e a política ultra-imperialista (compreendida como uma tendência política que se instauraria após a primeira grande guerra mundial). (LÊNIN, 2010, 89-92).

Não nos parece curioso que este mesmo autor que se dedica, no livro supracitado, a críticas ferrenhas às posições de Kautsky tenha sido o autor do prefácio do livro anteriormente mencionado de Bukharin? E alegue neste prefácio que:

O valor científico da obra de Bukharin reside, particularmente, em que examina os fatos essenciais da economia mundial no tocante ao imperialismo, considerado em seu conjunto como um estágio determinado do capitalismo, em seu mais alto nível de desenvolvimento. (LÊNIN *apud* BUKHARIN, *op. cit.*, p. 10).

No mesmo capítulo IX, Bukharin parece apresentar sua compreensão de política como sendo não apenas uma política governamental ou conjuntural, mas sim uma política da classe dominante que atua em determinado período histórico:

Qualquer política das classes dominantes (...) tem uma função claramente definida. Desenvolvendo-se no terreno de um modo de produção dado, ela serve de *instrumento para a reprodução simples e ampliada de determinado tipo de relações de produção*. A política dos senhores feudais consolida e desdobra as relações feudais de produção. A política do capital comercial amplia a esfera de dominação do capitalismo comercial. A política do capitalismo financeiro reproduz, em medida ampliada, a base de produção do capital financeiro. (BUKHARIN, 1984, p. 105, grifos no original.)

Já nestas considerações podemos observar que o autor separa dois momentos do capitalismo – um comercial e outro financeiro – e aponta para uma reprodução *em medida ampliada* deste último (considerando o anterior).

¹³ “O imperialismo, categoria histórica”.

Prosseguindo no mesmo texto, Bukharin (*op.cit.*, p. 106) frisa sua preocupação com relação a uma compreensão de imperialismo dada pela economia política burguesa, que estaria empenhada em apresentar o conceito como elemento generalizável a diversas épocas históricas, desde os impérios da antiguidade. Para ele, o motivo da generalização consiste na intenção de desmobilizar a classe operária, expondo as adversidades de outros momentos históricos como regras naturais. Para o autor, só é possível compreender teoricamente qualquer fase da história – e por isso também a do capitalismo – se identificada às especificidades que são inerentes aquela fase (BUKHARIN, *op. cit.*, p. 106).

E para Bukharin é o imperialismo, definido como a política do capital financeiro, e que tem como elemento intrínseco o potencial à conquista, a especificidade do capitalismo contemporâneo. Está subentendida também, ao falar de imperialismo, “as relações de produção que esta política de conquista reproduz” (*ibid.*, p. 107) e segue:

Na realidade, quando falamos de capital financeiro, entendemos por isso organismos econômicos altamente desenvolvidos e, em consequência, certa amplitude e certa intensidade de relações internacionais, e a existência de uma economia mundial desenvolvida. Supomos também certo nível de forças produtivas e de formas organizadas da vida econômica, além de determinadas relações de classe e, por conseguinte, certo futuro dos elementos econômicos etc. Inclusive a forma e o meio de luta, a organização do poder, a técnica militar etc. (...) a definição “política de rapina do capital financeiro” caracteriza o imperialismo como valor historicamente definido. (*ibid.* p. 107)

Nesse sentido, embora o autor caracterize o imperialismo como uma política, isto é, como uma tendência expansiva e intervencionista do capital financeiro, ele pressupõe todas as relações e características desta fase do capitalismo como sendo condição *sine qua non* para a compreensão do imperialismo e, por sua vez, compreende esta política como sendo a única condição possível de reprodução deste capitalismo. Sendo assim, o capital financeiro e imperialismo são elementos indissociáveis que representam a especificidade deste período histórico.

Para finalizar, o autor termina o mesmo capítulo ressaltando que embora tenha buscado demonstrar a particularidade da política imperialista, na época do capitalismo financeiro, como *fenômeno historicamente* delimitado, isso não quer dizer que ela tenha surgido por si só. “Na realidade, ela é a sequência histórica da época do capital industrial, da mesma forma que esta última representa a continuidade da fase comercial capitalista” (BUKHARIN, *ibid.* p. 107).

Dessa forma, por mais que o imperialismo tenha sido definido pelo autor como política do capital financeiro, consideramos que isso não altera significativamente a

compreensão do momento histórico estudado, uma vez que suas características centrais são apontadas e desenvolvidas como condições específicas **de um novo período do capitalismo**.

Quanto a Hilferding, a alegação de que sua interpretação do imperialismo consistiria em uma política do capital financeiro nos parece ainda mais frágil. Autor do livro *O capital financeiro*, considerado por Otto Bauer e Karl Kautsky um volume adicional *d'O Capital* de Karl Marx, é, sem dúvida alguma, o marxista que mais se aprofundou rigorosamente no desenvolvimento do conceito de capital financeiro e seu impacto *na mais recente fase do desenvolvimento do capitalismo* que por sinal em alemão é o subtítulo de seu livro¹⁴.

Não só influenciou as considerações de Bukharin¹⁵ acerca do tema, mas também Lênin. Lukács em seu livro *Lênin: um estudo sobre a unidade de pensamento* alega que a supracitada obra de Lênin tem “pouco de verdadeiramente novo, se observada como pura teoria econômica. Em muitos sentidos, ela se baseia em Hilferding (...)” (2012, p. 61). O próprio Lênin, sem abandonar as críticas ao *antigo marxista*, não nega a enorme contribuição que teve Hilferding em sua obra:

Em 1910, publicou-se em Viena a obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding *O Capital Financeiro (...)*. Apesar do erro do autor quanto à teoria do dinheiro e de certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo, a obra mencionada constitui uma análise teórica extremamente valiosa da “fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo” (tal é o subtítulo do livro de Hilferding). No fundo, o que se disse acerca do imperialismo durante estes últimos anos - sobretudo no imenso número de artigos publicados em jornais e revistas, assim como nas resoluções tomadas, por exemplo, nos Congressos de Chemnitz e de Basileia que se realizaram no Outono de 1912 - nunca saiu do círculo das idéias expostas, ou, melhor dizendo, resumidas, nos dois trabalhos [de Hilferding e Hobson] mencionados. (LÊNIN, *op.cit.*, p.15)

Todos os traços fundamentais, expostos no capítulo VII¹⁶ do livro *Imperialismo(...)* do Lênin, estavam – uns muito mais, outros um pouco menos – desenvolvidos no livro de Hilferding. Além de suas imbricações estarem mais bem desenvolvidas do que no próprio

¹⁴ “O Título desta obra foi traduzida apenas parcialmente para o português pela Editora Abril. Em alemão, o título completo é “*Das Finanzkapital: eine Studie über die jüngste Entwicklung des Kapitalismus*”. Em inglês este título foi traduzido como: “*Finance Capital: A Study of the Latest Phase of Capitalist Development*”. A tradução em inglês deste título pode levar à uma compreensão equivocada do seu significado, confundido o termo a fase mais recente (*jüngste* em alemão ou *latest* em inglês) com a fase última ou final. Esta observação é importante, visto as possíveis rotulações “fatalistas” da obra de Hilferding no que tange a sua leitura do momento histórico, apesar de suas severas críticas.” (PEREIRA, 2013b, p. 03).

¹⁵ “Ele [Bukharin] havia entrado em contato com a escola marxista austríaca durante sua estada em Viena, entre 1912 e 1914, e foi durante essa época que escreveu seu primeiro livro, um ataque à teoria econômica marginalista austríaca, *The Economic Theory of the Leisure Class*. Stephen Cohen, em seu estudo biográfico, *Bukharin and the Bolshevik Revolution*, observa que “o marxismo austríaco, particularmente *O Capital Financeiro* de Hilferding [...] teria uma influência duradoura sobre Bukharin”, e que, mesmo após 1917, quando os marxistas austríacos foram preteridos como “reformistas”, “Bukharin manteve uma relutante admiração por suas realizações teóricas”. (p. 21).” (BOTTOMORE *apud* HILFERDING, 1985, p. 9).

¹⁶ *Imperialismo - fase particular do capitalismo* (Lênin, 1917, p.87)

livro de Lênin, o que não desmerece em nada o texto deste último, apenas representa intenções distintas dos autores.

Ainda que no decorrer do texto fique mais nítida à aproximação entre eles, é válido adiantar que o processo de centralização e concentração, que promoveria a formação de monopólios, foi sistematicamente desenvolvido na terceira parte do livro de Hilferding, embora ele já viesse trabalhando com esse processo nas partes precedentes, sobretudo no capítulo VII¹⁷ em que ele define o conceito de sociedade anônima. A fusão entre capital bancário e industrial também foi incessantemente trabalhada nos capítulos XIV¹⁸ e XV¹⁹.

A predominância das exportações de capital como característica essencial deste novo período histórico pode ser encontrada no capítulo XXII²⁰ e sua correlação intrínseca com a alteração das políticas alfandegárias estatais (que se tornam regras no capitalismo monopolístico) pode ser encontrada no capítulo anterior²¹. Ambos os capítulos também anunciam a partilha conflituosa do mundo entre os capitalistas e as potências, que pode ser encontrada também no último capítulo do livro *O proletariado e o imperialismo*.

Neste último capítulo é onde encontramos mais vezes a afirmação do imperialismo enquanto política. E, assim como em Bukharin, há uma compreensão de política que não se refere, de forma alguma, a políticas conjunturais, que podem ser modificadas mesmo com a permanência da oligarquia financeira como classe dominante (opondo-se dessa forma a concepção de política de Kautsky), pelo contrário, há uma compreensão de política **necessária** do capital financeiro.

Esta, por sua vez, exige como pressuposição um capital financeiro que, ancorado na exportação de capital e em uma política protecionista de Estado, consiga expandir-se. Sendo a expansão a única forma de aumento dos lucros dos capitalistas e, por fim, da própria existência do capitalismo (HILFERDING, *op.cit.*, p. 342). Hilferding alertaria, ainda, ao proletariado:

(...) se o capital não pode desenvolver outra política que a imperialista então o proletariado não pode contrapor à imperialista uma política que foi a do tempo da hegemonia do capital industrial; não é próprio do proletariado opor à política capitalista mais avançada a política ultrapassada da era do livre-comércio e da hostilidade estatal. A resposta do proletariado a política econômica do capital

¹⁷ *A sociedade Anônima* (HILFERDING, 1910, p. 11).

¹⁸ *Os Monopólios Capitalistas e os Bancos: Transformação do capital em capital financeiro* (*ibid.*, p. 217)

¹⁹ *A Fixação dos Preços dos Monopólios Capitalistas e a Tendência Histórica do Capital Financeiro* (*ibid.*, p. 221).

²⁰ *A Exportação de Capital e a Luta pelo Território Econômico* (*ibid.*, p.293)

²¹ Capítulo XXI *A transformação na política comercial* (*ibid.*, p.283).

financeiro – o imperialismo - não pode ser o livre-comércio; só pode ser o socialismo. (*ibid.*, p. 343).

Vejam que imperialismo é uma *política econômica* que produz e reproduz a sociedade, esta regida pelo capital financeiro, não podendo ser combatida com ações que retornem a um estágio anterior – o do capital industrial – mas apenas com políticas socialistas, considerado pelo autor, o próximo estágio a ser alcançado na sociedade, por meio da luta do proletário. Então, a nosso entender, o autor está considerando o imperialismo também como uma fase histórica específica e que decorre da anterior, já que se refere ao modo como se reproduz um período histórico determinado.

Além disso, ao incitar a luta do proletariado, Hilferding afirma “[a] luta contra o imperialismo intensifica todos os antagonismos de classe no interior da sociedade burguesa” (*Ibid.*, p.344). Não nos parece que o autor esteja argumentando em torno do imperialismo como uma política específica passível de ser alterada, mas sim de uma fase superior do capitalismo, não em seu sentido terminal, mas no sentido de que se trata de um período no qual as leis gerais do capitalismo avançam, tornando essa fase mais complexa e contraditória, se comparada à anterior.

Argumentar em favor de uma interpretação do imperialismo enquanto parte de uma fase do capitalismo nestes dois autores não significa que estamos desvalorizando a grandiosa, e mais propagada, obra da teoria marxista do imperialismo – a de Lênin. Não nos restam dúvidas que este autor foi quem melhor sintetizou e destacou o imperialismo como fase superior do capitalismo. Como bem frisou Lukács:

A superioridade de Lênin consiste – e esta é uma proeza teórica sem igual – *em sua articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas do presente*, transformando a economia da nova fase num fio condutor para todas as ações concretas na conjuntura que se configurava então (LUKÁCS, *op.cit.*, p.61, grifos no original).

Por mais que a intenção de Lênin com *o Imperialismo (...)* tenha sido, como o próprio autor defende, apresentar, de forma sintética e *mais popular possível*, as imbricações econômicas do imperialismo, a originalidade do autor esta em **frisar** que o conjunto das características, também apresentadas por Bukharin e Hilferding, representava uma nova fase do capitalismo. Ou seja, que a expansão e conflito engendrados pelo capital financeiro faziam parte do modo como o capitalismo se reproduzia naquele período, que para ele aparecia como uma fase superior do mesmo, no sentido que as leis gerais do capitalismo avançavam levando a sua antítese:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se

transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. (LÊNIN, 1917, p. 87).

Além disso, como exporemos ao longo deste capítulo, suas críticas à Kautsky, sobretudo em torno da tendência a anexação generalizada de territórios, não apenas os agrícolas, bem como a possibilidade de desenvolvimento nos países agrários (coloniais ou não), são considerações importantes para refletirmos o surgimento de subcentros econômicos de acumulação.

Dito isso, quando apresentarmos o conceito de imperialismo nesta dissertação, independente de qual destes autores estejamos utilizando, estaremos pressupondo uma compreensão do processo enquanto uma fase específica do capitalismo, isso porque consideramos que, mesmo com a sutil divergência entre os autores, há um consenso entre eles sobre as principais transformações desta nova fase do capitalismo, a saber, a expansão dos monopólios e a constituição do capital financeiro.

2.2 Os monopólios capitalistas e o capital financeiro²²

Nosso intuito nesta seção será apresentar o modo como os processos de monopolização, sobretudo nos setores industrial e bancário, possibilitaram o surgimento de uma forma de capital superior, denominada por Hilferding capital financeiro. Esse processo é especialmente importante, pois nos permitirá compreender a magnitude desta nova forma de capital que irá expandir-se para os países periféricos. Não se trata de analisar a emergência dos monopólios e do capital financeiro apenas a partir da leitura de Marini, mas de percorrer o caminho que este autor percorreu para analisar o modo como a acumulação do capital se apresentava na fase do imperialismo e também a forma como as relações entre as formações econômicas e sociais centrais e periféricas se estabeleceram²³.

Trabalharemos, principalmente, com as considerações de Hilferding, pois foi ele quem desenvolveu a categoria capital financeiro pela primeira vez, em 1910, no já citado livro *O*

²² Este capítulo possui considerações já apresentadas no Colóquio Marx e Marxismo, ocorrido na Universidade Federal Fluminense em set.2013. Trabalho completo disponibilizado nos anais <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2013/Trabalhos/Amc131.pdf>>

²³ Acreditamos que este cuidado nos permitirá uma leitura crítica da obra de Marini. Não vamos tomar como verdade suas interpretações sobre o imperialismo, mas vamos questioná-las, levando, é claro, em consideração as especificidades do período histórico estudado pelo autor e a nossa capacidade de interpretação em um período histórico posterior, em que muito de suas suposições e dúvidas já se apresentam concretamente na atualidade.

capital financeiro: um estudo sobre o desenvolvimento mais recente do capitalismo. De lá aos dias de hoje a disseminação da categoria é um fato e sua utilização sem o retorno ao autor também. Muito desta propagação se deve ao processo de desregulamentação financeira, ocorrido no final do século XX, e à acentuada importância das bolsas de valores para o estabelecimento dos preços da esfera produtiva, que parece indicar, para alguns autores, ainda que isso se demonstre obscuro e confuso, uma repulsão entre a esfera produtiva e a esfera financeira²⁴.

Além disso, muitas das interpretações que aqui serão defendidas sobre a constituição do capital financeiro se diferenciam da compreensão mais propagada desta categoria²⁵, como sendo a relação de dominância do banco frente à indústria e/ou do capital bancário com relação ao capital industrial. Ademais, também problematizaremos as interpretações que defendem a categoria capital financeiro como relacionada a um momento histórico específico vivido na Alemanha, não podendo, por isso, ser generalizada.

Nossa interpretação aproxima-se, primeiramente, das considerações de um autor brasileiro chamado Nelson Prado Pinto, que propõe, na década 1990, a ampliação da categoria capital financeiro, tanto em seu sentido como para outros espaços e tempos, que não apenas o caso alemão em finais do século XIX. Ademais, nossa interpretação resulta de um trabalho coletivo com outros dois autores que estão retornando às contribuições de Hilferding para interpretar o capitalismo do século XXI. São eles, Leandro Pereira e Thiago Franco²⁶. Portanto, além de Bukharin, Lênin e Hilferding, utilizaremos, no decorrer das próximas duas seções, estes três comentadores.

É possível observar, nos três marxistas do imperialismo aqui trabalhados, que, para além das transformações conjunturais, há uma convergência frente às transformações estruturais que sofreu o capitalismo no final do século XIX. Estas se referem basicamente: a) a constituição de grandes empresas, com larga escala de produção e alto poder de diversificação dos investimentos; b) a expansão dos bancos, das sociedades anônimas e do sistema financeiro (com destaque ao papel das bolsas de valores) e sua forte relação com as

²⁴ Adiantamos que não nos aproximamos da leitura que defende uma repulsão entre esfera produtiva e financeira, ao contrário, acreditamos que ao analisarmos profundamente os desdobramentos históricos do capital financeiro é possível observar uma relação contraditória e intrínseca entre esfera produtiva e financeira. Buscaremos defender essa interpretação ao longo desta seção.

²⁵ A primeira seção do trabalho apresentado no Colóquio Marx e Marxismo, já citado na nota de rodapé 22, expõem os principais autores que no Brasil vem utilizando a categoria capital financeiro de Hilferding.

²⁶ Agradecemos imensamente estes dois autores: Pereira por suas contribuições em torno do modo como sistematizar a construção lógica do capital financeiro e Franco por nos auxiliar na compreensão da categoria do ponto de vista de seus desdobramentos históricos.

grandes empresas; c) a constituição do capital financeiro, como consequência dos dois movimentos anteriores; d) a preponderância das exportações de capitais como forma de expansão internacional; e) e, finalmente, as alterações nas relações do capital com o Estado e com as demais classes sociais, bem como as modificações político-ideológicas frente à concepção de Estado Nacional.

Tais transformações foram fundamentais para que a essência do capitalismo permanecesse intacta: a acumulação por meio da extorsão da mais-valia. Na presente seção trabalharemos, prioritariamente, com as três primeiras transformações, as outras duas serão desenvolvidas com mais detalhes no próximo item.

Para Hilferding, o capital financeiro decorre das próprias leis tendências da concorrência, que engendram processos de concentração e centralização do capital, já trabalhados por Marx no capítulo XXIII *d'O Capital – A lei geral da acumulação capitalista*.

Segundo Marx, o processo de acumulação de capital é condição do sistema especificamente capitalista, ao mesmo tempo em que este sistema, em movimento, acelera o processo de acumulação de capital (MARX, 1885, 728). Nesse sentido, o contínuo crescimento do capital social, ampliado a cada nova acumulação, realiza uma concentração cada vez maior dos meios de produção em posse dos capitalistas, que comandam um número cada vez maior de trabalhadores, além de ampliar expressivamente o número de capitalistas individuais nos diversos ramos industriais.

A acumulação e a concentração que a acompanha estão dispersas em muitos pontos, e, além disso, o aumento dos capitais em funcionamento é estorvado pela formação de novos e pela fragmentação de capitais existentes. Por isso, a acumulação aparece, de um lado, através da concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho e, de outro, através da repulsão recíproca de muitos capitalistas individuais. (MARX, 1885: 728 e 729).

A nova fase do capitalismo é consequência deste processo de acumulação de capital, que, com o acirramento da concorrência, realiza o processo de concentração e centralização²⁷ que, em seu grau elevado, forma monopólios (HILFERDING, *op.cit.*, Cap. XV; LÊNIN, *op.cit.*, Cap. I; BUKHARIN, *op.cit.*, Cap. X). Dessa forma, os monopólios representariam uma

²⁷ “Entendemos assim por concentração o crescimento do capital por meio da capitalização da mais-valia produzida por esse mesmo capital; e por centralização, a reunião de diversos capitais em um só. A concentração e a centralização percorrem várias fases de desenvolvimento que convém igualmente examinar. A propósito, constata-se que os dois processos – concentração e centralização – agem constantemente um sobre o outro. Uma forte concentração acelera a absorção das empresas mais fracas; e, inversamente, a centralização desenvolve a acumulação do capital individual e agrava, em consequência, o processo de concentração.” (BUKHARIN, *op.cit.*, p. 110).

lei geral e fundamental de acumulação de capital, conquanto haja particularidades em cada país.

Na esfera produtiva, os monopólios surgiram com a conformação de grandes empresas, que modificaram suas estruturas organizacionais e técnicas, possibilitando maior escala de produção e um poder de diversificação dos investimentos sem precedentes. Estas empresas surgiram em setores estratégicos do país – como os setores de energia elétrica, petroquímico, ferroviário e hidroviário e metalúrgico – e são, ao mesmo tempo, consequência do desenvolvimento produtivo (que eleva a concorrência a outro patamar) e dos estímulos estatais. Ambos dão condições para uma elevada complementaridade entre os setores e para uma centralização do poder econômico, viabilizando um maior controle da produção, dos preços e do padrão de consumo nacional, bem como a expansão da acumulação para além das fronteiras nacionais (PEREIRA, 2013a, p.68 e 69)²⁸.

Foram fundamentais para a consolidação dos monopólios industriais o desenvolvimento dos bancos e a constituição de um sistema de crédito. Ainda que o crédito não se restrinja a atividade bancária, esta tem um papel fundamental em seu desenvolvimento, pois a constituição do comércio de dinheiro, com funções técnicas, foi o que viabilizou a concentração e centralização do capital sob sua forma mais líquida. Além disso, estas funções, agregada a atividade de emprestar e tomar emprestado, garantiram aos bancos um papel de destaque na reprodução do capital em geral, intensificado, sobretudo, com a monopolização desta atividade.

Pereira aponta que Hilferding partiu das seguintes premissas para demonstrar a importância do crédito na economia capitalista: do processo de produção do capital,

²⁸ Lênin no *Imperialismo* (...) apresentou os seguintes dados sobre o processo de concentração na Alemanha e Estados Unidos: Na Alemanha, por exemplo, em cada 1000 empresas industriais, em 1882, 3 eram grandes empresas, quer dizer, empregavam mais de 50 operários assalariados; em 1895 eram 6, e 9 em 1907. De cada 100 operários correspondiam-lhes, respectivamente, 22, 30 e 37. Se considerarmos aquilo a que na Alemanha se chama indústria no sentido lato desta palavra, quer dizer, incluindo o comércio, as vias de comunicação, etc., obteremos o seguinte quadro: grandes empresas (...) 0,9 % [do total]. Nelas estão empregados (...) 39,4 % [dos operários]; (...) 75,3 % [dos cavalos-vapor]; (...) 77,2 % [da energia elétrica]. Menos da centésima parte das empresas tem mais de 3/4 da quantidade total da força motriz a vapor e elétrica! (...) [n]os Estados Unidos da América do Norte, o aumento da concentração da produção é ainda mais intenso. Em 1904, havia 1900 grandes empresas ((...) 0,9 % [do total]), com uma produção de um milhão de dólares e mais; estas empresas empregavam (...) 25,6 % [dos operários] (...), e o valor da produção ascendia a 5.600 milhões ((...) 38% [do total]). Cinco anos depois, em 1909, os números correspondentes eram: 3.060 empresas ((...)1,1% [do total]) com 2 milhões de operários ((...) 30,5% [do total]) e 9.000 milhões de produção anual ((...) 43,8% [do total]). Quase metade da produção global de todas as empresas do país nas mãos de uma centésima parte do total das empresas! E essas 3.000 empresas gigantescas abarcam 258 ramos da indústria. Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio (...) um dos fenômenos mais importantes da economia do capitalismo nos últimos tempos. (LÊNIN, 1917, p. 17 e 18).

esquemático por Marx (D-M²⁹ – P... – M'-D'), já em sua forma autonomizada (na qual em cada parte do ciclo há capitalistas específicos, portanto, capital-monetário, produtivo e mercantil), e, a partir deste, da relevância do capital-monetário no início e no final de cada ciclo de valorização bem como da ociosidade de parte do capital-monetário durante o processo de produção e circulação do capital industrial³⁰ (2013b, p. 8). Foi exatamente este capital ocioso, que centralizado pelos bancos, serviu como capital monetário ativo, a ser emprestado a outros capitalistas, sob a forma de crédito.

Este montante de dinheiro ocioso de toda a classe dominante, e também das subordinadas, foi confiado às instituições bancárias. Estas o transformaram em capital potencial³¹, disponibilizado como capital monetário aos capitalistas – industriais e comerciais (HILFERDING, *op.cit.*, p. 93). Dessa forma, os bancos abandonaram suas funções meramente intermediária do processo produtivo e passaram a ditar o movimento e a velocidade da acumulação.

Reunir as transações monetárias de todos os demais capitalistas, e com isso obter informações privilegiadas, permitiu aos bancos estreitarem as relações entre seus clientes, seja para facilitar suas compensações seja para aproximá-los em novas atividades lucrativas. Além disso, os próprios bancos, ao realizarem atividades de empréstimos e negociação de créditos³², investiram em outros setores em busca de valorização futura de seus rendimentos.

Os bancos foram, assim, se desenvolvendo por meio da concentração das atividades de liquidação e compensação³³, além disso, a detenção de todo o capital ocioso, possibilitou as instituições financeiras aglutinar grandes quantidades de crédito de capital, que foram disponibilizados para a constituição das grandes empresas. Porém, na medida em que os créditos de capital foram se expandindo para diversas grandes empresas, os bancos passaram

²⁹ D-M, no qual M refere-se aos meios de produção e força de trabalho que serão adquiridos para o processo de produção.

³⁰ “ (...) seja em função do período de realização da mercadoria produzida, seja em função do adiamento do pagamento dos salários para o final de um ciclo produtivo, seja, principalmente, pelo “entesouramento” do capital monetário feito pelos capitalistas como forma de contraposição à depreciação das máquinas e equipamentos, representantes do capital fixo (...)” (PEREIRA, 2013b, p. 08)

³¹ O capital bancário consiste basicamente na junção entre o capital comercial de dinheiro (desenvolvendo prioritariamente o crédito circulante) e o capital portador de juros (desenvolve o crédito de capital).

³² Os banqueiros não apenas concentram em suas mãos os fundos de reservas e lucros de toda a sociedade como são os intermediários entre todos os emprestadores e todos os tomadores de empréstimos. São os capitalistas do dinheiro que transferem ao banco, sob um determinado juro, o direito de emprestá-lo e ao banco torna-se lucrativo tomar emprestado a juros mais baixos do que aquele a que empresta (MARX, *op.cit.*, p. 515).

³³ Um exemplo que elucida esse processo é o caso alemão, no qual “o total de letras de câmbio em circulação por ano chegou a 12.060 milhões de marcos em 1885, a 15.241 em 1895, e a 25.506 em 1905. Desses totais os aceites bancários chegaram respectivamente a 1.965 ou 16% a 3.539 ou 23% e a 8.000 ou 31%. Esses totais não incluem, aliás, as letras que não entram em circulação (títulos de caução, de depósitos etc. (PRION *apud* Hilferding, *op.cit.*, p. 86)

a depender da realização futura dos investimentos industriais, de modo que, o sucesso de uma empresa representava o sucesso de uma instituição bancária, ao mesmo tempo em que seu fracasso impactava consideravelmente nos negócios desta mesma instituição. Consequentemente, o acirramento da concorrência industrial impulsionava necessariamente o mesmo processo em outros ramos e também nas instituições financeiras³⁴.

Se com a expansão da indústria, a função do banco (como mediador de crédito) exige uma concentração progressiva do capital bancário, sua função como instituição de investimento exige igualmente a maior concentração possível. Evidencia-se aqui, de imediato, a superioridade do grande banco nos negócios mais lucrativos; ele fará mais, maiores e melhores negócios. Quanto maior banco, maior a garantia de seu investimento. Ele poderá colocar grande parte das aplicações em seus próprios clientes (...) a própria técnica desenvolvida pelo banco gera as tendências que tanto resultam na concentração bancária, como na concentração industrial, sendo que esta representa, no entanto, a causa última da concentração bancária (HILFERDING, *op.cit.*, p.99).

Hilferding atenta para o fato de que houve uma superioridade dos grandes bancos frente às grandes indústrias, sobretudo por este deter o capita-monetário³⁵, que inicia cada ciclo de valorização; por ser, em última instância, o credor destas empresas; e, finalmente, pelo seu poder de diversificação dos riscos, em razão da extensiva carteira de investimento. Provavelmente seja por isso que a parte mais citada de seu texto sobre a constituição do capital financeiro refira-se a esta superioridade:

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. (...) Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial (...) na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais. (HILFERDING, *op.cit.* p. 219).

No entanto, o próprio autor observou que se tratava de uma superioridade relativa e que, com o decorrer do tempo, tornou-se contraditória, dado o entrelaçamento cada vez mais intenso entre bancos e indústrias:

Acresce ainda a superioridade do capital do banco, supremacia que o torna relativamente independente em relação à transação individual, enquanto para a

³⁴ “No exercício de 1907-1908, os depósitos de todas as sociedades anônimas bancárias da Alemanha que possuíam um capital de mais de um milhão de marcos eram de 7.000 milhões de marcos; no exercício de 1912-1913 tinham subido para 9800 milhões. Um aumento de 40 % em cinco anos, com a particularidade que, desses 2.800 milhões de aumento, 2.750 milhões correspondiam a 57 bancos com um capital de mais de 10 milhões de marcos.” (LÊNIN, 1917, p. 31). Entre 1907-1908 os nove maiores bancos berlinenses concentravam 47% de todos os depósitos bancários e entre 1912-1913, o valor chegou aos 49%. (LÊNIN, *op.cit.*, p.32).

³⁵ “(...) o segredo do poder do crédito capitalista, mediante o qual ele adquire, em última instância, o domínio sobre os processos sociais, poder que nasce dos próprios processos de circulação [industrial] (...)” (HILFERDING, *op.cit.*, p. 71).

empresa, talvez, tudo dependa dessa transação. Inversamente, o banco pode, em alguns casos, estar fortemente comprometido com a empresa, e seu destino tão estreitamente entrelaçado com o da empresa que ele terá que se submeter a todas as exigências desta. (HILFERDING, *op.cit.*, p. 97 e 98)³⁶.

Seguindo as considerações do próprio Hilferding sobre os fortes laços entre indústria e banco, Pinto notou que a importância dos bancos não estava vinculada a sua preponderância frente às grandes indústrias, mas pelo fato de que estas instituições consolidaram (por meio de complexas relações institucionais e de costumes) uma confiabilidade, que é pressuposta nas relações de crédito, ou seja: se adianta capital sob a forma dinheiro ou mercadoria, que retorna (após determinado tempo) acrescido de mais valor (PINTO, 1994, p. 72). Desse modo, os bancos permitiram o desdobramento de outras instituições, financeiras e industriais, que pretendiam a mesma confiabilidade, como é o caso das Sociedades Anônimas (SAs) e das Bolsas de Valores (BV). Ambas, por sua vez, tiveram papel central no estreitamento das relações entre as formas parciais de capital, que resultariam no capital financeiro.

As SAs surgiram de associações entre os capitalistas que buscavam centralizar os recursos dispersos e dirigi-los a grandes projetos, impossíveis de serem realizados por um único capitalista. Esse movimento contribui significativamente para a aceleração da acumulação privada de capital³⁷. A constituição e expansão delas possibilitam ao menos três modificações fundamentais no modo de acumulação capitalista: a) altera-se a função do capitalista industrial e o tipo de bens que acumula enquanto riqueza privada; b) ocorre um entrelaçamento das formas parciais do capital com o cruzamento das ações; c) a dinâmica de acumulação atinge um nível mais elevado; d) estes três processos permitem a constituição de uma oligarquia financeira.

A socialização do capital³⁸, entre os capitalistas, resultou na transformação dos capitalistas industriais em capitalistas monetários, isto é, estes deixaram de ser proprietários dos meios de produção para tornarem-se acionistas, investidores – de capital monetário, sob a

³⁶ Em outra passagem Hilferding argumenta que “A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial.” (*ibid.*, p.219).

³⁷ Como afirma Pinto, as modernas SAs diferem-se das antigas, sobretudo, com relação as suas funções: “(...) a moderna sociedade por ações distinguiu-se da sua homônima mercantil menos pela sua forma do que pela sua função no seio de uma economia já então sob o crescente domínio do capital industrial. O antigo caráter de associação criada com um objetivo público determinado (colonização de uma região, transporte de mercadorias e passageiros etc.) foi sendo gradualmente abandonado para **assumir uma feição genérica de instrumento acelerador do processo de acumulação privada de capitais**” (2009, p.55, grifos nosso).”

³⁸ Adiantamos aqui que capital social e riqueza privada não podem ser confundidos. O fato de um capitalista participar de uma sociedade por ações não significa, de forma alguma, que sua riqueza foi socializada, ela continua privada.

forma de títulos e ações – da SA e que deveriam receber, portanto, um rendimento após determinado tempo (HILFERDING, *op.cit.*, p. 111).

O valor da remuneração de cada acionista dependeria, contudo, não apenas da realização do capital em função, mas também da capitalização dos ativos à taxa de juros corrente. Isso porque lhe era garantida a possibilidade de comercialização deste ativo nas bolsas de valores, o que permitia ao acionista a pronta conversibilidade de seus títulos em dinheiro. “É só com o estabelecimento desse mercado [de ações] que se atribui ao capital acionário (agora sempre realizável ao particular) o caráter efetivo de capital monetário” (*ibid.*, p. 113).

Alertará Hilferding que a transferência da propriedade individual para as sociedades anônimas **aparenta** uma duplicação do capital, já que este se transforma em capital industrial (aplicado na produção para a extorsão de mais-valor), mas também se apresenta nas ações, como parte do capital social da SA (que pode ser comercializado no mercado bursátil). Entretanto, o próprio autor nos esclarece que o capital social antecipado torna-se concretamente meios de produção a valorizar-se. Já, as ações não são parte do capital total investido na SAs, são apenas títulos de propriedade que dão direito a parte dos lucros obtidos (após a realização do capital em função), mas que ao serem capitalizados constituem determinado preço, isto é, o preço da ação (*ibid.*, p. 113 e 114).

Sendo assim, para Hilferding, as ações são, portanto, capital fictício³⁹, assim como qualquer outro título de renda capitalizado. E isso não significa que são irreais ou inexistentes, apenas exprimem como característica **a não correspondência a um modo de produção específico**. Para desconstruir a aparente duplicação do capital, o autor explica:

O que existe de fato é o capital industrial e o respectivo lucro. Isso não impede, todavia, que esse “capital” fictício exista para fins de cálculo e que seja tratado como “capital acionário”. Em realidade não é capital, mas apenas o preço de um rendimento – um preço que só é possível porque, na sociedade capitalista, toda a soma de dinheiro produz alguma renda e, por conseguinte, toda a renda se apresenta como produto de uma soma de dinheiro. Se nas ações industriais essa confusão é facilitada pelo fato de existir um capital industrial realmente ativo, o caráter fictício e puramente contável desse capital de papel torna-se inconfundível nos demais títulos de renda. Os títulos de dívida pública não precisam de forma alguma representar nenhum capital existente. O dinheiro emprestado pelos credores do Estado pode ter virado fumaça há muito tempo. Esses títulos nada mais são que o preço pago por uma participação nos impostos anuais que representam o rendimento

³⁹ “ a la formación de capital ficticio se la denomina capitalización. Se capitaliza cualquier entrada que se repita en forma regular, calculándola según el tipo medio de interés, como el producido que arrojaría un capital prestado a esa tasa de interés; por ejemplo, si la entrada anual es = L100 y el tipo de interés = 5%, las L 100 serían el interés anual de L2.000, y a estas L2.000se las considera ahora como el valor del capital del título jurídico de propiedad sobre las L 100” (MARX, *op.cit.*, p. 601)

de um capital inteiramente diferente do que foi gasto na época de alguma forma improdutivo. (HILFERDING, *op.cit.*, p. 114).

E é nas bolsas de valores que esse capital fictício se realiza⁴⁰, por isso a importância de seu desenvolvimento para entender a fase do capitalismo tratada por Bukharin, Hilferding e Lênin. Estes títulos de especulação se valorizam muito mais pela variação de seus preços, pouco importando à subida ou queda dos lucros, mas sim sua variação e previsão. Por isso, Hilferding destaca a necessidade de que estes juros não sejam fixos, mas variáveis! Pronto para serem articulados de acordo com as melhores oportunidades de valorização (HILFERDING, *op.cit.*, p. 138-140).

O processo de socialização da produção atrelado ao desenvolvimento e expansão das bolsas de valores possibilitou um entrelaçamento entre as formas parciais do capital, dado o poder de diversificação das ações. Hilferding compreendeu este processo como sendo uma fusão destas formas – estimulada tanto pelo crédito como pelo capital fictício e pelos próprios monopólios – que configurava outra forma de capital, mais *superior e abstrato*. Um capital altamente centralizado, que percorre, sob sua forma mais líquida, todos os ciclos do capital e, por isso, intervém no movimento e na velocidade de acumulação:

Chamo de *capital bancário*, isto é, *capital em forma de dinheiro*, que deste modo se transforma realmente em *capital industrial*. Mantém sempre a forma dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles na forma de capital monetário- de capital rendoso- e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. (HILFERDING, *op.cit.*, p. 219, grifos nosso).

Seria, portanto, em nossa interpretação, capital financeiro o capital *sob a forma dinheiro* que se transforma de fato em capital industrial com a constituição das sociedades por ações, porém, para aos proprietários apresenta-se como títulos –ações e debêntures – que necessitam ser negociáveis em bolsas de valores para serem prontamente convertidos em dinheiro.

Concordamos com Pereira (2013b, p. 15) quando o mesmo defende que Hilferding ao apresentar a categoria capital financeiro não está referindo-se, necessariamente, a uma fusão jurídico-formal entre bancos e indústrias, mas, como defende Pinto, “parece referir-se ao duplo caráter do capital repassado ao industrial” (PINTO, 1994, p.74), isto é, o poder de valorização atrelado a máxima liquidez. O capital financeiro encontra-se *sob a forma dinheiro*, que associado ao capital industrial eleva seu potencial de valorização – sob a forma de juros, lucro ou títulos negociados em bolsa de valores – e torna-se, assim, líquido, rapidamente conversível em dinheiro. Dessa forma, “títulos regularmente negociáveis em

⁴⁰ Ainda que a bolsa de valores, assim como os bancos, exercem atividades de compra de títulos destinados à investimentos, sua principal e mais expressiva atividade é o mercado de título de juros ou capital fictício.

bolsas de valores – tais como ações e debêntures – constituem capital financeiro da mesma forma que depósitos bancários⁴¹” (*Id.*, 1997, p. 15), motivo pelo qual Hilferding, ao tratar da questão do crédito, incorporou em seu trabalho não apenas o desenvolvimento do capital bancário, mas também do mercado de ações.

É a liquidez proporcionada pelos títulos (industriais e bancários) que permite a expansão dessa nova forma organizacional – as sociedades por ações– e é exatamente isso que caracteriza o capital financeiro, sem sua conversão imediata em dinheiro não se pode falar de capital financeiro. E não se trata apenas da existência de títulos conversíveis, como bem demonstra Pinto, refere-se a sua importância relativa dentro da sociedade, alterando o modo como as organizações determinam seus preços: “Ou seja, da trajetória que conduz **da expressão social da produção privada - o preço de venda da mercadoria - para a conversibilidade das estruturas nas quais se organiza essa produção - o preço ou a cotação da ação**” (*id.*, 1994, p. 76, grifos nosso).

Essa forma de interpretação do capital financeiro é central para entender a terceira modificação provinda do desenvolvimento das sociedades anônimas, que se refere ao poder de acumulação que adquiriu a esfera produtiva com as sociedades anônimas, bem como as contradições que isso ocasiona no modo de produção capitalista. Sob a forma cartéis e trustes⁴², estes grandes complexos indústrias concentram uma quantidade exorbitante de capital-monetário, permitindo um progresso tecnológico sem precedentes e uma elevação da escala produtiva, o que possibilita a centralização vertical e horizontal⁴³ de todo o processo

⁴¹ É por esse motivo que vincular o capital financeiro a uma mera expansão do capital portador de juros proposto por Marx é insuficiente. Ainda que todo o capital financeiro seja capital portador de juros, no sentido de seu processo de valorização ser apresentado como $D+\Delta D$, nem todo capital portador de juros é financeiro, na medida em que o capital portador de juros consiste em uma forma de valorização específica de acumulação de riqueza (depósitos bancários): “Um título correspondente a um empréstimo de cinco ou dez anos - exemplo típico do capital produtor de juros - pode significar uma imobilização de prazo tão longo quanto a aquisição de uma máquina ou de um equipamento industrial. Trata-se de processos de valorização distintos, embora ambos possuam prazos de realização hipoteticamente semelhantes. Não é esse o traço distintivo do capitalismo financeiro”. (PINTO, 1994, p. 75).

⁴² Dado o tempo e a não relevância para as conclusões gerais da dissertação, não vamos nos ater em esmiuçar as diferenças entre cartéis e trustes. Aproximamo-nos das considerações de Bukharin ao afirmar que “Todas as alternativas (puramente formais) (...) de estabelecer uma diferença de princípio entre o truste “autocrático” e o sindicato (cartel) “democrático” em nada modificam a essência das coisas, que decorre do papel dessas organizações na economia social.” (BUKHARIN, *op.cit.*, p. 58).

⁴³ “Distinguem-se dois tipos de centralização: o primeiro [horizontal], quando uma unidade econômica absorve outra similar. O segundo, a centralização vertical, quando uma unidade econômica assimila outra pertencente a um ramo estranho. No segundo caso, estamos em presença de um “complemento econômico”, ou uma unidade econômica combinada” (BUKHARIN, 1916, p. 112).

industrial⁴⁴. Neste sentido, a expansão do capital acionário promoveu a ampliação das capacidades de acumulação do capital⁴⁵.

Cabe, finalmente, apresentar a última transformação que ocorreu com a expansão e consolidação das sociedades anônimas: a formação de uma oligarquia financeira, detentora do capital financeiro. Com as SAs, os capitalistas que investem na esfera produtiva se diferenciam apenas pela quantidade de capital investido, sendo os majoritários os que detêm os maiores montantes deste capital e, por isso, maior poder de mando na empresa (HILFERDING, *op.cit.* p. 121 e 122). Esse poder amplia-se quando se trata de um sistema de sociedades interdependentes, isto é, quando um capitalista que domina determinada SA consegue, devido a isso, controlar indiretamente outras SAs. Trata-se, como aludiu Hilferding, “[de] uma técnica financeira própria, cuja missão é a de assegurar ao menor capital próprio possível o domínio sobre o maior capital alheio possível” (*ibid.*, p.123).

Esse movimento possibilitou a grandes acionistas diversificarem seus investimentos em diversas sociedades por ações (sejam elas industriais ou financeiras), fazendo com que seu capital percorresse vários ciclos parciais de valorização e, com isso, conseguissem não apenas antecipar quedas em seus títulos como determinar as cotações das bolsas de valores em proveito de seus rendimentos individuais. A esse grupo refere-se Hilferding quando menciona a formação de uma oligarquia financeira:

Forma-se, assim, um círculo de pessoas que, em virtude do poder do capital próprio ou na condição de representantes do poder reunido do capital alheio (como diretores de bancos), fazem parte dos conselhos fiscais de um grande número de sociedades anônimas. Surge assim um tipo de união pessoal, de um lado, entre as diversas sociedades anônimas e, a seguir, entre estas e os bancos (...) Essa união pessoal, que

⁴⁴ Lênin trás alguns exemplos históricos que demonstram o poder destes grandes conglomerados: “O número de cartéis era na Alemanha de aproximadamente 250 em 1896 e de 385 em 1905, abarcando cerca de 12.000 estabelecimentos. (...) [no ano de] 1907 (...) esses 12.000 grandes estabelecimentos concentram seguramente mais de metade de toda a energia a vapor e elétrica. Nos Estados Unidos da América do Norte, o número de trusts era de 185 em 1900 e de 250 em 1907. (...) [as corporações representavam em] 1904, 23,6% [do total de empresa], e, em 1909, 25,9 % (...) Nos referidos estabelecimentos trabalhavam 70,6 % dos operários em 1904, e 75,6 % em 1909, isto é, três quartas partes do total. O valor da produção era, respectivamente, de (...) 73,7 % e 79 % do total. Nas mãos dos cartéis e trusts concentram-se freqüentemente sete ou oito décimas partes de toda a produção de um determinado ramo industrial. (LÊNIN, 1917, p. 23 e 24).

⁴⁵ Hilferding, entretanto, fiel as contribuições de Marx, se esforçou em demonstrar que ocorre uma relação contraditória entre a esfera real e fictícia do capital, quando o capital financeiro torna-se a forma de apropriação da riqueza privada, apontando ora o deslocamento entre as esferas, observado quando a valorização da ação não promove uma ampliação dos recursos produtivos e, com isso, um aumento da riqueza material (passagens que podem ser encontradas nas páginas 119 e 139 do seu livro supracitado); ora demonstrando as determinações da esfera real sobre a fictícia, alertando para o fato de que a ação representa, expressa a riqueza do capital real (passagens que podem ser encontradas nas páginas 114, nota 3 e 117). Essa demonstração é especialmente importante, pois revela, ao nosso entender, a preocupação de Hilferding com a expansão do capital para além de sua base material e sua impossibilidade de romper radicalmente com ela, um elo contraditório, que se expressa tanto nos momentos de expansão como e, principalmente, nos de repulsão do sistema capitalista.

significa ao mesmo tempo uma concentração de cargos em conselhos fiscais na mão de um pequeno número de grandes capitalistas (...) (HILFERDING, *op.cit.*, p. 123-125).

Hilferding constatou que essa trajetória de constituição da oligarquia financeira – que se refere ao desenvolvimento dos monopólios, do crédito e das sociedades anônimas e bolsa de valores– expande-se para vários países entre o final do século XIX e início do XX.

A dependência da indústria alemã com relação aos bancos alemães, apresentada por muitos autores⁴⁶ como sendo a expressão do capital financeiro, deve ser compreendida apenas como um mecanismo⁴⁷ – e por isso não um arquétipo – pelo qual tomou corpo o processo de financeirização da riqueza privada naquele país⁴⁸. E ainda que tenha sido atribuída ao Hilferding uma valorização descabida ao caso Alemão, do qual o autor esteve mais próximo politicamente, o foi erroneamente, pois o próprio autor apresenta, em seu livro, dados de outros países – como Inglaterra⁴⁹ e Estados Unidos⁵⁰ – em que o processo de financeirização da riqueza ocorreu por outras vias que não a alemã.

Se os exemplos históricos, apresentados em *O capital financeiro (...)*, demonstram movimentos distintos de conformação do capital financeiro na concretude histórica, isso significa que não se trata de uma categoria específica a um país. Além disso, acreditamos que sua vigência está para além do período histórico desenvolvido por Hilferding. Estamos de acordo com Pereira (2013, p. 15) quando o mesmo defende o caráter abstrato, no entanto, universal da categoria capital financeiro, isso porque a mesma se refere à supressão do caráter

⁴⁶ Para interpretação que caminham nesse sentido ver Fontes (2010) e Carcanholo e Nakatani (1999).

⁴⁷ Sobre a participação dos bancos nas sociedades anônimas alemãs, Hilferding afirma que (*ibid.*, p. 125) “Os grandes bancos procuram “diversificar ao máximo a sua vinculação com empresas individuais no tocante à localização geográfica ao gênero do negócio explorado pelas mesmas, a fim de eliminar cada vez mais as desigualdades distribucionais geográfica e operacional (...) somente seis bancos berlinenses (...) ocupavam 751 postos em conselhos fiscais. Segundo o último anuário comercial dos diretores e membros dos conselhos fiscais (de 1909), existem 12 mil desses cargos na Alemanha. No entanto, existem 2.918 cargos destes em mãos de apenas 179 pessoas. (...) De modo geral a profissão mais representada nos conselhos fiscais é a bancária, o que explica, no caso, a maior acumulação.

⁴⁸ Discordamos assim, das considerações de Carcanholo e Nakatani sobre o capital financeiro, quando os mesmos afirmam que, tanto por Lênin como por Hilferding, o conceito é trabalhado de forma mais *concreta e institucional* e refere-se a um período histórico específico, onde houve a fusão entre capital bancário e produtivo e dominância do primeiro frente ao segundo (1999, p. 299).

⁴⁹ Com efeito isso ocorreu, em parte, na Inglaterra, onde os bancos de depósitos gerenciam somente o crédito de circulação e, por isso, o juro pelo depósito é mínimo. Daí a permanente evasão dos depósitos para áreas industriais pela compra de ações. Aí o público faz diretamente aquilo que faz o banco na união do banco industrial com o banco de depósito. Para o público, o resultado é o mesmo, já que de modo algum lhe toca o lucro de fundador. Mas para a indústria significa uma dependência menor com relação ao capital bancário na Inglaterra, em comparação com a Alemanha (HILFERDING, *op.cit.* p. 218);

⁵⁰ No caso dos Estados Unidos a abertura ao público geral a aplicações nas bolsas de valores possibilitou, no entanto, a concentração das sociedades anônimas por poucos grandes magnatas. “Com o desenvolvimento do sistema acionário acaba se formando uma técnica financeira própria, cuja missão é a de assegurar ao menor capital próprio possível o domínio sobre o maior capital alheio possível” (HILFERDING, *op.cit.*, p.123). É neste país que encontraríamos com maior importância a consolidação de capitalistas monetários que deteriam o controle dos movimentos especulativos na bolsa e também da produção (HILFERDING, *op.cit.*, p.262).

específico do capital para seus detentores, posto que sua riqueza privada aloca-se, em todas as esferas do ciclo industrial (monetária, produtiva e comercial), enquanto forma dinheiro (que rende mais dinheiro)⁵¹:

O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos. Essa mesma união tem por base a supressão da livre concorrência do capitalista individual por meio das grandes associações monopolistas (*id., ibid.*, p. 283).

O modo como o capital financeiro se manifesta em cada país pode ocorrer, e ocorreu como demonstrou Hilferding nos casos alemão, norte-americano e inglês, de maneira distinta. A sua semelhança, porém, reside no poder que adquire a oligarquia financeira com a conformação do capital financeiro. Esta, por estar presente nas diversas atividades industriais, bancárias, comerciais, consegue não apenas antecipar possíveis quedas de seus títulos como pode determinar as cotações das bolsas de valores em proveito de seus negócios. São emblemáticas as considerações de Hilferding a respeito do poder desta nova classe social:

São os grandes capitalistas que dominam o conhecimento dos fenômenos que ocorrem nas sociedades anônimas, que supervisionam a configuração dos resultados do negócio, e por isso podem conhecer com antecedência a tendência a desenvolvimento da cotação. Seu grande poder de capital lhes permite ainda influir na própria configuração da cotação por meio das compras e vendas correspondentes e tirar daí o respectivo lucro. Além disso, seu poder de capital permite-lhes intervenções, pelas quais ainda se fazem louvar; a aceitação de títulos em tempos de crise ou pânico, que podem depois vender seu lucro, assim que sejam restabelecidas as condições normais. (HILFERDING, *op.cit.*, p. 145).

A riqueza privada deste pequeno grupo de grandes capitalistas financeiros, sob a forma de bens intangíveis, ganhou maior mobilidade e flexibilidade, isso significa uma alteração na velocidade e magnitude com que se formulavam as expectativas de lucro. Dessa maneira, para o autor, a categoria capital financeiro não caminhava lado a lado com as demais formas funcionais do capital, mas apresentava-se enquanto a síntese destas formas:

No capital financeiro aparecem unidas, na sua totalidade, todas as formas parciais de capital. O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, com efeito,

⁵¹ Hilferding alega que, para os capitalistas, o que ocorre é a eliminação do caráter específico do capital como componente de distinção da origem de seus rendimentos: “A igualdade de todo o capital (e para o capitalista individual esta não consiste na igualdade das quantias de valor, mas sim na igualdade do rendimento produzido por valores da mesma grandeza) só encontra sua expressão na generalidade e igualdade da taxa de juros. A indiferença do capitalista frente ao valor de uso, à respectiva esfera do investimento concreto de um capital, o fato de o capital não ser nada mais do que mais-valia de um valor que se multiplica e ser considerado apenas nessa relação quantitativa, de ser somente um título de lucro – tudo isso leva, com uma diversidade efetiva do rendimento (lucro), a uma valorização diversa dos mesmos valores de capital. (...) Para que essa valorização se torne prática, para que os capitalistas enquanto capitalistas sejam realmente iguais e para que seja finalmente realizada a igualdade de tudo aquilo que rende lucro, esse capital também deve poder ser realizado a todo o momento de acordo com essa escala de valorização e ser realizado, a saber, na forma socialmente válida – como dinheiro.” (HILFERDING, *op.cit.*, p. 143 e 144).

sua forma de movimento D – D', dinheiro gerador de dinheiro, a forma mais genérica e mais sem sentido do movimento do capital. Com o capital monetário, é colocado à disposição dos capitalistas produtivos em ambas as formas de capital de empréstimos e capital fictício (...). Simultaneamente é cada vez mais eliminada a dependência do capital comercial, enquanto é anulada a separação entre o capital bancário e o capital produtivo em capital financeiro. Dentro do próprio capital industrial são suprimidos os limites das esferas individuais pela associação progressiva de ramos da produção anteriormente separados e independentes (...) (HILFERDING, *op.cit.*, p. 227)

Essa nova forma de capital, considerada por Hilferding mais *suprema e abstrata*, adentrou em todos os setores da economia e, por isso, também se embrenhou em todas as esferas da vida social. O poder de diversificação de investimentos desta pequena oligarquia financeira é o que o torna seu capital essencialmente distinto e, ao mesmo tempo, superior a todas as demais formas de capital. O capital financeiro aparece, para Hilferding:

(...) como poder unitário que domina soberanamente o processo vital da sociedade, como poder que surge diretamente da propriedade dos meios de produção, das riquezas naturais e de todo o trabalho passado acumulado, e a disposição do trabalho vivo aparece como nascida diretamente das relações de propriedade. Ao mesmo tempo, a propriedade, concentrada e centralizada nas mãos de algumas associações de capital maiores, aparece como diretamente oposta à grande massa de despojados. Dessa forma, a questão das relações de propriedade ganha sua mais clara, inequívoca e aguda expressão, ao passo que a questão da organização da economia social é solucionada de forma sempre melhor pelo desenvolvimento próprio do capital *financeiro*. (HILFERDING, *op.cit.*, o. 227).

Com essa exposição nos preocupamos em demonstrar como interpretamos a categoria capital financeiro, desenvolvida por Hilferding. Visamos não apenas constatar sua vigência para além do período histórico interpretado por este autor, mas também frisar o modo como sua constituição originou uma nova classe social – a oligarquia financeira –, síntese, principalmente, das classes industrial e bancária. Uma oligarquia essencialmente mais forte, com uma elevada quantidade de capital acumulado e com alto poder de intervenção no modo de produção e reprodução da vida social. Isso significa, em nosso entender, que se a fase imperialista foi definida pela vigência dessa forma de capital (e, portanto, desta nova classe social), as demais transformações deste período, como a exportação de capital e a partilha do mundo entre as associações e potências capitalistas, só poderão ser compreendidas se entendemos como o capital financeiro apresentou-se historicamente.

Por isso, na próxima seção daremos ênfase na conformação histórica da oligarquia financeira, na qual apresentaremos o modo como a oligarquia conseguiu convergir os interesses das classes dominantes, seus meios de intervenção/interlocução com o Estado e, finalmente, seu papel na conformação de uma economia internacional, na qual as relações entre centro e periferia começam a exprimir novas características.

2.3 Capital financeiro, Estado e luta de classes.

É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo para a fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, *se encontra relacionada* com a exacerbação da luta pela partilha do mundo. (LÊNIN, 2010: 76,77, grifos dele)

Krupp na Alemanha, Schneider na França e Armstrong na Inglaterra constituem outros tantos modelos de firmas intimamente ligadas com os grandes bancos e com os governos, das quais é difícil *prescindir* ao negociar um empréstimo. (LÊNIN, 2010: 65).

Após termos apresentado a construção lógica da categoria capital financeiro, concentrando as explicações na importância dos monopólios, do crédito e das SAs e BV, iremos nos ater neste item em sua constituição histórica, que tem seu ponto de partida na dificuldade da indústria britânica em escoar mercadorias, devido às políticas protecionistas desenvolvidas pelos demais países europeus e pelos Estados Unidos.

Esse momento histórico é especialmente importante para a fase imperialista do capitalismo, pois a dificuldade de exportação de mercadoria resultou na propagação da exportação de capital como forma de valorização do capital, o que, por sua vez, integrou intensamente os países do mundo em favor dos grandes monopólios que se formaram nos países centrais. Além disso, houve uma alteração significativa no modo como os países desenvolvidos se relacionavam com os países subdesenvolvidos. Vejamos como isso ocorreu.

O destaque dado à constituição de uma oligarquia financeira, por Hilferding, Lênin e Bukharin, no processo de síntese das formas parciais do capital, consistiu na constatação de que a união íntima entre os industrialistas e banqueiros propiciava a conformação de uma nova classe social, síntese das anteriores. Esse processo, entretanto, não ocorreu de maneira linear e tranquila, a efetivação da dominação da oligarquia financeira se deu mediante a criação de uma solidariedade entre as classes dominantes.

Ademais, a dominância por esta nova classe implicou alterações na relação entre ela e o Estado, que revelaram, em última instância, transformações na própria classe e no próprio Estado. Além disso, se concordamos com Engels e Marx que “As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias” (1845, p. 47), as modificações no modo como estes componentes se apresentaram historicamente indicaram, conjuntamente, transformações na ideologia na qual se assentaram.

Se observarmos, o mesmo havia ocorrido com a classe industrial inglesa em finais do século XVIII e início XIX, quando, devido à primeira revolução industrial, esta emerge como

classe preponderante e passa a se articular com as demais classes ali existentes, além das alterações em sua relação com o próprio Estado.

Do ponto de vista ideológico, Hilferding destaca, na luta travada pela burguesia contra o mercantilismo, o questionamento ao Estado centralizador, que privilegiava as grandes companhias comerciais e coloniais e as cooperativas artesãs, em defesa do fortalecimento das leis econômicas, consideradas superiores às estatais, e com isso da liberdade da sociedade *contra a tutela estatal* (*op.cit*, p. 283). Tratava-se de uma conformação política e ideológica, conhecida como liberalismo, que só poderia ser compreendida mediante o entendimento da **solidariedade** entre as classes sociais e sua articulação com o Estado inglês.

A máxima liberal inglesa, ancorada na autonomia do mercado e na livre-concorrência, estendeu-se, sobretudo, ao setor industrial, isso porque este já havia avançado técnica e economicamente com seu pioneirismo no modo de produção capitalista. Não se tratava, portanto, apenas de condições naturais favoráveis, mas, fundamentalmente, de um processo de acumulação que “se deve: primeiro, ao êxito das lutas imperialistas com a Espanha, Holanda e França pelo domínio dos mares e, portanto, pelo domínio das colônias, e, segundo, à rápida proletarianização com a vitória da grande propriedade latifundiária sobre os camponeses.” (*ibid.*, p.284).

Além disso, internamente, o desenvolvimento das forças produtivas alavancou um crescimento populacional e sua concentração nas zonas urbanas, de modo que desde cedo suas bases agrícolas se mostravam insuficientes. Os preços altos dos produtos agrícolas, resultado dos elevados custos com transportes, eram pressionados ainda mais, nas recorrentes fases de baixa colheita, nas quais se impunham *preços de fome*. Para os industriais esse aumento acarretava uma elevação dos custos de produção, pois significava um incremento ao custo da mão-de-obra, determinante neste período em que a composição orgânica do capital era pequena. Quanto aos latifundiários, ainda que o protecionismo configurasse um importante mecanismo de reservas de mercado, a estreita base financeira gerava crises monetárias periódicas, resultante do aumento do preço dos alimentos, que impactavam em suas economias individuais (*id.*).

Franco, seguindo as contribuições de Hilferding sobre a conformação das classes sociais inglesas no momento da dominância da burguesia industrial, ainda destaca a importância do discurso da proteção aos negócios e da liberdade individual contra o Estado absolutista e os monopólios da monarquia como forma de arrebanhar, ao seu lado, a classe trabalhadora. Além do papel da grande aristocracia agrária que, vendo-se enfraquecida,

começa a arrendar terras e viver de seus rendimentos, valorizando-o no mercado financeiro (2013, p. 8).

Para Hilferding, o setor financeiro foi, sem dúvida, a exceção mais importante à ideologia do *laissez-faire* inglês, medidas protecionistas foram realizadas, a fim de que os bancos continuassem sob as decisões do *Bank of England* (*op.cit.* p. 284). Isso explicaria o alto poder de concentração dos investimentos na Inglaterra, que seria destinado à exportação de capital no período seguinte.

Do ponto de vista dos demais países do continente, o discurso liberal, em torno da não interferência estatal na esfera econômica e da liberdade dos negócios, regida sob a lógica do mercado, respondia aos interesses dos comerciantes de matérias-primas agrárias e do grande latifundiário, já que a exportação elevava as vendas de seus produtos e diminuía a compra dos produtos industriais (HILFERDING, *op.cit.*, p.285).

Já aos industriais, o problema não residia no protecionismo aos produtos agrícolas, mas sim na concorrência dos produtos industriais britânicos, que retardava e, por vezes, impedia o desenvolvimento industrial local. Tratava-se para estes países de, em um primeiro momento, corrigir desníveis transitórios⁵², isto é, vencer o atraso técnico, criar uma organização comercial e de crédito e acelerar a proletarização por meio da destruição do artesanato e da população camponesa. Enfim, consistia no desenvolvimento dos elementos que garantiam a superioridade britânica, por isso a importância das receitas tributárias e alfandegárias aos produtos industriais britânicos (*id.*)

A forma encontrada pelo capital inglês para driblar as medidas protecionistas, realizadas pelos demais países europeus e pelos EUA, foi a exportação de capital, possibilitada pela alta quantidade de capital acumulada no setor financeiro. Esse processo mudaria radicalmente o panorama mundial.

A Inglaterra possui uma indústria antiga, saturada de capital, talhada para as necessidades do mercado mundial (...) por outro lado, o capital acumulado é extraordinariamente grande e de seus investimentos externos sempre afluem novas massas de lucros a serem acumuladas na Inglaterra. A relação entre as massas de capital a ser acumulado e o capital apto para investimento no interior é neste caso

⁵² Justificado cientificamente por Henry Charles Carey e Frederick List, o “protecionismo educativo” consistia em uma política alfandegária modesta e transitória, que pretendia o equilíbrio futuro entre os países atrasados e a Inglaterra (hegemonia industrial na fase concorrencial do capitalismo), sendo assim uma passagem importante ao livre comércio. Estes autores supunham que tendo atingido o amadurecimento industrial, os países atrasados eliminariam suas barreiras alfandegárias, para que outros não fossem incentivados a permanecerem com o protecionismo, e se efetivaria, então, neste momento uma política de livre concorrência nas trocas internacionais (HILFERDING, *op.cit.*, p.284-286).

altíssima, daí a tendência ao investimento no exterior ser mais forte e a taxa de juros exigida, a mais baixa (*id.,ibid.*, p. 304)⁵³.

Esse capital, injetado primeiramente nos setores de infraestrutura, por sua escala e apoio estatal, foi possibilitando às elites locais o desenvolvimento de suas forças produtivas e, conseqüentemente, engendrou (também por causa do acirramento da concorrência) um intenso processo de concentração e centralização, que desembocaria na constituição de fortes monopólios.

A permanência e propagação de políticas protecionistas, por sua vez, foram fundamentais para que nestes outros países, com destaque aos EUA e Alemanha, se consolidassem sociedades anônimas. Tais políticas possibilitaram a diminuição significativa da concorrência estrangeira, o que facilitou as fusões e possibilitou lucros extras⁵⁴, além de incentivar o financiamento em setores de matéria-prima e semimanufaturados (que produziam meios de produção e possuíam maior composição orgânica do capital) (*id.,ibid.*, p. 285). Desse modo, as práticas protecionistas foram deixando de serem práticas provisórias, para adquirirem um caráter permanente.

Se observado os casos alemão e norte-americano, aonde foram mais notáveis os processos de concentração e centralização industrial via protecionismo, a ausência de capital acumulado, tal como havia na Inglaterra e na França, exigia de suas sociedades anônimas locais reunirem capital por meio da emissão ações ou de crédito de capital, disponibilizados pelos bancos. Isso significou que de uma forma ou outra o processo de monopolização industrial desencadeou, conseqüentemente, um processo igual no setor financeiro, tornando cada vez mais entrelaçados o capital bancário e o industrial.

A própria classe dominante agrária viu-se contemplada pelas práticas protecionistas, pois o desenvolvimento industrial demandava quantidades cada vez maiores de produtos agrícolas, induzindo uma alta dos seus preços bem como a valorização da terra, que possibilitava a diversificação de seus rendimentos na própria indústria ou no setor financeiro (*id.,ibid.*, p.312).

⁵³ “O capital inglês investido no estrangeiro foi calculado em 2,5 bilhões de libras esterlinas em 1900, com um crescimento anual de 50 milhões, dos quais 30 milhões em títulos.” (*id.*,p. 304, nota 17).

⁵⁴ Quanto maior o valor das tarifas alfandegárias, maiores poderão ser os preços determinados no mercado interno sobre o mercado internacional. Os cartéis e trustes auferem, ainda, os lucros extraordinários pela apropriação da mais-valia dos outros setores de sua cadeia produtiva, motivo pelo qual defendem o protecionismo nas demais atividades industriais. Além de obterem lucros extras via impostos à população, estes por sua vez não estão vinculados à mais-valia extraída, mas é uma forma de tributação a toda classe de consumidores interno. (*ibid.*, p. 383 – 386)

Ademais, outras duas camadas que se uniram ao capital monopolista foram os pequenos/médios proprietários e o que Lênin denominou de “aristocracia operária”. Os primeiros deixaram de ser concorrente para tornarem-se auxiliares da mega produção dos monopólios⁵⁵ e a segunda, que se referia aos operários de qualificação superior, passara a dirigente da produção e por isso recebiam salário superior⁵⁶.

Sobretudo nestes dois países, nos quais os trustes e cartéis se consolidaram (promovendo uma diminuição acentuada da concorrência interna, e, por isso, uma crescente socialização da produção) observou-se um desenvolvimento intenso das forças produtivas, que ampliou significativamente a composição orgânica do capital e a escala de produção. Os resultados deste movimento foram: uma tendência à diminuição dos lucros; uma demanda crescente por matérias-primas; e um grande excedente de mercadorias e de capital concentrado nos grandes conglomerados capitalistas, que impulsionaram a expansão e consolidação da economia mundial.

Bukharin foi quem melhor explicou a relação entre o fortalecimento da economia mundial e a exportação de capital dos grandes conglomerados. Para o autor, encontramos na economia mundial “*um sistema de relações de produção e de relações correspondentes de troca, que abarcam o mundo em sua totalidade*” (1984, p. 24, grifos no original). Com a expansão das exportações de capital, Bukharin notou a formação de uma divisão internacional do trabalho que interconectou todas as produções nacionais, mesmo que com seus níveis desiguais de desenvolvimentos. Como consequência desse processo, atentou-se para a alteração no modo como a formação dos preços era estabelecida: não apenas ditada pelos custos de sua produção, mas, principalmente, vinculada às alterações internacionais, observáveis nas cotações das bolsas de valores mais influentes - Londres, Nova York, Berlim. Isso impactava significativamente determinados tipos de produtores e certos países e regiões, como observaremos a seguir (*op.cit.*, p. 22 e 23).

Foi devido a isso que este autor defendeu que com a expansão da economia mundial fez-se “(...) necessário encarar a luta dos corpos econômicos nacionais antes de tudo como uma luta entre as diversas partes concorrentes da economia mundial” (*ibid.*, p. 17), pois com a

⁵⁵ Conquanto a maioria tenha sido aniquilada com a constituição dos cartéis e trustes o que restou uniu-se a estes na luta pelo protecionismo e por um Estado imperialista, praticas que garantiam a expansão econômica e com isso a ampliação dos lucros de todos os capitalistas (*ibid.*, cap. XXIII.), ainda que em níveis distintos.

⁵⁶ Esta divisão do operariado, entre os de maior e menor qualificação, não apenas acentua a competição entre os trabalhadores, mas, pior, promove a sensação de transitoriedade de funções na empresa o que causa desinteresse pela luta do operário por melhores condições de trabalho e em contrapartida aumenta o interesse pela expansão do capital e sua zona de interesse (*id.*).

integração intensa das esferas produtivas e a constituição de sociedades anônimas, que valorizam seu capital também nas bolsas de valores, a participação de um acionista estrangeiro impactava nas relações de exploração interna de determinado país.

A consolidação desta economia mundial adveio, portanto, da alteração no modo como se organiza a produção capitalista com a constituição dos monopólios, na qual as escalas de produção e poder de investimentos se elevaram indiscriminadamente, exigindo a exportação dos excedentes de capital, como forma de evitar a queda da taxa de lucro⁵⁷ (LÊNIN, *op.cit.*, p. 61). Ainda que não seja consequência direta da cartelização, a exportação dos excedentes tornou-se essencial por eliminar, parcialmente, as limitações geradas com a exportação de mercadorias, em virtude do protecionismo (vide o caso inglês em que a exportação de capital burlou as restrições aos seus produtos). Ademais, possibilitaram que os excedentes gerados nos novos países industrializados, que passaram até a superar o nível da produção britânica, realizassem também sua reprodução externamente, substituindo as perdas do lucro direto por remessas de lucro e juros do exterior.

A área industrial ameaçada pelo protecionismo dos países estrangeiros explora agora este mesmo protecionismo, ao assentar uma parte da produção no exterior. Ainda que, dessa forma, se torne impossível a expansão da empresa matriz e se perca o aumento da taxa de lucro devido à redução dos custos de produção, mesmo assim isso volta a se compensar pelo aumento do lucro que lhe assegura a alta dos preços dos produtos fabricados pelos próprios capitalistas no exterior. Dessa forma, a exportação de capital, que é estimulada poderosamente de outro modo pelas tarifas protecionistas do próprio país, é fomentada igualmente pelo país estrangeiro e contribui, ao mesmo tempo, para a difusão do capitalismo em escala mundial e para a internacionalização do capital. (...) Dessa forma o livre comércio resulta nocivo e supérfluo ao capital. (HILFERDING, 1910, p. 295).

A possibilidade de exportação de capital ocorreu, em grande medida, devido às desigualdades entre os países: concentrou-se nos países europeus e nos EUA, dada as duas revoluções industriais, a esmagadora maioria dos grandes monopólios e, com isso, uma acumulação de capital exorbitante destinada a empréstimos ao restante do mundo. Disso resultaria um poder significativo deste núcleo e de sua burguesia financeira frente às decisões dos demais países.

Esse grupo seletivo encontraria nos países menos desenvolvidos a oportunidade para compensar a diminuição de seus lucros, ocasionada pelo alto desenvolvimento da composição

⁵⁷ Compreende-se por exportação de capital a exportação de valor que se pretende gerar mais-valia no exterior. Sendo imprescindível, para isso, que a mesma esteja disponível para o capital nacional, caso contrário ocorreria uma transferência de capital ao país importador e com isso a desnacionalização do capital exportado. Nesse sentido, “este capital ocupa, então, uma partida na “balança de créditos exteriores” nacional, e a mais-valia anual figura na balança de pagamentos nacional. Portanto, a exportação de capital diminui a quantidade de capital nacional e incrementa a renda nacional pela mais-valia produzida” (HILFERDING, 1971:353).

orgânica do capital. Nestes países periféricos não só havia baixa composição orgânica como escassez de capital, além de baixíssimos salários pagos à mão-de-obra, longas jornadas de trabalho, abundância de matéria-prima e a disponibilidade de terras (seja pelas condições naturais ou pela *expropriação violenta dos nativos*), que reduziam o custo de produção, garantiam lucros extraordinários e ainda ampliavam o poder de decisão do seletivo grupo no cenário internacional (*ibid.*, p.299 e 300; LÊNIN, *op.cit.*, p. 62).

Juntamente a isso, ainda se estabelecia uma série de privilégios e benefícios aos exportadores de capital, que substituíam a concorrência em um mercado aberto: exigiam-se importações de mercadorias do país exportador, vantagens nas transações comerciais, apoio em conflitos diplomáticos e bélicos etc. (LÊNIN, *op.cit.*, *passim*).

Contudo, de nada faria sentido as exportações de capital se as vendas destes produtos não se efetivassem para a realização do mais-valor. Nesse sentido, a difusão do capitalismo internacionalmente deveria vir acompanhada da expansão do mercado consumidor mundial, a saber, fazia-se necessário alterar o modo de vida tradicional dos países periféricos desenvolvendo ali sociedades capazes de absorver a produção capitalista. A isso se referia Lênin quando apresentava as exportações de capital como sendo motores de desenvolvimento das sociedades periféricas.

A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo. (LÊNIN, 1917, p. 64).

Para esse desenvolvimento nas periferias foram fundamentais os investimentos externos nos setores de infraestrutura. Estes setores exigiam uma grande quantidade de capital (devido os altos custos de produção) impossível de ser disponibilizado pelo capital local dos Estados periféricos. Esta impossibilidade garantia benefícios gigantescos e risco mínimo às SAs dos países centrais, pois os Estados periféricos acabavam por arcar com a grande parte (se não a totalidade) dos riscos do investimento, pois viam a oportunidade de desenvolverem seu modo de produção interno.

Dessa forma, a exportação de capital faz recuar aquela barreira originária da capacidade de consumo do novo mercado. Ao mesmo tempo, porém, a transferência de métodos capitalistas de transporte e de produção ao país estrangeiro causa neste caso um rápido desenvolvimento econômico, o surgimento de um maior mercado interno, mediante a extinção das relações de economia natural, a expansão da produção em escala de mercado. Com isso, multiplicam-se aqueles produtos que são exportados e que podem servir, por sua vez, para o pagamento do juro do capital novamente importado. (HILFERDING, *op.cit.*, p. 298).

Estes empreendimentos infraestruturais (como ferrovias, portos e hidrelétricas) eram condições para a expansão do capitalismo periférico, pois possibilitavam alavancar os demais setores industriais (extrativista, agrícola ou mesmo de transformação). Além disso, Franco traz outro elemento primordial para entender a importância dos empreendimentos infraestruturais (que para ele foi *absolutamente crucial e negligenciado por análises economicistas*), que se refere ao impacto acentuado dessas obras no modo de organização da vida local, isso porque “i) atraem mão de obra para a sua realização e ii) precisam expulsar vilas inteiras dos lugares em que se situam a séculos.” (2013b, p. 10).

Se a colonização, com a produção de bens mercantis, possibilitava acúmulo de capital, na era imperialista esse processo de acentua radicalmente com as exportações de capital. Do ponto de vista dos países exportadores, esta exportação, ao ser destinada aos países menos desenvolvidos, expandiu consideravelmente os mercados, o que possibilitou reverter depressões industriais, que ali se apresentavam, alargar o período de prosperidade e suavizar as sequelas das crises esporádicas. Além disso, a expansão dos mercados ampliou a demanda por força de trabalho, amenizando os conflitos entre capital e trabalho. “[A]s tendências à depauperação imanente no capitalismo parecem estar vencidas nos países do desenvolvimento capitalista mais antigo. A rápida ascensão da produção impede a tomada de consciência dos danos da sociedade capitalista e cria um juízo otimista sobre sua força vital (HILFERDING, *op.cit.*, p.299).”

Em relação aos países periféricos, estes, em congruência com suas elites locais, viram na exportação de capital a oportunidade de iniciarem seu desenvolvimento rumo ao topo, onde se encontravam o grupo seletivo de países centrais. Para aqueles Estados, isso significava dar condições físicas, políticas e jurídicas para o capital exportado, além de garantirem a formação de mão-livres, que só fossem capazes de se reproduzir via mercado, tarefa que só seria possível pela expropriação violenta, que adaptaria as estruturas pré-capitalistas aos interesses do capital financeiro:

Como sempre, quando o capital enfrenta pela primeira vez condições que contrariam sua necessidade de exploração e cuja superação econômica se daria somente de forma lenta e gradual, o capital apela à força estatal, empregando-a a serviço da exploração violenta que arranja o proletariado livre necessário – trata-se, como nos seus primórdios, de camponeses europeus, dos índios mexicanos e peruanos ou, como na atualidade, dos negros africanos! Os métodos violentos pertencem à essência da política colonial que, sem eles, perderia seu sentido capitalista e constituem também um componente integrante da mesma política, assim como a existência de um proletário explorado é *conditio sine qua non* do capitalismo. (HILFERDING, *op.cit.*, p. 299).

Observa-se, nesse sentido, uma relação intrínseca entre a instauração do modo de produção capitalista, baseado na liberdade jurídica entre as empresas e destas com o proletariado (o que significaria desigualdade política e econômica para estes últimos), e a conformação de Estados cada vez mais autoritários, que conseguissem estabelecer os meios necessários para a autonomia do mercado e evitar o questionamento dos subalternos⁵⁸. Essa relação se acentua drasticamente na fase imperialista do capitalismo, uma vez que, como argumenta Hilferding, “o risco [ao capital financeiro] é muito maior quando são construídas estradas de ferro, instalações portuárias, se compram terras, abrem-se e exploram-se minas, do que quando são simplesmente compradas e vendidas mercadorias” (HILFERDING, *op.cit.*, p. 302).

A exportação do capital, característica da era do capital financeiro, implicou na necessidade de um Estado cada vez mais forte. Este não poderia apenas garantir aos monopólios a obtenção de lucros extraordinários internamente, via protecionismo, como também deveria dominar as regiões mais debilitadas, intervir em suas políticas internas, empregando todos os meios necessários para garantir a maximização dos lucros dos conglomerados financeiros.

Daí a exigência de todos os capitalistas interessados em países estrangeiro para que o poder estatal seja forte, cuja autoridade proteja seus interesses também no mais longínquo rincão do mundo, daí a exigência que se levante uma bandeira de guerra que precisa ser vista por toda a parte, para que a bandeira do comércio possa ser plantada por toda a parte. Mas o capital de exportação sente-se melhor quando o poder estatal de seu país domina completamente a nova região. (*Id*).

Para Bukharin, esse movimento representava, por um lado, a internacionalização da vida econômica, um entrelaçamento cada vez mais forte entre as esferas produtivas nacionais, consequência da exportação do capital, e, por outro, contraditoriamente, a necessidade gritante de nacionalização dos interesses capitalistas, isto é, “[a] à formação de grupos nacionais estreitamente ligados entre si, armados até os dentes e prontos, a qualquer momento, a lançar-se uns sobre os outros.” (*op.cit.*, p. 97), denominados, por ele, trustes nacionais de Estado.

Assim se estabeleceu, em finais do século XIX, quando a superioridade produtiva inglesa foi questionada pelo capitalismo monopolista alemão e norte-americano, o que Lênin

⁵⁸ Engels, ao apresentar sua compreensão sobre o Estado, argumenta que se trata de “um produto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode se desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entrededorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS *apud* LÊNIN, 1917, p. 9).

denominou como sendo a partilha do mundo entre as grandes potências e suas associações monopolistas. Tratava-se da divisão (e redivisão) do mundo entre os grandes trustes capitalistas nacionais. A concorrência, diminuída internamente – não eliminada⁵⁹ – atingiu internacionalmente seu paroxismo, pois, chegaram, ao mercado internacional, grandes conglomerados, subsidiados e fortalecidos por seus Estados, que concorrem entre si ferozmente. O que os três autores constataram, no período imperialista do capitalismo, foi que a constituição de grupos financeiros cada vez menores e interligados internacionalmente engendrava, paradoxalmente, um acirramento da concorrência entre eles e, também, entre os países que os defendia.

Mesmo tendo escrito seu livro antes da eclosão da I Guerra Mundial, Hilferding foi brilhante, nesse sentido, ao demonstrar as contradições geradas pelo processo de exportação de capital, que garantiam certa solidariedade entre as classes dominantes, isto é, os magnatas do capital, e, ao mesmo tempo, um acirramento da concorrência entre as grandes potências mundiais para repartirem o território econômico mundial. Sobre a possibilidade de um conflito armado no início do século XIX, O autor argumenta que:

Essa luta [dos grandes territórios econômicos pelo domínio do mercado mundial] será tanto mais exacerbada quanto mais desenvolvido for o capital financeiro e mais forte for seu empenho pela monopolização de porções do mercado mundial para o capital nacional (...) Enquanto a Alemanha avança rapidamente no seu desenvolvimento industrial, sua área de concorrência econômica é-lhe repentinamente reduzida. E isso é tanto mais delicado quando a Alemanha (...) não tem nenhuma possessão colonial que interesse, ao passo que não apenas seus concorrentes mais fortes, a Inglaterra e os Estados Unidos (...) mas também seus concorrentes menores, França, Bélgica e Holanda, dispõem de possessões coloniais consideráveis (...) Trata-se de uma situação que necessariamente agrava de forma extraordinária o confronto entre Alemanha e Inglaterra com seus satélites, **uma situação que impele a uma solução violenta**. Isso teria acontecido há muito tempo se as causas opostas não tivessem impedido. **Pois a própria exportação de capital cria tendências que resistem à semelhante solução violenta**. (...) Isso leva a que, por exemplo, o capital francês, holandês e, em grandes proporções, também o inglês, convertam-se em capital de empréstimo para indústrias sob direção americana ou alemã. **Surgem assim tendências à solidariedade dos interesses capitalistas internacionais**. (...) **Qual dessas tendências prevalecerá [violência ou solidariedade] varia nos diferentes casos concreto e depende sobretudo das perspectivas de lucro abertas pela luta**. (HILFERDING, 1910, p. 311 e 312, grifos nosso).

A partilha do mundo esteve relacionada, como defendeu Lênin, à dinâmica que persegue o capital para sua acumulação incessante e não a uma suposta perversidade do capitalista. Fora impreterível romper todas as fronteiras e submeter todas as esferas da vida

⁵⁹ Vale ressaltar que a constituição de um monopólio único é tratado por Lênin, Hilferding e Bukharin como uma tendência no imperialismo, que decorre da acentuação das próprias leis de concorrência. Na realidade ele encontra-se na formação de diversos monopólios – isto é, oligopólios – que jamais suprimem completamente a concorrência, pelo contrário, à elevam a níveis sem precedentes, dada a contratendência inerente de conflito generalizado.

social, em sua totalidade, ao seu modo de reprodução, para que a valorização acompanhasse a ampliação da escala de produção, resultante do elevado grau de concentração e centralização do capital (LÊNIN, 1914, p. 74). De modo que, para este autor, toda e qualquer partilha do mundo, dentro do capitalismo, é realizada pela força, pela intervenção, ainda que esta força varie de acordo ao desenvolvimento econômico e político de cada país e, ao mesmo tempo, da própria economia mundial. Sobre isso explica Lênin(*id*):

para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são “puramente” econômicas ou extra-econômicas (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo. Substituir o conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) significa descer ao papel de sofista.

A centralidade deste fato está em compreender que as políticas colônias e as práticas imperialistas adquiriram nova forma com a dominância do capital financeiro. A força e necessidade deste capital de intervir em indistintas zonas do globo subordinaram não apenas as colônias, mas também aos países semi-coloniais e aos pequenos países dependentes, estes últimos “se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática” (LÊNIN, *op.cit.*,p.84) A relação entre grandes e pequenos Estados tornaram-se regra no capitalismo imperialista, entraram como mais uma das características que permitiram ampliar a cadeia *de operações do capital financeiro (id.)*.

Para este autor, mesmo os Estados mais independentes tiveram que se subjugar aos interesses mais arraigados do capital financeiro, (*ibid.*, p. 80), alterando o modo como se articulavam internamente e projetavam-se internacionalmente. Hilferding exemplifica este fato ao afirmar que:

o capital financeiro não quer liberdade, mas dominação; não tem interesse pela autonomia do capital industrial, mas exige seu atrelamento; detesta a anarquia da concorrência, e quer a organização, certamente apenas para poder retomar a concorrência numa escala mais alta. Mas para impor isso, para manter e ampliar sua superioridade, precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha a necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Precisa, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. (HILFERDING, *op.cit.*, p. 314).

Tal tarefa não seria possível se as bases matérias não fossem acompanhadas de uma ideologia que justificasse e, ao mesmo tempo, embelezasse as aspirações imperialistas da classe financeira. As aspirações pacíficas e humanitárias que deram corpo a ideologia liberal

foram substituídas por uma atraente compreensão do expansionismo *imperialista* (racista) como uma ideologia cosmopolita, baseada no argumento do interesse-geral:

Mas é irresistível e arrebatador quando revela seu próprio ideal. O imperialista não quer nada para si; mas também não é nenhum ilusionista ou sonhador que desfaz o enredo inextricável das raças em todas as etapas do desenvolvimento e com todo o tipo de possibilidades, em vez de desenvolver a noção incruenta da humanidade. Com olhos duros e lúcidos, contempla a multidão dos povos e vê, olhando sobre todos eles, sua nação própria. Ela é real, vive no poderoso Estado, cada vez maior e mais poderoso, e sua elevação vale todo o seu esforço. Consegue-se assim o abandono do interesse individual por um interesse geral superior que constitui a condição de toda ideologia social vital; (...) Os antagonismos de classe desaparecem para o bem da coletividade. A luta de classes, estéril e perigosa para os proprietários, dá lugar à ação coletiva da nação unida pelo mesmo fim de grandeza nacional. (HILFERDING, *op.cit.*, p.315).

Tendo suas condições materiais representadas, sobretudo, pela monopolização e pela constituição do capital financeiro, que só conseguiram dar continuidade e elevação da valorização do capital mediante sua expansão para além das fronteiras nacionais, nada mais promissor que uma ideologia que tornasse a expansão violenta do capital no mais puro anseio de construção da coletividade. As limitações concretas da tendência a queda da taxa de lucro (devido ao aumento da escala produtiva, do grau elevado de desenvolvimento tecnológico, das enormes quantidades de maquinário e equipamentos) bem como do pauperismo das classes operárias internas foram mascaradas pela ideologia ufanista imperial. Sobre o principal motivo das práticas imperialistas foram esclarecedoras as seguintes palavras proferidas por *Cecil Rhodes, milionário, rei da finança e principal responsável da guerra anglo-boer*:

Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembléia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era: pão!, pão!, e ao refletir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo ... A idéia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. ***Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas.***” (RHODES *apud* LÊNIN, 1917, p.78, grifos nosso).

A complexidade com que se constitui o capital financeiro historicamente não pode ser explicada apenas por seu desenvolvimento lógico, embora este seja importante para compreendemos seu desenvolvimento histórico. O capital financeiro configurou-se concretamente, por meio de um arranjo político, no qual os interesses e ideologias das classes dominantes de todos os países do globo foram se solidarizando aos interesses dos magnatas financeiros e os países do mundo foram adquirindo características cada vez mais autoritárias internamente e cada vez mais agressivas em sua política externa.

A projeção do capital financeiro na economia mundial ampliou consideravelmente a subordinação das economias dependentes frente à oligarquia financeira e aos países, nos quais elas se originaram. Fato que, contraditoriamente, ocorreu mediante o desenvolvimento das forças produtivas nos países subdesenvolvidos, sob o comando deste capital exportado. O impacto deste processo, do ponto de vista dos países subdesenvolvidos, consistiu em um ciclo de acumulação interno distinto daquele apresentado pelos países centrais, com características próprias, uma vez que se referiam a formações econômicas e sociais distintas. Os principais elementos observados foram: a superexploração da força de trabalho e a cisão entre a esfera da produção e da circulação, que intensificada resultou também na cisão entre esfera alta e baixa do consumo interno. Apresentaremos no próximo capítulo, por conseguinte, as consequências da fase imperialista nestas economias consideradas dependentes, dando ênfase nas considerações da teoria marxista da dependência, que centrou suas análises nestas consequências.

3 AS LEIS INERENTES AO CAPITALISMO DEPENDENTE FORMULADAS PELA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A história do subdesenvolvimento latino americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. Inversamente, apenas a compreensão segura da evolução da economia capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina. (MARINI, 1974, p. 47).

Tendo apresentado, no capítulo anterior, as principais transformações na economia mundial, dando ênfase nas interpretações marxistas que privilegiavam a análise do ponto de vista dos países centrais, neste segundo capítulo trataremos de analisar as transformações do capitalismo mundial do ponto de vista dos países periféricos, recorrendo a autores marxistas que focaram suas análises no impacto dessas transformações nas formações econômicas e sociais dependentes.

Primeiramente, apresentaremos as interpretações dos principais autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) sobre as modificações históricas observadas no pós-II Guerra Mundial e seu impacto nas relações entre centro e periferia. Em seguida exporemos as categorias formuladas por eles para explicar as especificidades do capitalismo dependente, a saber: a) a oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento; b) os mecanismos de transferência de valor que possibilitam a dependência; c) o conceito de superexploração do trabalho; d) e, finalmente, a cisão entre produção/circulação e, posteriormente, esfera alta e baixa do consumo.

Daremos destaque, sobretudo nos itens c e d, às contribuições de Ruy Mauro Marini, pois foi ele quem mais se aprofundou no modo como o ciclo de reprodução do capital se apresentou em uma formação econômica social dependente, apontando para o fato de que se tratava de um padrão de reprodução particular que impedia a ascensão desta formação dependente ao *hall* dos países desenvolvidos.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD)⁶⁰ surge em 1960 com o intuito de compreender as especificidades da acumulação do capitalismo nas formações econômicas e sociais periféricas. As transformações ocorridas no pós-guerra, momento em que os Estados

⁶⁰ Dentro da teoria da dependência as principais correntes existentes são a de matriz weberiana, que tem nos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto os principais teóricos, e a de matriz marxista, na qual se encontram como principais autores Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e o autor, aqui estudado com maior profundidade, Ruy Mauro Marini. Restringir-nos-emos a esta última dada a grande importância de Ruy Mauro Marini para a formulação dela e a importância, consequente, dos pressupostos da TMD para a constituição do conceito de subimperialismo a ser desenvolvido no terceiro capítulo.

Unidos consolidaram sua hegemonia, caracterizaram-se, sobretudo, pela expansão acentuada do capital e, por conseguinte, da integração das economias mundiais.

Seus teóricos de maior destaque— Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini – incorporaram aos seus estudos considerações da teoria marxista do imperialismo, anteriormente apresentada, a fim de compreenderem a constituição e as características fundamentais do capitalismo quando atinge sua fase superior – o imperialismo. Além disso, por tratarem de um período histórico posterior, ao trabalhado pelos teóricos marxistas do imperialismo, puderam identificar o aprofundamento das características do imperialismo, bem como algumas modificações qualitativas que recompuseram, sob formas mais complexas e agudas, as relações entre centro e periferia.

Para Caputo e Pizarro, autores que tiveram importantes contribuições para a formulação da TMD, a teoria marxista do imperialismo disponibilizou categorias e elementos teóricos que possibilitaram uma nova perspectiva *teórico-metodológica* para compreender a realidade latino-americana. Tratava-se sobretudo de analisar “el subdesarrollo a partir de una totalidad que comprende la economía mundial, el centro hegemónico del sistema, las estructuras dependientes y las relaciones económicas entre el centro y los países dependientes” (1971, p. 159).

Como afirma os autores:

[tiene] un conjunto de elementos que caracterizan las relaciones económicas internacionales de América Latina de posguerra. Entre otros, se destacan la importancia que asumen los movimientos de capitales respecto de los movimientos de mercaderías, la nueva orientación de la inversión extranjera hacia los sectores más dinámicos de la economía latinoamericana, el creciente control de las economías ejercido por el capital latinoamericano (...) (CAPUTO; PIZARRO, 1971, p. 11).

Bukharin, Hilferding e Lênin abordaram em suas obras elementos que viriam a ser utilizados pela teoria da dependência para entender as relações desiguais entre centro e periferia, a saber: a subordinação da classe trabalhadora da periferia às necessidades de acumulação das classes dominantes do centro, as desigualdades entre os países agrários e os industriais, a subordinação da maioria dos países à lógica de acumulação dos trustes capitalistas nacionais etc.. Entretanto, acreditamos que não foi uma questão para eles⁶¹, nem

⁶¹ As particularidades do capitalismo dependente não foram centrais na obra destes autores, pelo contrário, suas principais considerações versaram sobre o modo como a reprodução do capital em geral alterou-se com o desenvolvimento dos monopólios e do capital financeiro. Entretanto, todos estiveram comprometidos em apontar as desigualdades entre os Estados como determinante para refletir as modificações da acumulação de capital geral na fase imperial. Bukharin chegou a argumentar que “Mais importante ainda para nós, porém, é o fato de a desigualdade de desenvolvimento das forças produtivas criar diversos tipos econômicos e diversas esferas

empiricamente nem conceitualmente, o modo como estas economias dependentes atuaram e/ou responderam ao processo de reprodução global do capital.

A TMD constituiu-se, então, como uma tentativa de compreender as transformações da reprodução do capital mundial do ponto de vista das economias periféricas. Rompeu com concepções hegemônicas propostas pelos conhecimentos desenvolvidos nos países centrais, e, por isso, tornou-se complemento, reformulação e expansão da teoria do imperialismo.

A pesar de que la teoría de la dependencia debe ser situada en el cuadro global de la teoría del imperialismo, ella tiene su realidad propia que constituye una legalidad específica dentro del proceso global y actúa sobre él de esta manera específica. Comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa no sólo ampliar la teoría del imperialismo, sino también contribuir a su reformulación. (DOS SANTOS, 1972, p.41).

Vejamos a seguir quais foram as transformações históricas que observaram os autores da TMD para formular suas contribuições específicas aos países periféricos.

3.1 Contexto histórico

A problemática que preocupava os autores da TMD, entre as décadas de 60 e 70, referia-se, em última instância, aos motivos que impediram a consolidação de um desenvolvimento industrial autônomo nos países latino-americanos e que, ao mesmo tempo, desencadeou nestes países uma profunda crise estrutural – política, econômica, social e cultural⁶².

Os indícios para refletir esta problemática foram encontrados nas transformações que aconteceram na economia mundial com a consolidação da hegemonia norte-americana após a 2ª guerra mundial. Foram os excedentes de capital provenientes da acentuada concentração e centralização nos países desenvolvidos, com destaque aos EUA, que permitiram uma intensificação dos investimentos – sob a forma de investimento externo direto (IED) ou indireto (IEI) – para o continente e a decorrente perda do controle autônomo da industrialização. Tratou-se de um período posterior ao observado pelos autores marxistas do

industriais, alargando, desse modo, a divisão internacional do trabalho sobre uma base social. Queremos referir-nos à diferença existentes entre os países industriais, que importam produtos da agricultura e exportam produtos manufaturados, e os agrários, que exportam produtos agrícolas e importam produtos da indústria.” (1916, p. 20).

⁶² A TMD se constituiu enquanto uma teoria crítica que pretendeu superar as teorias (sobretudo, do desenvolvimento) vigentes nos países latino-americanos, que se mostraram incapazes de compreender a realidade histórica do período no continente. As mais importantes foram: as concepções dos partidos comunistas, concepção hegemônica da classe operária, que propunham uma integração momentânea entre a burguesia nacional e a massa explorada, sob liderança desta última, para a instauração de um governo democrático, que se posicionasse contra o imperialismo e as oligarquias feudais; e a concepção desenvolvimentista que tinha sua maior expressão na Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Esta última, representante da burguesia industrial, desenvolveu as principais contribuições para a constituição de uma ideologia nacionalista fundamentada na intervenção ativa do Estado periférico, em busca de superar os obstáculos internos e atingir o patamar de país desenvolvido (BAMBIRRA, 1978, p. 4 e5).

imperialismo, no qual a constituição e expansão dos monopólios haviam ampliado consideravelmente, tanto em termos geográficos como em níveis de poder, e o fim das duas guerras mundiais teria resultado na emergência de uma nova potência mundial – os Estados Unidos.

Foi com uma hegemonia militar, com a exportação do modo de produção e circulação fordista, com a expansão de partes arcaicas de sua revolução científico-tecnológica e com a construção de órgãos financeiros internacionais (como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)) que os EUA promoveram uma política de integração intensa entre as distintas esferas produtivas no mercado mundial que privilegiava, em último curso, o próprio capital norte-americano (MARINI, 1977a, *passim*; DOS SANTOS, 1998, p. 17).

Tendo sido sobre a base de reordenamento da economia capitalista mundial e da expansão monetária que tem tido lugar a ampliação progressiva do raio de acumulação do capital privado norte-americano, integrando, sob seu controle, os aparatos produtivos nacionais ali compreendidos. *O período da hegemonia britânica havia sido o da criação e da consolidação do mercado mundial; o período da hegemonia norte-americana haveria de ser o da integração dos sistemas de produção.* (MARINI, 1977a, p. 3, grifos no original).

A monopolização das esferas produtivas centrais, intensificada com o desenvolvimento desenfreado do complexo-industrial militar, sobretudo nos EUA, gerou um aumento significativo na composição orgânica do capital, que tencionava a queda dos lucros e proporcionava a obsolescência dos equipamentos e maquinários em períodos cada vez menores. A forma encontrada para impedir a queda dos lucros foi a intensificação das exportações de capital e de equipamentos e maquinários obsoletos, destinados não só às zonas agrícolas e de matérias-primas (como fora observado pelos autores marxistas do imperialismo), mas também, e principalmente, ao setor manufatureiro, que se desenvolvia capengamente no interior das economias periféricas.

Para Marini (1974; 1977a), este movimento alterou qualitativamente a divisão internacional do trabalho: que deixava de basear-se na oposição entre dois tipos de países – os desenvolvidos e os subdesenvolvidos – para dar lugar a uma nova estrutura hierárquica, na qual emergiam subcentros de acumulação, que se tornavam elos intermediários nessa relação. Ao mesmo tempo, do ponto de vista dos países periféricos, o que estes autores observaram foi a desnacionalização da esfera produtiva, resultado da internalização do capital financeiro internacional, que acentuava a dependência destes países frente aos países centrais e colocava em cheque a possibilidade de um desenvolvimento industrial autônomo.

A desnacionalização promoveu, então, nos países latino-americanos uma crise do projeto nacionalista de industrialização⁶³. Este projeto teve início com as dificuldades de exportação dos países periféricos, intensificada com a crise mundial de 1929, que impulsionou um processo de industrialização “para dentro” (sobretudo nos países denominados por Bamberger de tipo A) ancorado na política de substituição de importações⁶⁴.

Tal projeto representava um compromisso entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial nascente, que se valia das divisas geradas pela primeira para impulsionar a produção industrial (MARINI, 1974, p54-56). Coube ao Estado periférico, neste período, intervir e direcionar o projeto, investindo em setores estratégicos e criando as possibilidades ao capital privado nacional para participar da industrialização. Tratava-se de um projeto que almejava a construção de um Estado independente capaz de romper com as amarras da dependência.

Entretanto, a crise da industrialização autônoma, exposta sucintamente, ocorreu justamente quando consolidada a indústria leve, em 1950, sobretudo. Exigiu-se uma quantidade maior de divisas para a instalação das demais fases produtivas intensivas em bens de capital, que a burguesia mercantil agroexportadora não foi capaz de suprir⁶⁵, mas que o excedente de capital estrangeiro o foi, sob a forma de investimentos diretos (que transferiam partes obsoletas da indústria central aos países periféricos) e financiamentos aos Estados e/ou empresas privadas nacionais. Como bem expõe Dos Santos (1972, p. 32):

El Estado, inmerso en una realidad del poder de los monopolios extranjeros formados por empresas internacionales que disponen del control de la tecnología, de capital y de las técnicas administrativas, no reúne las condiciones necesarias para

⁶³ Vânia Bamberger estabelece dois tipos de estruturas nacionais dos países latino-americanos, de acordo com o nível de industrialização destes, quando adentram no processo de integração produtiva sob a hegemonia dos EUA. O primeiro (Tipo A) consiste nos países que, no pós-guerra, embora ainda fosse predominante o setor agroexportador, já havia um processo de industrialização iniciado anteriormente. São eles: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. O Tipo B contemplaria os países com estruturas primário-exportadoras e com indústrias exclusivamente artesanais, sendo o processo de industrialização resultado do controle direto do capital estrangeiro sob a produção. Destacam-se entre eles: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras e República Dominicana. A autora propõe também um Tipo C que abarcaria os países que ainda na década de 60 não haviam desenvolvido significativamente sua indústria (Paraguai, Haiti e talvez Panamá) e exclui Cuba da tipologia, dado o processo revolucionário que altera o processo de industrialização no país que passa a ser direcionado ao socialismo. (BAMBIRRA, 2012, capítulo III).

⁶⁴ Esta política consistia na substituição de produtos anteriormente importados por produtos produzidos nacionalmente. Iniciava-se com as indústrias leves até atingir as de ponta no final do percurso. Para tal contava-se com a intervenção intensa do Estado como direcionador do processo e como investidor dos projetos nos quais o capital privado não investia devido aos altos riscos e baixos lucros no curto prazo (como infraestrutura) (DOS SANTOS, 1972, p.24).

⁶⁵ Dentre outros motivos devido a deterioração dos termos de troca (que será mais desenvolvido no item III) que pressiona para baixo o valor dos produtos agrários (que são produzidos predominantemente pelos países periféricos) e para cima os produtos manufaturados (produzidos essencialmente pelos países centrais).

oponerse a esta realidad y termina por ser controlado y dominado por los intereses de tales sectores.

Além disso, é preciso destacar que a internalização do capital estrangeiro (e nos referimos ao capital financeiro com seu elevado poder de diversificação e mobilidade, já apresentado no capítulo um), colocou em um patamar superior a dependência dos países periféricos, na medida em que o imperialismo deixou de ser um elemento de influência externo para ditar o ritmo, a intensidade da produção, bem como os setores que se desenvolveriam e os que se manteriam estagnados ou interrompidos. A transferência de valor aos países centrais também atingiu outro nível: a exportação de capital gera uma valorização muito mais significativa do que a mais-valia transferida pelas trocas de mercadorias e intensifica a transferência de valor sob outras formas como lucros de produção, juros, dividendos e *royalties*.

A entrada do capital financeiro internacional e seu retorno, acentuado pelas novas formas de transferência de valor, exigiu uma violação ainda maior do valor da força de trabalho nos países dependentes. A superexploração da força de trabalho também se intensificava com a elevação da produtividade nos países periféricos (engendrada pela exportação do capital), o que promovia uma compressão dos empregos na indústria e implicava na ampliação do exército de reserva, deteriorando as condições de trabalho e pressionando os salários para baixo.

Para Marini, a agudização da superexploração da força de trabalho desencadeava uma cisão maior entre esfera produtiva e esfera de circulação, isso porque a maior disponibilidade de produtos, não promovia uma ampliação no mercado interno, que fosse capaz de absorver tais produtos, o que intensifica ainda mais a crise que sofreram, no início de 60, as economias latino-americanas.

A consequência é o que Bambirra (1978 e 1972), Dos Santos (1972) e Marini (1974) denominaram como terceira forma de dependência, muito mais radical e intensa, pois consistiu na internalização do capital estrangeiro controlando as esferas produtivas dos países periféricos. Rompeu-se, com isso, o pacto entre as burguesias nacionais e delas com as massas (características dos governos populistas que lideravam o projeto nacionalista de industrialização). A burguesia industrial nacional abandonou o anseio de autonomia e, em meados de 60, aceitou aliar-se como sócio menor do capital estrangeiro, devido às maiores possibilidades de angariar lucros extraordinários (BAMBIRRA, 1978, p. 5; MARINI, 1974, p. 62).

Esse modelo “proposto” pelo imperialismo desencadeia, por seu turno, nos países latino-americanos a instauração de governos autoritários que foram, na visão de Marini (1973, p. 69 e 75), resultados da luta de classe interna, que integra também a própria burguesia estrangeira (que se internaliza com os IEDs). Ao mesmo tempo em que esta última, juntamente com o grande capital nacional, passou a dominar o cenário interno e levou estes países, em graus distintos, a integrar-se à lógica da etapa superior do capitalismo.

Os autores marxistas da dependência, ao se debruçarem para compreender as limitações de um desenvolvimento autônomo na periferia do mundo, construíram sua teoria sobre as desigualdades entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, buscando entender o início desta desigualdade, o nível superior que ela atinge com a internalização do capital financeiro e, finalmente, o impacto no ciclo de reprodução dos países periféricos, sendo este último mais aprofundado por Marini. Nos próximos itens buscaremos traçar este caminho, a fim de compreender os principais elementos que conformaram o que se apresentou como sendo uma teoria sobre os países dependentes.

3.2 Desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Nuestro desarrollo está condicionado por ciertas relaciones internacionales que son definibles como relaciones de dependencia. Esta situación súmete nuestro desarrollo a ciertas leyes específicas que califican como un desarrollo dependiente. (DOS SANTOS, 1972, p. 37)

A revolução industrial e a constituição de uma “Civilização Ocidental” representaram o *grande processo social* que criou a era moderna. O fim da 2ª guerra mundial, e, com isso, a acentuação da crise do colonialismo, debilitaram as recorrentes concepções de modernidade neofacistas, ancoradas na superioridade racial européia, fazendo com que a modernidade fosse compreendida como um fenômeno universal que todos os países deveriam atingir para consolidar-se como sociedade democrática (DOS SANTOS, 1998, p.9).

A teoria do desenvolvimento⁶⁶ foi quem desenvolveu as características dessa nova compreensão de modernidade como fenômeno universal. Aproximando-se das características dos países europeus e dos Estados Unidos como exemplos de modernidade, esta corrente apresentaria como elementos modernos aqueles vinculados à racionalidade econômica que permitiriam costumes, política e atitudes que promoveriam a produtividade máxima, a possibilidade de poupança e acumulação de riqueza etc. (*Ibid.*, p.9 e10).

⁶⁶ Houve diversos defensores dessa teoria nas distintas áreas do conhecimento, que objetivavam, segundo Dos Santos, “elevar as sociedades tradicionais, de comportamento não-racional e valores comunitários limitados, à condição de sociedades modernas, racionais, universalistas, etc. (...) [o] ponto mais radical [desta teoria] e, ao mesmo tempo, mais divulgado [encontra-se] na obra de W.W. Rostov.” (Dos Santos, 1998, p. 10).

Os países que não estivessem no estágio superior da era moderna – países tradicionais– deveriam, então, estabelecer políticas que permitissem abandonar valores arcaicos que os mantinham no atraso para então, adentrarem na racionalidade moderna.

Essa literatura⁶⁷, como defende Marini (1974; 1973) e Dos Santos (*ibid*, p.15), compreendia o subdesenvolvimento como sendo a inexistência de desenvolvimento. Concebia-se, portanto, o atraso como uma etapa quantitativamente inferior à etapa moderna, que poderia ser erradicada com um esforço nacional que, ao incorporar determinadas políticas econômicas, atingiria o desenvolvimento.

A importância da teoria marxista da dependência, na contramão desta concepção, foi apresentar uma compreensão dos países periféricos não como tradicionais, pré-capitalistas ou feudais, mas, como sendo formações econômicas e sociais em sua origem mercantis, pois serviram desde os primórdios como produtores de mercadorias tropicais e minérios para atender a demanda de acumulação capitalista dos países europeus. Dos Santos, remetendo-se às considerações de André Gunder Frank sobre o tema, expõe:

El sistema capitalista se forma como un conjunto de satélites que circulan en la órbita de un astro central. Este astro central explota a todo el sistema de satélite y subsatélite que, a su vez, explota a los que están más abajo del sistema. Dentro de los países subdesarrollados hay, por tanto, un sistema de explotación interno que se liga al sistema internacional (1972, p. 43).

Esse processo, mencionado por Frank, era comprovado por Santos ao observar a expansão do mercado latino-americano, que se desenvolvia para atender as exigências das importações europeias. A exportação de alimentos, produzidos ali, supria as necessidades da expansão industrial no continente europeu como também possibilitava a queda de preços dos bem-salários consumidos pelos operários. Nesse sentido, Marini observava que muito mais do que atender as necessidades físicas de expansão industrial, e o conseqüente aumento do número de trabalhadores, a América Latina foi importante para deslocar no centro a valorização do capital via mais-valia absoluta para mais-valia relativa, uma vez que, ao reduzir o valor real da força de trabalho, possibilitou que o aumento da produtividade se configurasse como taxas mais elevada de mais-valia (1973a, p. 143-148).

A primeira grande contribuição destes autores seria, portanto, propor um entendimento do subdesenvolvimento não como sendo um estágio anterior do desenvolvimento, mas sim como uma estrutura que se desenvolveu condicionada pelas relações internacionais

⁶⁷ Vale ressaltar que por mais que a CEPAL tenha um papel importante na crítica à teoria clássica do comércio exterior e à constatação da deterioração dos termos de troca nas relações internacionais, ainda assim são consideradas teorias do desenvolvimento por comungarem da concepção de subdesenvolvimento como uma fase anterior ao desenvolvimento, que pode ser superado por meio de políticas econômicas.

capitalistas, que são dependentes. Para explicar essa totalidade contraditória, Dos Santos apresentou a dependência como sendo uma situação na qual alguns países têm seu desenvolvimento condicionado pelo desenvolvimento de outros países, aos quais estão subordinados:

La relación de interdependencia entre dos o más economías, y entre estas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y auto-impulsarse en tanto que otros países (los dependientes) solo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo inmediato. (DOS SANTOS, 1972, p. 45).

Para a TMD, a dependência⁶⁸ fundou-se, então, na divisão internacional do trabalho entre países produtores de bens primários e países produtores de produtos manufaturados, divisão já identificada pelos autores apresentados no capítulo um, se reproduziu, no decorrer da história, intensificando as brechas entre estes dois grupos de países, e atingiu seu ápice quando um grupo pequeno de capitalistas financeiros dominaram – sob os cuidados das grandes potências – a massa de países dependentes, que ficaram à mercê dos monopólios, detentores das possibilidades de poupança e investimento. Nesse sentido, as revoluções comerciais, industriais e de comunicação apenas agudizaram as relações de dependência, que assumia, desde os primórdios, a forma de um desenvolvimento, considerado por Dos Santos, ao mesmo tempo desigual e combinado.

Desigual porque o desenvolvimento de alguns países estaria subordinado ao desenvolvimento de outros, a saber, parte dos excedentes gerados pelas economias dependentes era destinada às economias centrais, dado o controle monopólico do mercado mundial por estas últimas; combinado, também, porque foi a combinação das desigualdades e a transferência de valor aos países centrais que caracterizaram essa diferença entre os países, e que as aprofundaram, do mesmo modo que estruturaram, a lógica capitalista da economia mundial (*Ibid.*, p. 55).

Alertou-nos estes autores que os condicionantes da dependência, entretanto, não poderiam, de maneira alguma, ser entendidos como estanques. Ainda que as estruturas

⁶⁸ Dos Santos (1970, p.232) apresentou três formas de dependência: a dependência colonial, com base na exportação de produtos *in natura*, na qual as relações econômicas entre Europa e suas colônias se estabeleceram por meio da dominação do capital comercial e financeiro em aliança com os estados colonialistas; a dependência “financeiro-industrial, que teve sua expansão destinada ao desenvolvimento da produção de matérias-primas e produtos agrícolas no interior dos países dependentes, consolidou-se nos finais do século XX e foi caracterizada pela dominação do grande capital, originário dos centros hegemônicos; a terceira forma, estabelecida no período pós-guerras, aparece como resultado da dominação e expansão das multinacionais, que investem nos setores produtivos internos dos países desenvolvidos, denomina-se como dependência tecnológica-industrial. No decorrer do texto nos restringiremos, sobretudo, às transformações desta última. Para maiores detalhes sobre as formas ver Marisa, 2012.

internas dos países periféricos fossem modeladas pela estrutura desigual do mercado mundial, as economias dependentes, por sua vez, remodelavam as possibilidades dentro desta estrutura. Não se tratava, portanto, de compreender a dependência como um fator externo, mas sim de entendê-la como “uma condição que configura certa estrutura interna, mas como resultado da formação, expansão e consolidação do sistema capitalista” (*ibid.*, p.40).

Isto era especialmente importante, na medida em que enfatizava a forma integrada que se estabelecia o desenvolvimento nos países centrais e as limitações do desenvolvimento nos países periféricos. Dessa maneira, o desenvolvimento de um país não poderia ser compreendido por um conjunto de elementos que se apresentavam em alguns países e em outros não, mas sim deveria ser compreendido do ponto de vista de uma totalidade, na qual a presença destes elementos em alguns países era consequência da não presença dos mesmos em outros.

Ressaltava, ainda, estes autores, que as relações entre a burguesia nacional e internacional foram extremamente importantes para compreender a dependência das economias periféricas, de modo que não se tratava apenas das relações internacionais, haveria internamente um respaldo das classes dominantes locais à dominação imperialista, as burguesias nacionais beneficiavam-se desta estrutura capitalista e seus interesses convergiam, ainda que não completamente, com os interesses da camada dominante internacional (DOS SANTOS, 1972; MARINI, 1974).

Seguindo a famosa máxima de que os homens fazem a história de acordo com as condições e limites materiais que lhes são postos, argumentava Bambirra que:

Não existe condicionante absoluto (...) mas sim um condicionante dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis (1972, p. 7 e 8).

A crise da industrialização autônoma que ocorreu nos países latino-americanos permitiu, portanto, a constituição de uma nova teoria que alterou as bases de compreensão das relações internacionais. Sob o ponto de vista da dependência, o conceito de subdesenvolvimento foi reformulado e passou a ser compreendido como um fenômeno complementar ao de desenvolvimento, já que representavam conjuntamente a lógica de acumulação do capitalismo mundial. Concomitantemente, os países dependentes representaram a base de sustentação para o desenvolvimento dos países centrais, pois foi a transferência de valor dos primeiros que possibilitou a acumulação ampliada dos últimos.

(...) a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 1973a, p. 141).

A importância desta nova chave de leitura, para entender as contradições do processo de industrialização autônomo nas economias latino-americanas, encontrava-se no fato de que ela questionava as leituras deste processo que atribuíam à incapacidade estatal e das burguesias locais as dificuldades de consolidação da indústria nos países periféricos. Para os autores desta corrente, a crise da industrialização autônoma ocorreu por condições estruturais muito mais complexas e que estavam, em primeira e última instância, atreladas ao modo como estas economias inseriam-se, desde a colonização, subordinadamente nas relações internacionais, dando suporte e garantindo o desenvolvimento industrial nos países centrais.

Essa subordinação engendraria um modo específico de reprodução da lógica capitalista dentro das economias periféricas, explicado pela necessidade de transferência de parte do valor produzido internamente aos capitalistas das economias centrais e que resultaria na utilização da superexploração da força de trabalho abaixo de seu valor real e na cisão entre a produção e circulação do capital. O autor que mais se aprofundou no modo como este ciclo de acumulação se apresentava nestas economias foi Ruy Mauro Marini, por isso no próximo item nos deteremos em suas considerações sobre esse processo.

3.3 A acumulação de capital nas economias dependentes.

Neste terceiro item nosso objetivo será mostrar, ainda que não exaustivamente, quais foram os mecanismos de transferência do valor, observados por Marini, que condicionaram a história concreta dos países dependentes, o modo como estes últimos países valeram-se, para compensar esta transferência, de mecanismos de superexploração da força de trabalho e, finalmente, o impacto desses dois elementos no ciclo de acumulação da economia dependente. Utilizaremos neste item, além das considerações de Marini, ao menos três comentadores que trouxeram contribuições críticas e sínteses sobre o processo trabalhado por Marini. Foram eles: Jaime Osório, orientado por Marini na Universidad de Chile, Marcelo Dias Carcanholo e Carlos Eduardo Martins.

3.3.1 Dos mecanismos de transferência de valor.

Como visto no item anterior, a integração das economias latino-americanas à economia mundial ocorreu mediante a disponibilidade, por estas economias, de bens-

primários aos países europeus, que permitiram deslocar no centro a valorização do capital da mais-valia absoluta para a relativa. Marini identificou que a elevação da oferta destes bens acompanhou-se de uma redução dos seus preços frente aos preços dos produtos manufaturado, entretanto, essa redução não representava uma deterioração real dos bens, visto que não era produto do aumento da produtividade nesses países:

Trata-se do fato suficientemente conhecido de que o aumento da oferta mundial de alimentos e matéria-prima tem sido acompanhado da queda dos preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas. Como os preços dos produtos industriais se mantêm relativamente estáveis, e em algum momento caem lentamente, a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários. É evidente que tal depreciação não pode corresponder à desvalorização real desses bens, devido a um aumento de produtividade nos países não industriais, já que é precisamente ali onde a produtividade se eleva mais lentamente. Convém, portanto, indagar as razões desse fenômeno (Marini, 1973a. p. 149).

Para o autor, o problema das trocas desiguais não poderia ser explicado apenas por oscilações no mercado e nem mesmo pela intervenção estatal – seja ela econômica ou militar –, mas apresentava-se na possibilidade de utilização, pelos países centrais, de mecanismos que lhes permitissem “burlar” a lei do valor⁶⁹, isto é, transferir valor do capitalista – estabelecido nos países periféricos – aos capitalistas do centro:

O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la. Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, **passando por cima das leis de troca**, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. (Marini, 1973a. p. 151, grifos nosso).

As formas pelas quais ocorrem as transferências de valor foram deduzidas por Marini a partir das considerações de Marx sobre a lei geral de acumulação de capital⁷⁰. Para apresentá-las utilizaremos o esquema proposto por Marcelo Dias Carcanholo, em seu texto *Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico*, no qual o autor sintetiza e relaciona três fundamentais condicionantes da dependência aos mecanismos de transferência de valor⁷¹, que atuam em cada um deles.

⁶⁹ Para Marini (1973; 1979) e Osório (2009; 2012) a transferência de valor aos países centrais referia-se a formas de “burlar” a lei do valor, desenvolvida por Marx. Carcanholo, no entanto, opõe-se a esta leitura e identifica a transferência de valor como sendo uma afirmação desta lei. As limitações deste trabalho nos impedem de apresentar sistematicamente este debate, para saber mais ver Carcanholo (2012) e Beraldo (2012).

⁷⁰ Não retomaremos as considerações de Marx, pois excedem as pretensões desta dissertação, para maiores detalhes ver Beraldo (2012, p. 16-38).

⁷¹ Ainda que o próprio autor nos previna de antemão do possível reducionismo que isso pode implicar, consideramos uma forma didática e suficiente para aspirações desta dissertação.

Para Carcanholo, os três condicionantes estruturais da dependência, desenvolvidos por Marini, foram: a deterioração dos termos de troca, que consiste na redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes frente aos produtos manufaturados de maior valor agregado exportados pelos países centrais; a emissão de excedentes aos países desenvolvidos sob a forma de lucro, juros, dividendos, amortizações, *royalties* etc.; e, finalmente, a instabilidade dos mercados financeiros internacionais que acarreta juros altos na disponibilização de crédito aos países periféricos (2009, p. 254).

No primeiro condicionante - deterioração dos termos de troca - é possível identificar pelo menos três formas de transferência de valor.

Uma que ocorre mediante a concorrência entre capitais externos e internos de uma mesma esfera de produção. Esta consiste no fato de que uma mesma mercadoria pode variar o seu valor de produção, dado o grau de desenvolvimento da composição orgânica do capital, isto é, a possibilidade de aumentar a produtividade (dada uma superioridade tecnológica ou uma melhor organização produtiva) diminuindo, com isso, os custos de produção, adquirindo, portanto, uma mais-valia extraordinária.

Como não é possível a apropriação de um valor que não foi produzido, a mais-valia extraordinária refere-se à repartição do valor entre capitalistas de um mesmo setor. Por exemplo: uma mercadoria produzida por um custo menor, pela empresa (A) é, então, vendida ao preço de mercado (tempo de trabalho socialmente despendido), de modo que a empresa (B), com capacidade produtiva inferior, transfere parte de sua mais-valia à empresa (A):

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente este fato que leva o capitalista individual a procurar o aumento da produtividade, já que isso lhe permite baixar o valor individual da sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior – ou seja, uma mais-valia extraordinária. Dessa forma, essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no ramo considerado, quer dizer, não incide na taxa de mais-valia. (Marini, 1973a. p.145)

No âmbito da economia mundial isso resultaria que economias com capitais abaixo da produtividade mundial gerariam mais-valor do que é de fato apropriado internamente. Esta desigualdade de produtividades gerada tanto nas economias centrais como nas periféricas, representaria, no esquema proposto por Carcanholo, um primeiro mecanismo de transferência de valor das últimas para as primeiras.

Para Marini, outro mecanismo consistiria na concorrência entre diversas esferas de produção. Sucintamente, este recurso refere-se à obtenção de um lucro extraordinário para setores que produzem seus produtos com maior produtividade. Nas trocas entre as nações a transferência ocorre porque os países periféricos tendem a possuir capitais com baixa produtividade frente a todos os setores da economia mundial, proporcionando um lucro extraordinário médio aos países centrais (fruto da mais-valia gerada e não absorvida nos países periféricos), onde o capital possui maior produtividade (1973, p. 150-152).

O terceiro e último mecanismo desta primeira etapa relaciona-se com o anterior e baseia-se no monopólio de produtos com maior valor agregado nos países centrais. O simples fato de alguns produtos não serem produzidos (ou serem produzidos com dificuldade) por alguns países (os dependentes) faz com que os países (centrais) que consigam produzi-los *iludam a lei do valor*, isto é, vendam os produtos por um valor superior ao que ele vale, o que se configura como uma troca desigual (MARINI, 1973a, p. 152 e 153).

Na emissão de excedentes aos países desenvolvidos, relacionada ao segundo condicionante estrutural da dependência, encontramos também três recursos de transferência de valor, que, por sua vez, foram intensificados e reformulados com a instauração da nova forma de dependência tecnológica-industrial, na qual o desenvolvimento industrial dos países dependentes latino-americanos passou a estar controlado pelo capital financeiro dos grandes conglomerados industriais, originários dos países centrais.

O primeiro refere-se aos investimentos externos diretos (IED) que são realizados pelos capitais provenientes dos países centrais nos países periféricos. Eles possibilitam a transferência de lucros ou dividendos extraídos da mais-valia ali gerada (MARINI, 1979, p. 25). O segundo consiste nos investimentos externos indiretos (IEI), sob a forma de financiamentos ou empréstimos destinados aos Estados dependentes ou diretamente aos capitalistas receptores. Neste caso a transferência do valor ocorre por meio da transferência de juros e amortizações (*Id*).

Marini ressalta que os dois mecanismos citados permitem a transferência de valor também quando o capital investido (independente da forma) retorna aos países centrais para comprar parte dos meios de produção (equipamentos e maquinarias, sobretudo), a serem investidos na esfera produtiva. Isso acontece porque o processo de industrialização nas economias dependentes ocorreu sem a conformação das indústrias de bem de capital, necessitando por isso importar dos países desenvolvidos partes da produção que não foram desenvolvidas internamente (*Ibid*, p. 27).

Por fim, o terceiro mecanismo de transferência refere-se à dependência tecnológica que transfere valor sob a forma de *royalties*. Ao importar bens de capital dos países centrais que são, em sua maioria, patenteados, há também que se importar o conhecimento para operar esses equipamentos. Como bem expõe Marini (1979, p. 27e 28):

A indústria manufatureira dos países dependentes se apóia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançado, por meio do mercado mundial. Por consequência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto meios materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los⁷².

Além disso, vale ressaltar que a presença de empresas estrangeiras de grande porte nas economias dependentes amplia a concentração e centralização de capital, pois estas obtêm, com privilégios, os meios de produção dos seus países de origem. Isso implica na dificuldade de sobrevivência da média e pequena empresa nacional e propicia uma elevação da dependência dos países periféricos. O terceiro condicionante estrutural da dependência, a saber, a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, acentua drasticamente a transferência de juros e amortizações dos países periféricos aos centrais⁷³.

É preciso atentar-se para o fato de que os mecanismos de transferência de valor acontecem concomitantemente na concretude histórica e articulam-se exacerbando as relações de dependência no âmbito internacional. Estes restringem a acumulação de capital dos capitalistas residentes nas economias dependentes, exigindo mecanismos de compensação que são baseados na superexploração da força de trabalho.

Chegamos assim a um ponto em que já não basta continuar trabalhando simplesmente com a noção de troca entre as nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante exploração do trabalho no interior de cada nação (MARINI, 1973a, p. 154).

A transferência de valor, tal como Marini desenvolveu, foi central para entender os outros dois principais elementos que sustentaram e deram forma ao modo como a acumulação do capital se estabeleceu nas economias dependentes, foram eles: a superexploração da força de trabalho abaixo de seu valor real e a cisão entre esfera da produção e circulação do capital.

⁷² Ainda que todos os países articulados na economia mundial adquiram meios de produção internacionalmente, a característica da economia dependente é a forma intensa com que isso acontece e o fato de que ela é resultado da própria estrutura histórica de acumulação de capital. (MARINI, 1979, p. 27).

⁷³ Para Amaral (2007, p. 01) esse mecanismo refere-se à uma quarta fase da dependência: “O argumento que sustentamos é o de que, num período mais recente – mais propriamente, em tempos neoliberais –, tem se firmado uma nova fase do capitalismo, que representaria uma nova forma histórica da dependência – a quarta forma histórica –, caracterizada, principalmente, pela transferência de recursos (valor, nos termos marxistas) na forma financeira, através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes”.

É porque o país transfere valor ao centro que ele é dependente, e é por isso que desenvolve meios de solucionar o problema, sem, entretanto, alterar as relações desiguais na economia mundial, via superexploração da força de trabalho, o que acentua consideravelmente nos países periféricos as contradições entre capital e trabalho, intrínsecas ao capitalismo.

3.3.2 Da superexploração da força de trabalho

Nessa subseção buscaremos analisar como a integração subordinada de economias dependentes à economia mundial exige que os capitalistas dos países periféricos encontrem formas de contrarrestar as elevadas transferências de valor aos capitalistas dos centros para que consigam continuar acumulando capital internamente. Trata-se de compensar as perdas de mais-valia sem corrigir as trocas desiguais⁷⁴ que ocorrem internacionalmente, valendo-se, então, de um aumento da exploração da força de trabalho interna.

As nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (...) mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meios de recursos de uma maior exploração do trabalhador. (...) O problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna (Marini, 1973a, p.153 e 154).

Para o autor, a transferência de valor, dos países periféricos aos países desenvolvidos, pôde ser observada historicamente pela estruturação dos preços em âmbito mundial e pelas imposições financeiras dos países centrais, além disso, esse processo tornou-se cada vez mais difícil de ser superado quando houve a participação direta do capital estrangeiro na produção interna dependente (MARINI, 1974, p. 52). Nesse sentido, Marini preocupou-se em enfatizar que a incapacidade das economias dependentes de corrigirem o desequilíbrio internacional resultou na necessidade de compensá-lo, pelo menos parcialmente, por meio de uma violenta exploração da força de trabalho interna.

Essa questão é particularmente importante para o autor não apenas porque fundamenta esta prática como princípio sem o qual se torna impossível a reprodução da economia subdesenvolvida, mas também devido ao fato de que as contradições em nível internacional

⁷⁴ Marini ressalva que a superexploração não é derivada da troca desigual, e sim incentivada por esta: “la superexplotación del trabajo es acicateada por el intercambio desigual, pero no se deriva de él, sino de la fiebre de ganancia que crea el mercado mundial, y se basa fundamentalmente en la formación de una sobrepoblación relativa.” (MARINI, 1978, p.12)

foram sendo solucionadas, parcialmente, por meio do acirramento das contradições internas entre capital e trabalho.

Lo único que sostengo es que, en condiciones de intercambio marcadas por una neta superioridad tecnológica de los países avanzados, las economías dependientes debieron echar mano de un mecanismo de compensación que, permitiendo el aumento de la masa de valor y plusvalía realizada, así como de su cuota, contrarrestara al menos parcialmente las pérdidas de plusvalía a que tenían que sujetarse; ese mecanismo fue la superexplotación del trabajo. Ésta explica el fuerte desarrollo de la economía exportadora latinoamericana, pese al intercambio desigual. (MARINI, 1978, p. 173 e 174)

Marini (1973a, p. 189) definiria, então, a superexploração do trabalho como sendo “[a] maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real”. Para Carcanholo, nesta citação, Marini apresenta o fundamento da superexploração do trabalho, que consiste na elevação da taxa de exploração sem passar pela elevação da produtividade, e sua não ocorrência reside no fato de ser negada às economias dependentes a possibilidade de ampliar a produtividade (2013b, p. 86), a ponto de conseguirem alcançar o patamar produtivo das economias desenvolvidas.

Ao apresentar a categoria superexploração da força de trabalho desta forma, Marini identificou esse processo como um condicionante estrutural das economias dependentes, que só pode ser compreendido no modo como a circulação de mercadorias se estabelece internacionalmente, onde se observa a apropriação de valor alheio por aqueles capitais que possuem maior composição orgânica – setorialmente e inter-setores - em detrimento daqueles capitais com menor composição orgânica à média estabelecida internacionalmente. Pertencendo os primeiros essencialmente aos países centrais e os últimos massivamente aos países periféricos, isso consistiria no fato de que o desenvolvimento industrial dependente só ocorreria mediante o apoio do capital estrangeiro e, por sua vez, resultaria na necessidade de transferência de valor.

Segundo Osório, Marini chegou à categoria superexploração da força de trabalho quando passou pelas categorias valor diário e valor total da força de trabalho, desenvolvidas por Marx. O último referir-se-ia ao total de dias em que o proletário vende sua força de trabalho, sob condições saudáveis, além dos anos em que não participara a produção (anos de aposentadoria), já o primeiro, determinado pelo último, consistiria no valor estabelecido unitariamente levando em consideração a duração *normal* da vida de um operário bem como

seu desgaste *normal médio*, a saber, tratava-se dos meios necessários para manter a produção e reprodução do trabalhador (2012, p. 50 e 51)⁷⁵.

Osório atenta-se, ainda, para o fato de que o valor diário deve ser estabelecido de acordo com as condições econômicas, políticas, sociais, morais que determinam uma época. Sendo assim, os avanços da medicina, a massificação de determinados bens intermediários e a consolidação de uma estrutura alimentar específica devem ser considerados nos momentos em que estes elementos passarem a integrar a cesta de consumo dos trabalhadores. Esse detalhe é central para a compreensão da superexploração da força de trabalho naqueles países que despontaram como economias subimperialistas, isso porque a massificação de certos produtos manufaturados foi tida, erroneamente, como comprovação do fim da superexploração da força de trabalho nestes países. Veremos essa questão com mais detalhes no terceiro capítulo desta dissertação.

Além disso, não podemos nos enganar ao considerar a ampliação da cesta de consumo como um meio, realizado pelo capitalista, para melhorar as condições de vida do trabalhador, pelo contrário, a ampliação possibilita o prolongamento da jornada do trabalho (como é o caso dos avanços medicinais), ou é um meio de generalizar o consumo de alguns produtos, para ampliar a mais-valia (como é o caso da massificação de bens intermediários, ou ainda de alimentos com maior valor agregado) (OSÓRIO, 2012, p. 50-53). Sem contar, e isso não podemos perder de vista, o estabelecimento das jornadas de trabalho bem como sua intensidade são resultados, em última instância, do processo de lutas de classes de cada período histórico, de modo que a melhoria nas condições dos trabalhadores refere-se também a luta proletária.

Dito isto, as formas de exploração de trabalho que extrapolem as condições “normais”, que permitam a reprodução do trabalhador pelo tempo médio estabelecido, são consideradas formas de superexploração do trabalho. Osório sintetiza esse processo ao argumentar que:

[u]m salário insuficiente ou um processo de trabalho com sobredesgaste (seja pelo prolongamento da jornada laboral, seja pela intensificação do trabalho), que encurtem o tempo de vida útil e de vida total, constituem casos *em que o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e vida*. Definitivamente, estamos diante de processos de exploração redobrada, na medida em que se viola o valor da força de trabalho (OSÓRIO, 2012, p. 51).

A esta violação tanto do valor diário da força de trabalho como de seu valor total Marini denominou como sendo a superexploração da força de trabalho. O autor expôs em seu

⁷⁵ “O valor diário da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de vida necessários para assegurar a subsistência e reprodução do seu possuidor. Encontram-se aqui necessidades referentes a alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde etc.” (OSÓRIO, 2012, p.52).

texto de maior envergadura *A dialética da dependência* três mecanismos que possibilitam o processo de superexploração⁷⁶ do trabalho: o aumento da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a redução do consumo operário para além do seu limite normal.

O primeiro mecanismo, a elevação da intensidade do trabalho, consiste em uma acentuação do trabalho, na qual o trabalhador produz mais, em um mesmo período de tempo, sem que isso promova uma ampliação salarial, isto é, amplia-se a massa de produtos e com isso a possibilidade de alargar o trabalho excedente – a mais-valia. Ainda que esse processo tenha sido tratado por Marini, no texto acima citado, como resultante de mais valor em um mesmo período de tempo sem um incremento da produtividade⁷⁷, Martins (1999, p. 123) destaca que este método de extorsão de mais valor torna-se mais efetivo quando há um aproveitamento da evolução tecnologia e da organização do trabalho que permitam um maior *desgaste* do trabalhador, o que ocorreu com a internalização do capital estrangeiro nas economias dependentes.

Quanto à prolongação da jornada de trabalho, Osório ressaltou que era preciso, primeiramente, ter em mente que há um limite mínimo ao seu prolongamento, o qual se estabelece a partir do tempo de trabalho necessário (em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho) acrescido de uma quantidade extra que possibilite a geração de mais valia, e um máximo – posto em condições “normais” –, uma vez que o proletário precisa de uma quantidade horas de descanso para repor o desgaste do dia do trabalho (OSÓRIO, 2012, p.55), seria então entre estes extremos que a jornada de trabalho seria definida, a partir das condições da luta de classes em cada período histórico.

Outro ponto, que Osório integra à leitura de Marini sobre a prolongação da força de trabalho, refere-se aos momentos em que a extensão da quantidade de horas trabalhadas ultrapassa certo ponto, que mesmo o incremento salarial (hora extra, por exemplo) não é capaz de restituir o desgaste físico e mental do trabalhador, nesses casos o capital apropria-se

⁷⁶ Ao definir superexploração de trabalho como a exploração da força de trabalho abaixo de seu valor real, Marini buscou afastar-se de críticas que aproximavam o conceito de superexploração ao de mais-valia absoluta. Como veremos a seguir na exposição das formas como se concretizam a superexploração, duas estão vinculadas também com a mais-valia relativa: o aumento da intensidade do trabalho (característico na apropriação de valor via mais-valia relativa) e a conversão de fundo do trabalhador em fundo de acumulação capitalista que afeta os dois tempos de trabalho simultaneamente e não apenas o tempo de trabalho excedente (MARINI, 1973b, p. 188/189).

⁷⁷ “O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva [da compensação], como um aumento da mais-valia, obtido através de sua maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 1973a, p. 154).

hoje dos anos futuros deste trabalhador, o que viola o valor da força de trabalho e reduz a vida útil do trabalhador, em condições “normais” (OSÓRIO, 2012, p.55)⁷⁸.

O terceiro mecanismo reporta-se a apropriação de parte, para além do *normal*, do consumo do trabalhador pelos capitalistas, o transformando em *fundo de acumulação de capital*, o que propicia um modo peculiar de elevação do tempo de trabalho excedente (MARINI, 1973a, p. 155). Isso acontece quando a classe burguesa é capaz de comprimir a o salário da classe operária para além do seu normal estabelecido, violando, assim, o valor real de sua força de trabalho, este processo pode ocorrer ou não de acordo às disputas entre as classes sociais.

Além desses três, Martins (2011, p. 129, nota 1) identificou outro mecanismo de superexploração do trabalho que não foi tratado por Marini no texto *Dialética da dependência*, mas o foi em seus outros dois escritos: *Las razones del neodesarrollismo*, de 1978, e *El ciclo del capital en la economía dependente*, de 1979. Tratava-se do não pagamento do valor estabelecido, em dada realidade, da força de trabalho, a saber, o incremento de valor da força do trabalhador não lhe é pago de forma equivalente (o aumento da qualificação sem uma remuneração compatível é um exemplo desta violação do valor da força de trabalho):

A superexploração se reflete em uma escala salarial cujo nível médio encontra-se abaixo do valor da força de trabalho, o que implica ainda que aquelas camadas de operários que conseguem sua remuneração acima do valor médio da força de trabalho (os operários qualificados, os técnicos, etc.) vejam seu salário constantemente pressionado em sentido descendente, arrastando para baixo, pelo papel regulador que o salário médio cumpre com relação à escala de salários em seu conjunto, (MARINI, 1979, p. 33)⁷⁹.

⁷⁸ “Assim como o prolongamento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade supõe maior quantidade de trabalho despedido, de maneira a ser acompanhado de incrementos da remuneração para compensar o maior desgaste físico e mental. Mas também há um ponto a partir do qual remunerações maiores tornam-se insuficientes para compensar tal desgaste se este é ampliado. A intensidade é [também] um dos mecanismos empregados pelo capital para elevar a taxa de exploração em condições que violam o valor da força de trabalho, seja em seu valor diário, seja em seu valor total” (OSÓRIO, 2012, p. 58).

⁷⁹ Em *Las razones* (...): “Así, al caer el salario por debajo del valor de la fuerza de trabajo (o al aumentar la brecha entre ambos), observamos que el obrero no tiende simplemente a reducir la atención de sus necesidades sociales, para asegurar la de sus necesidades de subsistencia, sino que trata de obtener un difícil equilibrio que le permita *atender a las dos*. Y no podría ser de otra manera. Al revés de lo que pretende el apologista burgués, las necesidades sociales son tan fundamentales como las estrictamente físicas para la reproducción de la fuerza de trabajo, acorde a las exigencias que plantea el mercado de trabajo y el mismo desarrollo de las fuerzas productivas. El obrero debe presentar, por ejemplo, el nivel mínimo de calificación (o educación) exigido para poder vender su fuerza de trabajo, del mismo modo como no puede prescindir de la radio, e incluso de la televisión, cuando estos medios de comunicación se generalizan, so pena de convertirse en un bruto por debajo de nivel cultural de la sociedad en que debe vivir y producir. Resumiendo: es posible afirmar que, *pese al deterioro del salario real*, el obrero ha visto *aumentar el valor de su fuerza de trabajo*, lo que hace aún más dramática la brecha creciente entre dicho valor y el ingreso real que percibe. (MARINI, 1978, p. 214)

Uma polêmica importante, e que precisa ser abordada neste item, refere-se à possibilidade ou não de existir a superexploração da força de trabalho nos países centrais. Marini, em seu texto *Proceso y tendencias de la globalización capitalista* de 1997, argumenta que com os avanços tecnológicos houve uma expansão da superexploração da força de trabalho também aos países desenvolvidos:

Esto es así porque —un ejemplo es lo que pasó en Europa a fines del siglo XVIII y principios del XIX— la introducción de nuevas tecnologías está implicando la extensión del desempleo, de manera abierta o disfrazada, mientras se estruja la fuerza de trabajo que permanece en actividad. En efecto, es propio del capitalismo privilegiar la masa de trabajo impago, independientemente de sus portadores reales, es decir, de los trabajadores que la proporcionan; su tendencia natural, pues, es la de buscar la maximización de dicha masa al menor costo que pueda representar. Para ello se vale tanto del aumento de la jornada laboral y de la intensificación del trabajo como, de manera más burda, de la rebaja de salarios, sin respetar el valor real de la fuerza de trabajo. De este modo se generaliza a todo el sistema, incluso los centros avanzados, lo que era un rasgo distintivo —aunque no privativo— de la economía dependiente: la superexplotación generalizada del trabajo. (1997, p. 268).

Concordamos com Carcanholo, entretanto, que não houve uma separação em Marini entre a superexploração da força de trabalho enquanto forma de elevação da taxa de mais valia e a superexploração da força de trabalho como categoria específica ao capitalismo dependente. Deste modo, a forma superexploração poderia sim ser expandida como mecanismos que se apresentam também nos países centrais, embora enquanto categoria ela consista estritamente a um fundamento das economias dependentes, isto é, a um modo de compensação, encontrado dentro dos marcos da dependência, para contrarrestar as transferências de valor aos países centrais:

Entendida meramente como formas específicas de elevar a taxa de mais-valia, de forma que os salários fiquem abaixo dos valores da força de trabalho, evidentemente sim, pois é do funcionamento do capitalismo, qualquer que seja ele, que isto se processe. Entretanto, considerada como uma categoria, nos termos aqui discutidos, específica do capitalismo dependente, como forma de compensar justamente os condicionantes estruturais que definem a dependência – mecanismos de transferência de valor –, claro que não. Como Marini não esclarece a contento a diferença entre *categoria* e *formas de elevar a taxa de mais-valia*, esta resposta que se torna óbvia, neste autor, não fica clara. (CARCANHO, 2013b, p. 92)

Interessa-nos, ainda, ater-nos ao fato de que a superexploração da força de trabalho (que foi defendida como resultado da ausência de um desenvolvimento completo do aparato industrial nas formações econômicas e sociais dependentes) não foi eliminada quando houve um incremento da esfera produtiva interna. O fato de historicamente este incremento somente ocorrer mediante a importação de capital financeiro internacional parece confirmar a tese de Marini de que a superexploração tratava-se do fundamento das economias dependente, uma vez que o desenvolvimento industrial nos países periféricos promoveu, ao contrário, uma intensificação drástica da superexploração da força de trabalho.

E não poderia ser diferente, na medida em que todo este incremento esteve baseado na transferência de partes obsoletas de maquinário e equipamento dos países desenvolvidos e nos investimentos e financiamentos, sob formas de IED e IEI, de capital financeiro. Esse movimento resultou em formas mais intensas e complexas de dependência dos países periféricos com relação aos países centrais, observadas na transferência de valor que ocorria não apenas pelo retorno dos lucros provindos da troca de mercadorias, mas também sob a forma de juros, dividendos e *royalties*. Esse movimento exigiu um aprofundamento dos mecanismos de compensação.

Além disso, o aumento da produtividade interna impactou em uma redução considerável de disponibilidade de emprego, tanto porque os avanços tecnológicos dispensam parte mão-de-obra quanto porque a introdução de tecnologia correspondia a uma intensificação da força de trabalho. Isso atrelado a elevada concentração de terras nos países periféricos (que disponibilizam massas crescentes de trabalhadores às indústrias), gerou uma conformação acentuada do exército industrial de reserva.

Este exército de reserva, composto por desempregados e subempregados (em trabalhos precários e/ou temporários), auxiliou na agudização da superexploração da força de trabalho, visto que enfraqueceu o conjunto do proletariado, incapacitando-o de levar a cabo suas reivindicações no movimento de luta entre as classes. Como consequência, Marini observou uma redução salarial significativa e, devido a isso, uma transferência de parte do consumo operário às classes superiores, ampliação da jornada de trabalho, bem como de sua intensidade (MARINI, 1979, p. 31).

Nesse sentido, Marini apontou para o fato de que as consequências da superexploração do trabalho *transcendem* a análise econômica, de maior exploração, mas dizem respeito também ao fundamento sob o qual se reproduz o capital dependente e ao modo como a luta de classes se estabelece internamente, o que exige a necessidade de uma compreensão que se estenda ao ponto de vista político e sociológico (MARINI, 1973b, p. 194). Aprofundaremos nos nestes outros aspectos da superexploração no próximo capítulo quando analisaremos as condições históricas para o surgimento no Brasil do subimperialismo, porém, um exemplo histórico elucidativo dos elementos políticos e sociológicos da superexploração da força de trabalho refere-se ao momento excepcional vivido pelo proletariado brasileiro alguns anos antes do golpe militar:

A grande divisão que reinava nas filas das classes dominantes e os progressos dos trabalhadores sobre a conscientização e organização da sua classe desarticularam os mecanismos de pressão e provocaram – em consequência da elevação do custo de

vida – uma tendência de alta nos salários, que pôs em xeque a base da acumulação de capital no Brasil, isto é, a superexploração do trabalho (...) A reativação da acumulação nos marcos traçados pelo modelo subimperialista imposto em 1964 dependia inteiramente da inversão desta tendência, o que significava a reafirmação da superexploração de trabalho como seu mecanismo básico (MARINI, 1974, p. 175).

A ascensão de uma economia dependente às condições subimperialistas condiz, sob determinado ponto de vista, ao modo contraditório sob o qual o incremento da produtividade e, conseqüentemente, o aumento da composição orgânica do capital, fortifica as formas de superexploração da força do trabalho. “(...) a maior ou menor incidência das formas de exploração e a configuração específica que elas assumem modificam *qualitativamente* a maneira como ali incidem as leis de movimento do sistema e, em particular, a lei geral de acumulação do capital” (MARINI, 1973b, p. 192). Vejamos a seguir o impacto da superexploração, como fundamento da dependência, no ciclo de capital dependente e, portanto, na cisão necessária entre esfera alta e baixa do consumo.

3.3.3 Do ciclo do capital na economia dependente e a cisão entre esfera alta e baixa do consumo

O modo subordinado como os países periféricos inseriram-se na economia mundial, a fim de garantirem o desenvolvimento nos países centrais, foi o que ocasionou a transferência de consideráveis parcelas de valor a estes últimos países. Marini identificou, como resultado dessa inserção subordinada, a formação de um capitalismo peculiar nas economias dependentes, um capitalismo *sui generis*, no qual a transferência de valor provocava limitações à acumulação interna, que só poderiam ser compensadas e ampliadas na produção, com o mecanismo de superexploração da força de trabalho, e não na circulação internacional. Conseqüentemente, o que se notava, em um primeiro momento desta inserção, era a cisão entre a produção, que era internalizada, e a circulação, que ocorria por meio do intercâmbio internacional desigual.

Em um segundo momento, o avanço da industrialização, considerado o único meio de solucionar a assimetria internacional, não só mostrou-se incapaz de resolver as contradições geradas pela necessidade de transferência de valor como a aprofundou em um nível mais elevado e complexo. Tendo a produção se desenvolvido por meio da internalização do capital estrangeiro, houve internamente, às economias dependentes, problemas de realização, uma vez que o mercado interno não acompanhava a expansão produtiva, dada a restrição do

consumo do proletário, proveniente da acentuação da superexploração da força de trabalho, o que gerou uma outra cisão, desta vez entre a esfera alta e baixa do consumo.

Estas especificidades da economia dependente impactaram necessariamente no modo como o ciclo do capital se apresentou neste ambiente, a saber, as formas como as fases do ciclo – circulação (D-M), produção (P) e circulação (M'-D') apareceram, nas quais foram características importantes a procedência do capital e dos meios de produção, o modo como a produção estava ordenada bem como os setores e os produtos que foram privilegiados.

Marini, em seu texto *O ciclo do capital na economia dependente* de 1979, expôs detalhadamente o modo singular como cada parte do ciclo aparecia na economia dependente. O autor neste texto, entretanto, partiu da compreensão do ciclo em um momento em que o setor produtivo já havia se constituído e estava voltado ao mercado interno, isto é, quando se iniciou nestas economias o desenvolvimento, ainda que intermediário, da indústria e esta já se destacava na dinâmica econômica interna;

Neste item utilizaremos as três fases do ciclo, tal como fora desenvolvido por Marini no texto acima citado. O que buscaremos destacar primeiramente é o papel central que adquire o capital financeiro no início e no final de cada ciclo de valorização da economia dependente, bem como seu poder de determinar o ritmo, a intensidade e os setores que se desenvolverão nestas economias. Além disso, buscaremos destacar o papel do Estado dependente neste processo, isso porque, uma vez internalizado, o capital financeiro internacional passa a exigir deste Estado condições para sua reprodução.

Primeira fase da circulação (D-M)

O primeiro passo para compreender o modo como o ciclo do capital aparece na economia dependente consiste em identificar quais são as origens do capital que será introduzido na produção, em quais proporções cada um deste capital investe e, finalmente, em quais setores se alocam estes capitais.

Marini identificou três capitais originários, o capital privado interno, o Estado e o capital estrangeiro. O primeiro referir-se-ia a parcela da mais-valia (subtraído os *gastos improdutivos do capital*) que retorna ao processo de acumulação para adquirir meios de produção e força de trabalho⁸⁰.

⁸⁰ Para Marini não importa se este capital é estrangeiro ou nacional do ponto de vista da acumulação, isso porque a parcela do capital destinada à transferência de valor já foi deduzida, sendo, então, investimento nacional, aquele provindo da mais-valia gerada internamente. “ (...) é óbvio que isso não se apresenta assim do

O segundo consistiria no investimento de origem estatal. São dois os principais meios de sua procedência: os impostos diretos e indiretos sobre o capital e os trabalhadores, que transferem ao Estado parte da mais valia gerada; e o processo direto de exploração da mais-valia, via empresas estatais ou transferência de mais-valia ao capital privado para alavancar seu investimento (subsídios e inversão em infraestrutura são alguns exemplos), ademais, podemos compreender como pertencentes a este meio as aplicações destinadas à educação e saúde, que são cruciais para a reprodução do trabalhador (MARINI, 1979, p. 24). Esse capital disponibilizado pelo Estado é peculiarmente importante, na medida em que pode direcionar os rumos da produção, determinar quais capitais privados serão privilegiados no desenvolvimento industrial, além de poder intensificar a exploração da força de trabalho.

Como se pode ver, a importância do papel do Estado no ciclo do capital propriamente dito (...) é considerável, dada a capacidade que possui de transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho. Isso explica de certo modo, o peso que o investimento público tem na economia dependente. (MARINI, 1979, p. 24).

A terceira, e mais forte, fonte de investimento é o capital estrangeiro. Este investimento ocorre sob a forma de IED ou IEI, no primeiro caso o capital estrangeiro recebe os lucros diretamente extraídos da mais-valia ali gerada e no segundo caso recebe juros e amortizações de empréstimos ou financiamentos concedidos ao Estado ou aos capitalistas receptores.

Marini atentou-se para a tendência da preponderância do capital financeiro, sob a forma de IEI, na América Latina, observada já em finais de 60. Para o autor, isso ocorreria pelo fato desta forma de investimento possibilitar ao investidor receber parte da mais-valia sem com isso ter assumido os riscos da produção e realização da mesma. Cabe destacar que esta forma é central quando o capital exportado é o capital financeiro, seu modo de atuação nas economias periférica visa garantir maior mobilidade e flexibilidade aos investimentos, o que significa, do ponto de vista do país dependente, maior vulnerabilidade, sobretudo a médio e longo prazo, do desenvolvimento produtivo⁸¹.

ponto de vista das contas nacionais, em que a parte da mais-valia que se encontra em mãos de estrangeiros é, uma vez investida, contabilizada como capital estrangeiro (reinvestimento); porém, é óbvio também que, do ponto de vista da análise do funcionamento da economia, essa é a premissa adotada aqui.” (MARINI, 1979, p. 23)

⁸¹ Sobre este assunto Jaime Osório (2012, p. 49) destacou que: “o peso do capital financeiro especulativo e sua “volatilidade” deve ser um elemento a ser considerado nas atuais condições de reprodução do capital, porque introduz um elemento relativamente novo mas de enorme significado em tal processo, considerado tanto em termos “locais” como do sistema mundial”.

A especificidade do capital estrangeiro, enquanto fonte de investimento, fundamenta-se no fato de que completado o ciclo do capital na economia dependente parte dele é transferido aos capitalistas das economias centrais.

Sendo evidente que o capital estrangeiro se integra *ao* e determina *o* ciclo do capital da economia dependente e, por conseguinte, seu processo de desenvolvimento capitalista, não se deve perder de vista que ele representa uma restituição de capital em relação ao que drenou anteriormente da economia dependente; restituição que é além do mais parcial. Assim, pode-se observar que, no período entre 1960 e 1967, a maior parte dos investimentos direto norte-americano não se dirigiu aos países dependentes (...) Entretanto, nesse período em que receberam apenas 30% do investimento norte-americano, os países dependentes aportaram 60% do total de rendimentos que o país recebeu do exterior na modalidade de lucros, juros e *royalties* (*id, ibid*, p. 25, grifos no original).

Segundo Marini, a segunda e a terceira forma de origem do capital-dinheiro são, particularmente, importantes no ciclo do capital na economia dependente, a primeira por poder influenciar e direcionar o modo como se dará a acumulação, já a segunda por vincular a acumulação do capital nas periferias ao exterior. Esta última confere uma contradição latente às economias subdesenvolvidas, pois se trata de um investimento que esta fora do seu raio de controle e, que ao mesmo tempo, ao ser internalizado dita sua dinâmica de acumulação (*id, ibid*, p.26)⁸², o que exacerba as relações de dependência.

Outro fator relevante a ser mencionado nesta primeira fase da circulação nos países dependentes alude aos ramos e setores que recebem os maiores montantes de investimento e, por isso, são centrais na dinâmica de acumulação do capital. Osório ressaltou também a importância que tem o valor de uso produzido por estes ramos e setores, visto que distintos setores requerem economias e mercado distintos:

Em outras palavras, embora a produção tenda a dirigir-se a setores nos quais exista uma demanda (ou mercado), também pode criar mercado para os bens que produz, e nem todos os valores de uso atendem às mesmas necessidades sociais. Alguns (como tanques, aviões de guerra, bombas ou bens suntuários) marcam claramente a distância entre as necessidades do capital de valorizar-se e as necessidades sociais da maioria da população, que necessita de bens úteis de outra natureza. (OSÓRIO, 2012, p. 49).

Na América Latina, os ramos e setores que dinamizaram a acumulação do capital foram os destinados a produção intermediária – com destaque aos produtos suntuários –, nos quais o capital estrangeiro, associado ao grande capital nacional, investia consideravelmente, pois se tratavam de setores que abririam possibilidades de mercado às indústrias de bens de

⁸² Sobre o modo como esse processo ocorreu no Brasil, Marini faz as seguintes considerações “A irracionalidade do desenvolvimento capitalista no Brasil deriva, por um lado, precisamente da impossibilidade de controlar seu processo tecnológico, uma vez que a tecnologia aqui é um produto de importação, estando sua incorporação condicionada por fatores aleatórios como a posição da balança comercial e os movimentos externos de capital; e, por outro lado, das circunstâncias particulares que o país tem de enfrentar para, repetindo o que fizeram os sistemas mais antigos, buscar no exterior a solução para o problema de mercado” (MARINI, 1974, p. 156).

capital dos países centrais, além de absorver seus maquinários e equipamentos já obsoletos. Esse movimento tinha como efeito, em um primeiro momento, a possibilidade de lucros extraordinários aos proprietários destes setores e, em um segundo momento, a generalidade destes lucros a todo o setor, promovendo uma desigualdade entre setores, que resultava em uma transferência de lucros intersetorial em favor das indústrias que recebiam as maiores quantidades de investimento.

Esse movimento engendrou um processo de monopolização nos setores intermediários que dificilmente seria alcançado pelas empresas tradicionais (vinculadas à comercialização de produtos de bens necessários), uma vez que o baixo dinamismo destas últimas é intensificado com a transferência de valor inter-setorial às empresas modernas (vinculadas aos setores mais dinâmicos). Tornava-se assim característica intrínseca à economia dependente a especialização em produtos suntuários que se divorciam das necessidades de grande parcela da população.

Além disso, outro aspecto, apontado por Maniri, nesta primeira fase da circulação, esta presente no ato da compra dos meios de produção, o capital variável, com raras exceções (mão de obra qualificada, por exemplo), é absorvido internamente, enquanto que os meios de produção parte deles são absorvidos internamente (matérias-primas, terra, material de construção e alguns equipamentos) e parte (sobretudo, equipamentos e maquinarias) absorvido externamente, isto significa que uma porção do que entrou de capital para ser investido é transferido imediatamente para a compra destes equipamentos. O autor frisa que todos os países, articulados na economia mundial, adquiram meios de produção internacionalmente, a diferença, então, encontra-se na intensidade que isso ocorre nas economias periféricas e fato dessa aquisição refletir a própria estrutura histórica de acumulação do capital dependente, o que torna esse aspecto qualitativamente distinto nestes países (MARINI, 1979, p. 26 e 27).

Se nos países capitalistas avançados observamos que a industrialização foi resultado da expansão da produção de bens de consumo que impulsionou a produção de bens de capital, na economia dependente isso foi diferente: alargou-se a produção de bens de consumo e, além disso, desenvolveu-se a produção de bens suntuários sem que esta tivesse impulsionado o desenvolvimento das partes superiores da industrialização. Isso ocorreu, e ocorre, todavia, porque os países dependentes importaram dos países mais desenvolvidos os meios de

produção, equipamentos e maquinarias, que não foram desenvolvidos internamente⁸³, e, por sua vez, importaram também os conhecimentos técnicos necessários para manejar os bens de capital exportado. Nesse sentido, Marini afirma que o início do ciclo do capital nas economias subdesenvolvidas encontrou-se, e ainda encontra-se, duplamente dependente em relação ao exterior, tanto com relação ao capital dinheiro como no que diz respeito ao capital mercadoria (MARINI, 1979, p. 28).

Acumulação e produção (P)

Ainda que ao observar a produção já abandonemos da compreensão a origem do capital-dinheiro investido no ciclo, Marini destaca a essencialidade da totalidade do processo, no qual o modo como ocorre a circulação inicial condiciona o movimento de valorização na produção, imprimindo-lhe características próprias. A produção trata-se, então, do capital revestido da forma material de meios de produção e força de trabalho que, por meio da exploração, promove sua valorização, ou seja, a criação de mais-valia (MARINI, 1979, p. 28).

Os principais elementos da produção dependente a serem destacados encontram-se primeiramente no fato de que as transferências de valores exigidas pelo investimento estrangeiro são determinadas pelo modo como se desenvolve esta produção; nos setores da economia dependente em que ocorre a participação do capital estrangeiro observa-se ganhos extraordinários; e, finalmente, a base da produção é a superexploração da força de trabalho.

Marini observou que dada a dependência existente das economias periféricas frente as economias centrais, tanto em relação ao capital-dinheiro como ao capital-mercadoria, foram as empresas estrangeiras ou mistas (K interno e estrangeiros) as que detiveram maior facilidade de obtenção de tecnologia na economia mundial, o que proporcionou a estas lucros extraordinários frente as empresas domésticas, a longo prazo, promovendo ganhos monopolísticos destas empresas (*id., ibid.*, p.29).

Os ganhos monopolísticos provenientes da obtenção de tecnologia no exterior se mostravam-se quase impossíveis de serem reversíveis, dada a limitação tecnológica nos países periféricos, o que garantia uma concentração de mais-valia crescente nas empresas estrangeiras e mistas e, por conseguinte, uma tendência a falência ou aquisição de empresas

⁸³ Na economia capitalista clássica, a formação do mercado interno representa a contrapartida da acumulação de capital: “ ao separar o produtor dos meios de produção, o capital não só criou o assalariado, isto é, o trabalhador que só dispõe de sua força de trabalho, como também criou o consumidor. De fato, os meios de subsistência do operário, antes produzidos diretamente por ele, são incorporados ao capital, como elemento material do capital variável, e só são restituídos ao trabalhador quando este compra seu valor baixo a forma de salário. Existe, pois, uma estreita correspondência entre o ritmo de acumulação e o da expansão do mercado” (MARINI, 1973a, p.167 e 168).

nacionais de pequeno e médio porte, gerando uma centralização brutal do capital, dada a incapacidade destas menores de concorrerem com as anteriores (*id.*).

As empresas de médio e pequeno porte, que sobreviveram, tentaram compensar suas perdas por meio da elevação da extração de mais-valia, sem variar a produtividade, à custo de uma extorção de mais trabalho elevada, por meio da elevação da intensidade de trabalho, prolongamento da jornada de trabalho ou redução do salário sem um barateamento da força de trabalho. Esse movimento, como vimos no subitem anterior, resultava na superexploração dos trabalhadores (*id., ibid.*, p. 29 e 30).

A superexploração, promovida inicialmente pelos pequenos e médios trabalhadores, foi também utilizada pelos grandes monopólios, pois o pagamento da força de trabalho era estabelecido pelo preço médio. Marini notou, ainda, outras duas características no processo de produção da economia dependente: a constituição de um exército de reserva, que pressionava os salários para baixo e impedia uma forte reivindicação dos trabalhadores; e a imposição externa dos processos produtivos, a serem desenvolvidos na economia dependente, ainda que a dinâmica fosse interna (*id., ibid.*, p. 30 e 31).

Segunda fase da circulação (realização)

A última fase do ciclo consiste na qual o capital, sob a forma de mercadoria que contém o valor inicial acrescido de mais-valia, irá ser comercializado para buscar sua reconversão em dinheiro através do intercâmbio, da venda; o dinheiro resultante, se o ciclo se realiza normalmente, deve representar uma magnitude superior com relação ao capital dinheiro que se acumulou.

Nesta fase, Marini também pontuou o fato de que a origem do dinheiro não tinha tanta importância, em um primeiro momento, pois, na venda, as mercadorias levavam a marca “fabricado em”, sendo apenas no momento de reapropriação do dinheiro que a origem se faria determinante. O capital enquanto mercadoria pode se encontrar sob três formas: os bens-salários que são bens de consumo necessário, a saber, que fazem parte do consumo dos trabalhadores e determinam, portanto, o valor de sua força de trabalho; os bens de consumo suntuário⁸⁴, que não são incluídos no consumo ordinário dos trabalhadores em proporção

⁸⁴ “Esses podem ser, na verdade, bens de consumo necessário (por exemplo, sapatos feitos à mão em condições em que a massa operária consome sapatos fabricados mecanicamente, por seu menor preço)” (MARINI, 1979, p. 32). Em outro texto Marini defini os bens suntuários como sendo “o produto a cujo consumo não possuem acesso, em grau significativo, as massas trabalhadoras. Para operacionalizar o conceito, pode-se partir da distribuição tradicional da renda por estratos e considerar como suntuário os produtos que não são consumidos senão pelos grupos que integram o estrato superior a 20%” (MARINI, 1977a, p.15).

generalizada; e os bens de capital, ou seja, as matérias-primas, os bens intermediários e as máquinas que servem para a produção tanto de bens de consumo como de bens de capital.

Marini destacou, também nessa parte do ciclo, que a circulação das mercadorias finais se manifesta nas economias dependentes como resultado da forma como as duas fases anteriores apresentaram-se nesta economia. Foi por isso que nas economias periféricas os bens de consumo adquiriram especial importância, sobretudo os suntuários, como já vimos anteriormente, na medida em que a incapacidade do desenvolvimento dos bens de capital internamente, e, conseqüentemente, sua absorção via mercado mundial, prolongava a produção destes bens.

A centralidade dos bens suntuários em detrimento dos bens de capital causava problemas de realização na economia dependente, ocasionados tanto pela superexploração da força de trabalho como pela necessidade transferência de valor. Do ponto de vista do trabalho, a superexploração acarretava a diminuição do consumo dos trabalhadores restringindo a possibilidade de realização destes bens, e, por conseguinte, promovendo um estrangulamento do mercado interno. Do ponto de vista do lucro, parte não era acumulado nem gasto internamente pois era transferido ao exterior, sob a forma de lucros, dividendos e *royalties*, o que comprimia ainda mais o consumo interno.

Ao lucro que se estabelece internamente, uma cota voltava-se a uma nova acumulação e a outra era destinada ao consumo dos capitalistas, juntamente a eles, Marini agregou também uma classe média consumidora. Nas economias dependentes observou-se uma estrutura de renda crescentemente desigual, já que parte da mais-valia elevada pela superexploração do trabalho era destinada para o consumo das classes supracitadas. Nesse sentido, o ciclo final de acumulação impactava na produção, direcionando-a à consumos suntuários que afastavam-se cada vez mais das necessidades das massas:

Se o setor dinâmico do mercado está constituído pelos rendimentos que respondem à mais-valia não acumulada, lucros e proventos (*sueldos*), a estrutura de produção tende a se orientar para esse setor, deixando cada vez mais de lado a grande massa de consumidores que deve comparecer no mercado apoiada sobre a base de salários baixos. A segunda fase da circulação contribuiu para orientar a produção no sentido de que se separe ainda mais das necessidades de consumo das massas. É por essa razão que a maior parte dos ramos que produzem para o consumo popular, chamados tradicionais na linguagem desenvolvimentista, tenha pouco dinamismo na contraposição às economias denominadas “dinâmicas” que crescem rapidamente e produzem bens de consumo suntuário ou bens de capital para a produção destes (MARINI, 1979, p. 34).

O que constatou Marini, portanto, nas economias dependentes, com o processo de industrialização, foi uma outra cisão, além daquela entre produção (que é interna) e circulação

(que ocorre, substancialmente, no exterior), entre o consumo das classes altas e médias e o consumo da massa de proletariado, no qual parte da mais-valia extraída dos trabalhadores foi destinada a ampliar o consumo das classes superiores, agudizando as condições de vida do proletário, esta separação “ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquiri[a] um caráter muito radical.” (MARINI, 1973a, p. 172).

A redistribuição regressiva de renda em favor das classes superiores garantia à industrialização das economias dependentes uma especificidade interessante, pois o que ocorria era a constituição de um mercado interno restrito, porém, sobretudo em momentos de ascensão da economia, dinâmico. Nesse sentido, argumentava Marini:

O desenvolvimento da indústria na economia dependente ocorreu fundamentalmente para substituir importações destinadas às classes médias e altas da sociedade. Com o propósito de assegurar o dinamismo desta estreita faixa do mercado – que corresponde, em geral, a 5% da população total, na qual se somam setores do estrato dos 15% imediatamente abaixo na escala de renda -, o poder de compra é subtraído dos grupos de menor renda, isto é, das massas trabalhadoras, o que é possível pelo fato de que estas massas, submetidas a superexploração, recebem remunerações inferiores ao valor real da sua força de trabalho. (MARINI, 1974, p. 37).

Ademais, Marini percebeu que a necessidade de transferência de valor atrelada a deformação da estrutura de renda interna tendia a deslocar parte da produção para ser comercializada internacionalmente, por meio da exportação das mercadorias, o que viria a encerrar o ciclo do capital com relação ao exterior (1979, p. 34 e 35).

Buscamos neste capítulo, como um todo, primeiramente apontar as limitações de um desenvolvimento industrial autônomo nas economias latino-americanas, resultado da inserção subordinada, desde a colonização, destas economias no contexto internacional.

Para a TMD, a explicação só poderia ser encontrada se a análise estivesse vinculada a totalidade do processo e não as suas partes específicas. Dessa maneira, o subdesenvolvimento precisava ser entendido como um fenômeno complementar ao desenvolvimento, ou seja, referiam-se as duas faces de uma mesma moeda, portanto, os países periféricos sustentavam, por meio de transferências de valores, o progresso dos países centrais. Esta condição estrutural às economias periféricas, por sua vez, desdobrava-se na formação de um capitalismo *sui generis*, no qual, devido a transferência de valor, a base da produção esteve atrelada a necessidade de mecanismos de superexploração da força de trabalho que compensassem e ampliassem a acumulação de capital internamente, o que resultava em problemas de realização, dado o estrangulamento do mercado interno. Esse estrangulamento promovia, em um primeiro momento, uma cisão entre a produção, que era interna, e a circulação, que ocorria no mercado internacional.

Essa dependência, que fora resultado da inserção subordinado dos países latino-americanos no mercado mundial, por seu turno, não se eliminou com o início da industrialização nestes países, uma vez a própria industrialização se deu de forma específica, articulada e alavancada pelo excedentes de capital financeiro e pela transferência de partes **obsoletas** dos aparatos produtivos dos centros hegemônicos de acumulação. Esse processo não apenas manteve a necessidade da transferência de valor, característica central da relação entre centro e periferia, como a acentuou. Como consequência houve a intensificação da superexploração da força de trabalho e a restrição do consumo da classe operária, que promoveu a cisão, como vimos, entre a esfera alta e baixa do consumo.

A agudização das características de um país dependente não significou, entretanto, uma estagnação das economias latino-americanas. Pelo contrário, a grande quantidade de excedentes estrangeiros injetados na esfera produtiva, sobretudo após a II Guerra Mundial, possibilitou o crescimento sem precedentes destas economias, propiciando em algumas delas a constituição de um aparato industrial intermediário, no qual determinadas etapas da produção foram desenvolvidas, como a de bens intermediários e de bens de capital. Estes países, considerados por Marini subcentros de acumulação de capital, alteraram o modo como as relações entre centro e periferia se estabeleciam, já que entre os extremos passava a existir países intermediários.

Marini ainda notou que em alguns destes subcentros intermediários, com destaque na América Latina ao Brasil, era possível observar que os investimentos estrangeiros possibilitavam que características específicas aos países desenvolvidos se apresentassem nestas economias (como o processo de monopolização, a formação, ainda que limitada, do capital financeiro e a exportação de bens manufaturados e até de capital), sem romper, no entanto, com as características dependentes apresentadas no decorrer deste capítulo. Ao que chamou Marini de economias subimperialistas. Vejamos, no capítulo a seguir, o modo contraditório com que características centrais e periféricas se apresentaram na economia brasileira, única, considerada pelo autor, capaz de despontar-se como subimperialista.

4 SUBIMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Neste último capítulo da dissertação nos esforçaremos em mostrar como Marini, ao analisar o modo como o Brasil se inseriu na economia mundial em meados de 60, consegue identificar dois movimentos concomitantes – a disputa política interna e a complexificação das relações entre centro e periferia – que explicariam a emergência do país como formação econômica e social subimperialista.

Com relação às transformações políticas, econômicas e sociais que aconteceram internamente no Brasil na década de 60, Marini (1974; 1977a) argumenta que o subimperialismo foi resultado de uma crise no interior da sociedade brasileira e, por isso, reflexo dos conflitos existentes entre as forças políticas dominantes internamente e do processo de luta de classes. Consistia, também, em um projeto de Estado proposto, em 1964, pelo grupo tecnocrático-militar, que representava os interesses dos monopólios e do capital financeiro, nacional e internacional, e estava ancorado na superexploração da força de trabalho.

Já, no que diz respeito à complexificação hierárquica em âmbito internacional, Marini identificou alterações na divisão internacional do trabalho, no pós-II guerra mundial, resultante das exportações de capital dos países centrais e da transferência de partes obsoletas de sua produção à países periféricos, que despontariam como elo intermediário entre centro e periferia.

Parece-nos imprescindível para a análise do subimperialismo a compreensão do modo como elementos do imperialismo e da dependência encontraram-se imbricados no subcentro que assim se apresenta.

Marini, ao propor a categoria subimperialismo para caracterizar o processo de acumulação capitalista no Brasil em 1960 como sendo “[a] chegada de uma economia dependente à fase do monopólio e do capital financeiro”, resgata as duas principais categorias desenvolvidas pelos autores da teoria marxista do imperialismo para sintetizar a fase imperialista do capitalismo, como ele mesmo expõe:

(...) a característica do imperialismo (...) é [a forma que] assume a economia capitalista ao passar para a *fase dos monopólios e do capital financeiro*, como apontaram não somente Lênin, mas também Bukharin, Hilferding e outros autores marxistas. (MARINI, 1974, p. 36, grifo no original).

Concordamos com Luce (2011, p.73), um dos principais comentadores da categoria subimperialismo na atualidade, que o resgate de Marini do mesmo enunciado para designar tanto o imperialismo como o subimperialismo indica sua preocupação em enfatizar a mesma raiz histórica em que se originam os dois movimentos. Ainda que um esteja referindo-se as economias centrais e o outro seja peculiar as economias dependentes, **ambos descendem da mesma fase do capitalismo.**

Acreditamos, também, que Marini, ao apropriar-se das categorias propostas por Lênin, Hilferding e Bukharin, preocupa-se em não transpô-las de forma mecânica de um período histórico anterior para o pós-II guerra mundial, pelo contrário, o autor ressignifica as categorias ao observar importantes transformações históricas, dentre elas: a importância que adquire a economia mundial com o processo cada vez mais generalizado da integração dos sistemas de produção; o impacto deste processo na relação entre centro e periferia, no qual se constata o estabelecimento de laços de dependência muito mais radicais; e o modo como as características do imperialismo se apresentam, ainda que de forma distinta, em um país dependente que desponta como formação econômica e social subimperialista.

Além disso, defendemos que a escolha do autor pela categoria subimperialismo não se refere somente ao fato de se tratar de um momento histórico específico do capitalismo, mas consiste, igualmente, em apropriar-se da força política que a categoria imperialismo, proposta por Lênin, possui. Ou seja, de analisar e denunciar as contradições econômicas e sociais do capitalismo como forma de traçar as melhores estratégias de luta para sua destruição. As considerações de Lukács são emblemáticas ao apontar a relação entre economia e política em Lênin:

A superioridade de Lênin consiste – e esta é uma proeza teórica sem igual – *em sua articulação concreta da teoria econômica do imperialismo com todas as questões políticas do presente*, transformando a economia da nova fase num fio condutor para todas as ações concretas na conjuntura que se configurava então. (*op.cit.*, p.61, grifos no original)

A preocupação de Marini em denunciar a nova fase que a formação econômica e social brasileira adentra após o golpe militar⁸⁵ e o modo como as contradições de classes se estabelecem nesta fase (subimperialista), nos parece comprovar à hipótese de que há uma forte conotação política na análise do autor. Acreditamos que há, em Marini, uma tentativa de imprimir à burguesia subimperialista o mesmo caráter internacional de exploração dos trabalhadores e a necessidade da luta para a emancipação dessa classe oprimida. Não à toa,

⁸⁵ Observado, sobretudo, no livro *Subdesarrollo y Revolución*.

Marini diz “a política, como disse Lênin, é uma expressão centrada da economia: somente este critério permite estabelecer uma correta linha revolucionária” (MARINI, 1974, p. 267)

Em seus escritos, Marini procurou demonstrar erros de estratégia da luta proletária e da esquerda revolucionária e as implicações destes erros para a luta emancipatória. Nesse sentido, alertou o proletariado de que a ditadura militar, a mais forte e aguda expressão do subimperialismo, não poderia ser considerada uma revolução burguesa brasileira, como apostavam, segundo ele, alguns “apologéticos”⁸⁶, que defendiam a conformação de luta entre burguesia nacional e proletariado contra latifundiários e burguesia internacional.

Esse argumento de Marini aproxima-o, a nosso entender, da posição defendida por Bukharin, Hilferding e Lênin de que o imperialismo referiu-se a uma fase superior (e específica) do capitalismo, no sentido de que houve um avanço das leis gerais do capitalismo **em sua totalidade** e que aplicar categorias ou experiências históricas anteriores a esta fase pode gerar graves erros de interpretação e estratégia de luta contra a estrutura capitalista.

Dessa maneira, Marini defendeu que não havia como pressupor uma conformação da revolução burguesa no Brasil, tal qual observada nos países centrais, na medida em que o imperialismo referia-se a um momento histórico do capitalismo posterior, no qual “(...) todo o movimento autenticamente burguês é antipopular e, como tal, contrarrevolucionário” (MARINI, 1974, p. 29). O que exigia, então, outra estratégia política do proletariado:

A conjunção dos movimentos revolucionários do Brasil e dos demais países latino-americanos, ou seja, a internacionalização da revolução latino-americana, aparece como a contrapartida inevitável do processo de integração imperialista, em sua nova fase inaugurada pelo golpe militar brasileiro. **O fato de que o avanço dessa integração tenda a cindir cada vez mais as relações entre burguesias nacionais e as massas trabalhadoras deixa entrever o caráter dessa revolução, mais que popular, será socialista.** A análise do caso brasileiro proporciona, nesse sentido, indicações sumamente úteis. (MARINI, 1974, p. 132, grifo nosso).

Porém, ainda que o subimperialismo conserve uma série de similitudes com o imperialismo, Marini alertará para o fato de que, apesar de tratarem da mesma fase do capitalismo, estas categorias partem de óticas de análise distintas e chegam a resultados também divergentes, de forma que a comparação não pode impedir o desenvolvimento da categoria subimperialismo, uma vez que esta se refere ao processo de acumulação do capital e sua reprodução em uma formação econômica e social dependente.

⁸⁶ Marini afirma que “esta tese foi sustentada por Fernando Henrique Cardoso no Seminário sobre Classes Sociais e Crise Política na América Latina, organizado pelo Instituto de Investigaciones Sociales e pela Facultad de Ciencias Política y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México, realizado em Oaxaca em junho de 1973.” (MARINI, 1974, p. 28).

A teoria Lêninista do imperialismo – ela própria um desenvolvimento da economia política marxista destinado a explicar as novas tendências do capitalismo mundial no início do século XX – é um ponto de referência obrigatório para o estudo do subimperialismo, mas não pode ser invocada para impedir que este estudo se concretize. E não pode sê-lo, entre outras razões, porque se refere ao *imperialismo*, e não ao *subimperialismo*. (MARINI, 1974, p. 37, grifos no original).

Parece-nos que a grande dificuldade de compreender a distinção entre as categorias ocorre, sobretudo, porque a expressão do imperialismo em uma economia dependente é observada sob a ótica da economia central, que busca encontrar, naquela, expressões históricas que se assemelhem as identificadas nesta última. Entretanto, isso se configura em uma análise problemática, pois não considera as especificidades históricas da formação econômica e social dependente, que ressignificam o modo como os processos de monopolização e constituição (e expansão) do capital financeiro se apresentam e/ou impactam na organização desta formação.

Trata-se de especificidades tão importantes quanto os elementos recuperados da teoria marxista do imperialismo para compreender a categoria subimperialismo. São aquelas já apresentados no capítulo dois desta dissertação: a incapacidade de prosseguir com o processo de industrialização sem a importação de capital estrangeiro e alta tecnologia; a necessidade da superexploração da força de trabalho interna como fundamento do desenvolvimento das economias dependentes, ou seja, como meio de compensar a transferência de valor aos países desenvolvidos; e os problemas de realização provindo da cisão entre produção e circulação e, internamente, entre esfera alta e baixa do consumo.

Para o autor, a possibilidade de elementos característicos aos países centrais apresentar-se em uma economia com as características arraigadas da dependência é resultado da intensificação dos monopólios e do capital financeiro e de seu poder cada vez maior de determinar a reprodução de capital em nível mundial.

Em nossa opinião, a grande novidade da proposição de Marini sobre o subimperialismo refere-se ao fato de que, mesmo afirmando que o Brasil acendia a subcentro econômico de acumulação, o autor buscou afastar-se de uma compreensão superficial do período eufórico em que se encontrava a economia brasileira em finais de 60. Euforia facilmente observada pelas altas taxas de crescimento do país. Na contramão, Marini tratou, primeiramente, de compreender o “milagre econômico brasileiro”, iniciado no ano de 1968, a partir das características da dependência e, por isso, notou que o crescimento não apenas acentuava a superexploração da força de trabalho como intensificava o estrangulamento interno.

Do ponto de vista das relações internacionais, a notoriedade da categoria encontra-se no fato de representar um novo rearranjo político das relações internacionais, que criava novos pólos de poder na economia mundial, mantendo, porém, no topo a hegemonia estadunidense.

Dessa maneira, para o autor, a presença de elementos característicos dos países centrais em países periféricos seria a expressão econômica daquilo que o autor propôs como sendo o subimperialismo. Este deveria ser compreendido, portanto:

- a) A partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e
- b) A partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor das indústrias de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno como dizem alguns autores) (MARINI, 1974, p. 40).

Pretendemos nesse capítulo percorrer três principais componentes que permitiram a Marini formular sua compreensão acerca do subimperialismo: a constituição de subcentros econômicos de acumulação mundial; a mobilização de esquemas de realização específicos; e a prática em nível nacional e internacional de uma cooperação antagônica.

No primeiro componente daremos destaque a internalização do capital financeiro internacional na economia brasileira, o processo de monopolização da esfera produtiva e o desenvolvimento de certo nível de ação do capital financeiro internamente.

No segundo componente, por sua vez, apresentaremos as contratendências desenvolvidas pelo país subimperialista para contrarrestar os problemas de realização interno, denominadas pelo autor como *esquemas de realização do subimperialismo*. A saber, são três: o mercado externo, o Estado e o consumo suntuário. Chamadas também de válvulas de escape, elas possibilitariam ao país subimperialista, segundo Marini, restabelecer a unidade entre produção e circulação, e, ao mesmo tempo, manter a mais-valia extraída da força de trabalho, com suas características tão caras ao país dependente.

Por fim, o último componente, considerado o elo político do subimperialismo, consistiria nas práticas de cooperação antagônica que descreveriam o movimento contraditório das diversas frações da burguesia dependente, bem como a dinâmica contraditória que se estabelece entre a formação econômica e social dependente e o imperialismo.

Portanto, a seguir, nos esforçaremos por demonstrar que Marini analisou a ascensão brasileira e sua projeção regional, com o golpe militar de 64, como sendo à entrada deste país dependente a fase do imperialismo. Cabendo ressaltar que o expansionismo intrínseco a esta fase do capitalismo brasileiro não pode ser igualado a expansões de outros períodos históricos. Bukharin defendeu que o imperialismo não poderia ser generalizável a outros períodos históricos por conter especificidades que lhe são inerentes, assim também o é com o subimperialismo. O modo como a formação econômica e social brasileira se configurou internamente, na ditadura militar, e como se comportou internacionalmente só podem ser compreendidos a partir do:

(...) acelerado processo de monopolização – via concentração e centralização do capital – ocorrido no Brasil nos últimos dez anos, assim como o extraordinário desenvolvimento do capital financeiro, principalmente a partir de 1968 (MARINI, 1974, p.36).

Como veremos a seguir.

4.1 Monopólio, capital financeiro, integração produtiva e Estado dependente.

Nesta seção nos aprofundaremos no que Marini denominou como sendo as características econômicas da formação econômica e social subimperialista. Para tanto dividiremos esta seção em duas partes: uma voltada especificamente ao modo como se inseriu o capital financeiro internacional na esfera produtiva brasileira; e a outra destinada a apresentar a forma peculiar com que se constituíram internamente os monopólios e o capital financeiro.

4.1.1 A era dos grandes monopólios internacionais

A centralidade dada, por Bukharin, Hilferding e Lênin, à intensificação da monopolização nas economias centrais e à constituição do capital financeiro é crucial para entendermos a mudança de qualidade desta nova fase do capitalismo – o imperialismo – frente à fase anterior – concorrencial. Suas manifestações consistem, principalmente, nas alterações no modo como se reproduz a acumulação do capital em nível nacional e internacional, no controle de matérias primas e energia e na partilha do mundo entre grandes potências e entre os trustes capitalistas.

No imperialismo, a economia mundial tornou-se um elemento necessário para o desenvolvimento do capitalismo e de seus componentes (os países) e a exportação de capital

transformou-se em um elemento fundamental, como já adiantavam Bukharin Hilferding e Lênin, pois alterou o modo como os países relacionam-se economicamente:

Nessas condições, a questão do imperialismo, de sua definição econômica e de seu futuro, passa a ser uma questão de apreciação das tendências de evolução da economia mundial e das prováveis modificações de sua estrutura interna. (...) Esbarramos, assim, com a exportação de capital em quase todo o itinerário da evolução do capitalismo. *Ora, apesar disso, a exportação de capital adquiriu, sobretudo, nos últimos decênios uma importância que jamais teve.* Pode-se mesmo dizer que se trata aí, até certo ponto, da criação de um novo tipo de ligação econômica entre países, tanto cresceu a importância dessa forma de relacionamento econômico internacional (BUKHARIN, 1916, p. 17, 18 e 88, grifos no original).⁸⁷

O que observou Marini, entretanto, a partir do pós-guerra, foi a intensificação destes elementos, apresentados pela teoria marxista do imperialismo, com a consolidação da hegemonia estadunidense. Neste momento houve uma reorganização da economia mundial em favor dos grandes monopólios que ali se estabeleceram⁸⁸, alterando qualitativamente a divisão internacional do trabalho.

Se a exportação de capital já era, no período anterior, central para o processo de integração produtiva, ela tornou-se, no período analisado por Marini, predominante (sob a forma de IED), ampliou consideravelmente seu raio geográfico de acumulação e foi executada, primordialmente, por sociedades anônimas⁸⁹. Esta última característica tem particular significância, pois, como vimos no capítulo um, estas sociedades, por seu tamanho e poder de diversificação dos investimentos, conseguem não apenas controlar distintos segmentos da produção, como ditar o ritmo e intensidade destes setores. Como defende Marini:

(...) essas empresas possuem filiais localizadas em diferentes partes do mundo e cobrem os mais diversos campos de atividade, podendo operar simultaneamente na agricultura ou indústria extrativa, na indústria manufatureira, no comércio e nos serviços. A procedência nacional do capital se perde em um imbricado processo de associações, fusões e acordos (...) Encontramos entre tais empresas verdadeiros

⁸⁷ Já tratamos no capítulo um sobre esta ligação econômica, que se referia, principalmente, ao fato de que a exportação de capital possibilitou aos países desenvolvidos compensar a tendência de queda dos lucros internamente, proveniente da monopolização de sua economia, exportando capital para os países atrasados em busca de mão de obra barata, controle de matérias-primas e fontes de energia, subsídios estatais e lucros extraordinários.

⁸⁸ Sobre o processo de concentração e centralização nos Estados Unidos, Caputo e Pizarro afirmaram que as 100 maiores empresas norte-americanas tem adquirido extrema importância na economia estadunidense, os autores apresentam os seguintes dados: entre 1929 e 1947, a participação das 100 maiores empresas no controle de ativos líquidos da indústria manufatureira aumentou de 44 a 46%, enquanto que entre 1947 e 1962 esse valor incrementou-se de 46 a 57%; além disso, entre 1947 e 1962, o valor agregado das 200 maiores indústrias manufatureiras sobre o total do mesmo setor cresceu 33%. Do ponto de vista da concentração, os autores afirmaram que, em 1962, 0, 24% do total de empresas controlavam 75% dos totais de ativos, em contrapartida 99,76% controlavam apenas 25% dos ativos (CAPUTO; PIZARRO, 1971, p.267-269).

⁸⁹ Para Marini são sociedades anônimas aquelas “empresa que possuem ao menos 25% “de seus investimentos, produção, emprego ou vendas no exterior” (MARINI, 1977a, p. 06).

gigantes econômicos , cuja produção total supera, em muitos casos, o produto nacional da maioria dos países (...) (MARINI, 1977a, p. 6).

Do ponto de vista dos países periféricos, a principal alteração foi o destino destes IEDs, que se orientaram, neste período, massivamente à indústria manufatureira. Isso ocorreu porque, após as duas grandes guerras mundiais, houve um grande salto tecnológico nas indústrias estadunidenses de capitais e correlatas – como as de produção de armamentos –, que demandaram o desenvolvimento de outras zonas de produtos manufaturados que absorvessem sua produção. Ademais, a busca constante por lucros extraordinários pelas indústrias exigia uma substituição do capital fixo em períodos cada vez menores, de modo que a exportação de suas partes obsoletas tornava-se atrativa por representar nos países periféricos inovações tecnológicas (e por isso lucros extras às sociedades anônimas) e também por *abrir caminho* para avanços técnicos nos países centrais (MARINI, 1977a, p. 7 e 8).

As economias latino-americanas com um desenvolvimento industrial mais avançado – Brasil, México, Argentina, Chile e Paraguai – aproveitaram o momento favorável para fortalecer sua indústria manufatureira. Os dados apresentados por Marini são emblemáticos neste sentido: o montante de IED estadunidense destinado à manufatura latino-americana em 1929 foi de 6,7%, em 1950 este valor triplicou, atingindo 20,2% e chegou a 32,3% no ano de 1967 (MARINI, 1977a, p. 11). Dentre os países citados, três deles receberam 2/3 destes investimentos – Argentina, México e Brasil –, sendo, por sua vez, ainda mais significativa a participação na indústria manufatureira: 64%, 68% e 69% respectivamente (MARINI, 1977a, p. 10 e 11).

Seguindo ainda as contribuições dos autores apresentados no capítulo um, Marini observou que os excedentes de capitais destinados às economias periféricas foram frutos não apenas dos investimentos externos diretos e indiretos realizados pelas sociedades anônimas e pelos Estados centrais, com destaque ao EUA, mas também foi consequência do fortalecimento do mercado de capitais internacionais, que absorveram parte dos excedentes de capitais supérfluos à produção. Sobre isso, Marini afirma:

Ao encurtar a rotação do ciclo de capital circulante, as inovações tecnológicas, e o consequente incremento da produtividade, fazem com que uma determinada parte do capital desembolsado resulte supérflua para o processo de produção e se desvincule deste, a menos que, e até que, amplie-se a escala da produção. Expulsado assim da órbita do capital produtivo, esse capital não deixará, entretanto, de perseguir sua valorização e buscará o retorno à esfera produtiva, através do mercado financeiro. Isto é o que explica a expansão do mercado de dinheiro, que se manifestou no auge bancário já mencionado e respondeu, em boa medida, aos fluxos da exportação de capital. Ao contrário do que geralmente se supõe, estas não derivam exclusivamente da mais-valia gerada, senão também da mecânica mesma da reprodução do capital,

isto é, da desvinculação do capital dinheiro desembolsado por efeito da simples redução do período de rotação. (MARINI, 1977a, p. 9, grifos no original).

Marini destacou dois períodos distintos do desenvolvimento do mercado financeiro internacional: um primeiro, referente a meados de 40 e a década de 50, em que o aumento da circulação financeira foi conduzido pelos Estados Unidos, por meio de investimentos e, até mesmo, doações aos países; e um segundo momento, entre as décadas de 60 e 70, em que os bancos privados e as sociedades anônimas tomaram as rédeas, novamente, do processo de valorização do capital (MARINI, 1977a, p. 9)⁹⁰.

Nesse sentido, Marini observou que, concomitantemente a internacionalização das sociedades anônimas, houve um desenvolvimento, sem igual, do mercado de capital internacional, que não apenas deu suporte ao processo de integração dos sistemas produtivos, como foi, ele mesmo, uma fonte de valorização dos excedentes de capital produtivo, via instituições financeiras e bolsas de valores⁹¹.

A nosso entender, o que Marini estava, em última instância, notando era que a internalização do capital financeiro (que sob a forma de ações investe na produção) tem um vínculo estreito com as instituições financeiras, com destaque às bolsas de valores, onde podem valorizar, concomitantemente, seus rendimentos, para além da produção (sem, no entanto, prescindir da mesma) e, aliás, podem reinvestir este capital fictício na produção novamente.

Foi a intensificação concomitante destes dois processos - integração dos sistemas produtivos e consolidação de um mercado de capital internacional -, após as duas grandes guerras mundiais, que possibilitaram a diminuição da monopolaridade no mundo capitalista – em que apenas um Estado impulsionava o processo de acumulação de capital internacional – para a constituição de uma estrutura mundial hierarquizada que abre margem para a constituição de centros de acumulação intermediário entre centro e periferia:

(...) a expansão e a aceleração tanto da circulação do capital produtivo como da circulação do capital dinheiro foram configurando uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho distinto daquele vigente antes da crise mundial que mencionamos inicialmente. Já se foi o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de

⁹⁰ Para Caputo e Pizarro (1971, p. 313), os financiamentos públicos e privados estão intimamente ligados, os primeiros destinam-se no início para criar a infraestrutura necessária, que direcionará em um segundo momento, o investimento privado.

⁹¹ O fato de a valorização ocorrer na esfera financeira não significa, como já mencionado no capítulo um, que está valorização prescinda da produção, como afirma o próprio Marini: “Todas as formas de remuneração do capital – lucro industrial, lucro comercial, juros e renda da terra – têm sua fonte na mais-valia resultante da valorização e nascem, portanto, da ação do capital produtivo ou, em seu sentido mais amplo, capital industrial.” (MARINI, 1979, p. 22).

manufaturas por alimentos e matérias-primas. Encontramo-nos diante de uma realidade econômica em que a indústria assume um papel cada vez mais decisivo. Isto é certo ainda que o capital industrial se amplie e se fortaleça em áreas extrativas e agrícolas; mais ainda, quando consideramos a extensão e a diversificação em escala mundial da indústria manufatureira. *O resultado tem sido um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação – que são também potências capitalistas medianas -, o que nos têm levado a falar da emergência de um subimperialismo.* Este processo de diversificação, que é simultaneamente um processo de integração, segue ostentando à sua testa a superpotência que a crise mundial fez surgir: os Estados Unidos da América. (MARINI, 1977a, p. 9, grifos nosso).

A mudança identificada por Marini, ao tratar do *surgimento de centros medianos de acumulação*, refere-se, primeiramente, ao fato de que houve, nos países dependentes, em alguns mais em outros menos, a constituição de uma esfera produtiva voltada ao mercado interno, que viria a assumir a centralidade na dinâmica da economia (MARINI, 1979, p. 21). Por outro lado, consiste, em alguns destes países, no desenvolvimento de uma *composição orgânica média dos aparatos produtivos nacionais*⁹², isto é, de um certo grau de operacionalidade do capital financeiro e dos monopólios na economia mundial, o que possibilitaria ao autor trabalhar com os aspectos econômicos do subimperialismo.

O principal impacto desta mudança foi que estes países periféricos deixaram de ser simples *anexações* (agrícolas e/ou extrativas) dos centros industrializados. Com a internalização do capital estrangeiro na produção industrial interna, este capital passou a articular, a seu benefício, o ciclo econômico dependente à economia mundial⁹³. Além disso, estes países, que despontam como subcentros, tornam-se irradiadores e defensores do imperialismo estadunidense em suas zonas fronteiriças.

Não se trata, como alerta Marini, de uma integração do mercado interno, mas, como já evidenciará os autores marxistas do imperialismo, de um processo de internacionalização do sistema produtivo e, ao mesmo tempo, da internalização do capital estrangeiro. Isso acarretava uma série de consequência ao país periférico como, por exemplo, a desnacionalização da produção, em termos de propriedade, um processo intenso de concentração e centralização do capital em favor dos grupos estrangeiros e da grande burguesia que se associa a estes, um

⁹² Na falta de dados mais precisos, Marini definiu a composição orgânica do capital como sendo a participação do produto manufaturado no produto interno bruto (PIB), considerando um subcentro econômico àqueles países com participação de manufaturados igual ou superior a 25%. Segundo os dados da UNCTAD três países latino-americanos estariam, em meados de 60, neste patamar: Argentina (34%), México (29%) e Brasil (27%) (MARINI, 1977a, p. 22 e 23, quadro 12).

⁹³ Sobre isso, Marini afirma (1977): “En los países dependientes, la esfera de la producción se encuentra estrechamente articulada con el flujo circulatorio de capital dinero y de capital mercancía (bajo la forma de medios de producción), originado en los países capitalistas avanzados. (...) ese flujo, una vez internalizado, constituye un factor determinante en la configuración del ciclo económico del país dependiente.”

desenvolvimento do mercado de bens suntuários, que serviu para atender a demanda dos monopólios industriais dos países centrais e, por fim, uma supressão, ainda maior, dos empregos nos países periféricos, dado ao aumento da produtividade nestas economias.

O que caracteriza realmente o período do pós-guerra é a reconquista desse mercado pelo capital estrangeiro, não mais através do comércio, mas sim da produção. Mais do que a internacionalização do mercado interno, trata-se da internacionalização (e a conseguinte desnacionalização) do sistema produtivo nacional, isto é, de sua integração à economia capitalista mundial. (...) trata-se da vinculação do capital estrangeiro a um setor da estrutura produtiva nacional, que tem como contrapartida sua desnacionalização em termos de propriedade, ainda que não sua subtração da economia nacional. (MARINI, 1977a, p. 12).

Para o autor, a economia brasileira foi uma destas economias que ampliaram a participação da indústria manufatureira em seu produto interno bruto, sob um processo intenso de concentração e centralização, liderada pelo capital estrangeiro, e pelo desenvolvimento de um mercado de capitais interno, despontando-se, assim, como um dos centros intermediário de acumulação latino-americano:

El subimperialismo corresponde a la expresión perversa de un fenómeno resultante de la diferenciación de la economía mundial, con base en la internacionalización del capital, que llevó a la superación de la división simple del trabajo —expresa en la relación centro-periferia, tematizada por la Cepal— en provecho de un sistema mucho más complejo. En él, la difusión de la industria manufacturera, elevando la composición orgánica media del capital, es decir, la relación entre medios de producción y fuerza de trabajo, da lugar a subcentros económicos (y políticos), dotados de relativa autonomía, aunque permanezcan subordinados a la dinámica global impuesta por los grandes centros. Como Brasil, países como Argentina, Israel, Irán, Irak y Sudáfrica asumen —o han asumido, en cierto momento de su evolución reciente— carácter subimperialista, al lado de otros subcentros en los que esa tendencia no se ha manifestado plenamente o tan solo se ha insinuado, como México y Venezuela. (MARINI, 1993).

O desenvolvimento de uma composição orgânica mediana ou, o que significa o mesmo processo, a participação do capital financeiro e dos monopólios na economia dependente (resultado da nova divisão internacional do trabalho e do intenso movimento de integração produtiva internacional) foram os componentes econômicos do que Marini denominou como subimperialismo. Não significava, como adiantava o próprio autor, que todos os países que se tornassem subcentros de acumulação já pudessem ser considerados países subimperialistas, uma vez que, os componentes políticos, intrínsecos ao subimperialismo, podem não manifestar-se concomitantemente. Nesse sentido, para ele:

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. (...) parece-nos que, (...) apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza (1977, p. 22).

Tendo apresentado o modo como o capital financeiro internacional expandiu-se para os setores produtivos dos países latino-americanos, iremos, no próximo subitem, expor o modo como no Brasil a internalização do capital financeiro resultou na formação de monopólios e de certo grau de ação do capital financeiro internamente, o que para Marini significava a entrada do país à fase do imperialismo.

4.1.2 Subimperialismo: monopólios e capital financeiro.

O ponto que norteará todo esse subitem consiste em compreender a centralidade da internacionalização do sistema produtivo nos processos de monopolização e do desenvolvimento do capital financeiro em uma formação econômica e social dependente. Isso é especialmente importante para entender a entrada do Brasil na fase imperialista do capitalismo, na qual o capital estrangeiro deixa de ser um fator externo. Para Marini isso significaria que o imperialismo não representaria um inimigo internacional a ser combatido, mas “forma o terreno no qual esta sociedade [latino-americana] finca suas raízes e (...) que a permeia em todos seus aspectos.” (MARINI, 1974, p.28).

Veremos como internamente, à economia subimperialista brasileira, os processos de monopolização e de desenvolvimento do capital financeiro se formaram e expandiram-se, o que significa um movimento de internalização de elementos antes restritos aos países centrais.

Marini, para compreender o processo de internacionalização da esfera produtiva brasileira, retoma as considerações de Bukharin sobre a contradição que ocorria com a internacionalização da vida econômica, quando a exportação de capital tornava-se predominante, uma vez que, simultaneamente a esse movimento, observava-se a nacionalização dos interesses dos grandes monopólios nos países centrais. Para Marini, entretanto, quando de observar o mesmo processo, porém, sob a ótica das economias dependentes, este mesmo movimento resultava, por sua vez, **na nacionalização dos interesses do capital estrangeiro**, isto é, na presença da burguesia estrangeira nas disputas políticas interna e, por conseguinte, na sua dependência frente ao Estado subdesenvolvido como meio de garantir sua reprodução:

Se a exportação do capital a partir de uma nação imperialista marca o momento em que se expressa em forma pura a tendência do capital a se internacionalizar, sua conversão em capital produtivo no marco de uma economia nacional determinada representa o de sua negação, ao passar, este capital, a depender da capacidade desta economia – e, por conseguinte, do Estado que a rege – para assegurar sua reprodução. (MARINI, 1977a, p. 26).

No Brasil, a acentuação da presença estrangeira na produção interna corresponde à década de 1950, momento em que o processo de desnacionalização produtiva frustra definitivamente as aspirações de um desenvolvimento industrial autônomo. Marini destaca que a participação direta do capital imperialista na economia brasileira foi tão grande que os investimentos estadunidenses chegaram, em 1950, a 284 milhões de dólares (em contraposição a U\$46 milhões em 1929 e U\$126 milhões em 1946) e em 52 a U\$513 milhões (MARINI, 1974, p. 144).

Esse movimento intensificou-se nas décadas seguintes, período em que Marini defendia, no âmbito da correlação de forças, que a grande burguesia interna desistia de opor-se ao capital estrangeiro e aceitava seu papel como sócia menor no processo de industrialização⁹⁴, já na esfera pública, a instauração de um regime militar tecnocrático (1964) iria “promover os ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista” (MARINI, 1974, p. 65).

A monopolização da economia brasileira foi, para o autor, produto da associação destes dois capitais, que se encontraram interligados seja diretamente (via fusões e aquisições) seja indiretamente por vínculos financeiros e tecnológicos:

(...) uma amostra das maiores empresas industriais mostrou que 44,4% das empresas estrangeiras que ali operam ocupam mais de 500 pessoas, porcentagem que, quando referida às empresas nacionais, cai para 13,5%. Além disso, das 1.325 filiais estrangeiras na América Latina, somente 48,2% são novas empresas; 35,8% são empresas adquiridas e parte dos 8% restantes resulta de fusões, ambos os casos sendo expressão da centralização do capital. (FAJNZYLBER *apud* MARINI, 1974, p. 12)

Além disso, Marini notou que estes monopólios formavam-se, sobretudo, no setor de bens suntuários, com o intuito de atender a demanda das classes altas e médias ali presentes e, também, devido à oportunidade do capital estrangeiro de exportar partes obsoletas de seus equipamentos a estas indústrias manufaturadas:

Em 1950, os setores têxteis e de alimentos respondiam por 50% do valor total da produção; em 1960, esta proporção reduz-se para 36,24%, enquanto se eleva a participação do setor de transporte de 2,28% para 6,7%, da indústria química de 5,13% para 8,85% e da metalúrgica de 7,51% para 10,4%; em 1970, os setores têxteis e de alimentos contribuíam com apenas 29,49% do total, enquanto as outras três se elevavam para 8,2%, 10,89% e 12,47%, respectivamente. Ainda que isto apareça, em abstrato, como natural e bom, deve-se levar em conta, para dar apenas um exemplo, que o setor de transporte se encontra fortemente influenciado pela indústria automobilística, a qual produz prioritariamente automóveis de passeio e que tem se constituído como eixo da expansão econômica brasileira nos últimos

⁹⁴ “O que se verificava, na realidade, era a evolução, de certa maneira inevitável, da burguesia brasileira rumo à aceitação consciente de sua integração ao imperialismo estadunidense, evolução esta que resulta da própria lógica da dinâmica econômica e política do Brasil e que pode ter graves consequências para a América Latina.” (MARINI, 2012, p. 121).

anos, localizando-se na nona posição da produção mundial e induzindo, de forma direta, o desenvolvimento da produção metalúrgica, química, etc. (MARINI, 1977a, p. 15).

Para o autor, nos governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek, a instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) facilitou significativamente a entrada de capital estrangeiro⁹⁵ na economia brasileira. Já, no Estado tecnocrático-militar o processo seguiu-se com a concentração e centralização do capital sob a atraente nomenclatura da “*democratização do capital das empresas*”: por meio da restrição do crédito oficial e do incentivo ao crédito privado, além de uma política tributária centrada sob a folha de pagamento, que exigia a diminuição da mão de obra para redução dos custos de produção. Foi natural, segundo o autor, que as grandes beneficiárias fossem as multinacionais (proveniente da associação entre grande capital nacional e estrangeiro), em detrimento das pequenas e médias empresas locais, dada a facilidade de obtenção de crédito internacional, bem como maquinário e tecnologia nos países de origem dessas empresas estrangeiras (MARINI, 1974, *passim*).

Tais medidas, em conjunto com outras, ampliaram ainda mais a participação do capital estrangeiro na esfera produtiva, o que demonstrava um comprometimento do governo militar com os interesses deste capital estrangeiro internalizado. Porém, tratou-se, também, de uma estratégia do governo militar para fortalecer estes setores intermediários, nos quais o capital estrangeiro, junto ao grande capital nacional, se instalou, aumentando sua competitividade internacional, o que possibilitaria uma maior projeção regional do país.

Marini destacou a importância da organização de um mercado de capitais internamente para a monopolização da estrutura produtiva brasileira, já que este mercado atenderia ao *boom financeiro*, de finais de 60, que disponibilizava aos países periféricos uma intensa quantidade de capital. O Brasil, como apontou Marini, foi um dos que recebeu as maiores quantias do mercado de euromoedas, justamente no período em que a disponibilidade de crédito deste mercado dobrava de 45 bilhões de dólares, em 1969, para U\$ 82 bilhões na metade de 1972 (MARINI, 1977a, p. 23).

Marini também evidenciou as alterações jurídico-institucional, desde o primeiro ano do governo militar, em favor dos fluxos de capitais internacionais:

Em 1965, ampliou-se o regime proporcionado ao capital estrangeiro, mediante a modificação da Lei nº 4131, de 1962, que já lhe proporcionava condições bastante vantajosas, e se abriu a porta para a contratação de empréstimos em dinheiro entre

⁹⁵ “na medida em que permitia que as máquinas e equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que era mantida para as empresas nacionais.” (MARINI, 1974, p. 80)

empresas estrangeiras e locais. A partir de 1967, novas medidas facultaram aos bancos comerciais e de investimento a tomada e o repasse de créditos às empresas no país para financiar seu capital fixo e de giro. Surge, então, um verdadeiro mercado de capitais no país. (VON DOELLINGER, et al *apud* MARINI, 1977a, p. 24)

Ainda que Marini tenha observado o desenvolvimento do mercado financeiro no Brasil, pouco se aprofundou neste processo que representava, em última instância, a concentração e centralização do setor financeiro, consequência, da monopolização no setor industrial. As intervenções do governo militar no mercado financeiro estavam comprometidas em diversificar e modernizar a estrutura financeira interna para receber os investimentos privados que vinham do mercado de capitais internacional. Tavares, autora que também analisou esse período histórico brasileiro, destaca as seguintes alterações:

a criação de sociedades de crédito imobiliário e carteiras imobiliárias nas financeiras (...) regulamentação do funcionamento dos Bancos de investimentos quanto à operação de crédito de médio e longo prazo e formas de captação de recursos (...) regulamentação e modernização das operações nas Bolsas de Valores (...) (TAVARES, 1972, p. 221 e 222).

Tratava-se, para esta autora, justamente da concentração e centralização no sistema bancário, similar e resultado da monopolização industrial. *As fusões e reconcentrações sucessivas*, por exemplo, diminuíram drasticamente o número de estabelecimentos bancários comerciais, de 336 em 1964 para apenas 175 em 1970 (TAVARES, 1972, p. 226). A autora observou, ainda, no mesmo período, uma aproximação considerável entre os bancos de investimentos e os grupos estrangeiros: “dos 30 bancos de investimentos existentes em 1969, 10 tinham ligações explícitas com grupos estrangeiros, e dos demais, todos, à exceção de 4, são originários de fusões e reorganização de grupos financeiros com apoio de velhos bancos comerciais” (TAVARES, 1972, p. 226).

Essa monopolização da esfera financeira e sua íntima relação ao capital financeiro internacional seria a outra face do desenvolvimento do capital financeiro internamente. A nosso entender, assim como houve uma internalização do capital estrangeiro na esfera produtiva houve também o mesmo processo na esfera financeira, uma vez que, era preciso garantir ao capital acionário das grandes sociedades anônimas internacionais, o capital financeiro, sua pronta conversão em capital monetário, o que significava, portanto, assegurar sua mobilidade e flexibilidade.

Marini não apresentou sistematicamente o que ele entendia por capital financeiro, em muitos sentidos ele o aproximava da esfera financeira (internacional e nacional) em oposição à esfera produtiva. Ao expor, por exemplo, sua interpretação acerca do que a ditadura militar brasileira representou, afirmou que se tratava da “expressão da hegemonia conquistada,

devido à crise, pelos monopólios industriais e pelo capital financeiro nacional e internacional” (MARINI, 1974, p. 255), leitura da qual discordamos, como já discorremos no capítulo um desta dissertação. Entretanto, ainda que o autor não tenha em nenhum momento defendido uma interpretação da categoria capital financeiro enquanto uma síntese entre todas as formas de capital, sobretudo o industrial e bancário, acreditamos que o autor conseguiu identificar e pontuar a importância daqueles elementos, apresentados pelos autores marxistas do imperialismo, que viriam a conformar o capital financeiro.

Ele frisou, nesse sentido, dois movimentos importantes na economia brasileira entre as décadas de 60 e 70: o primeiro referiu-se ao desenvolvimento do mercado de capitais no país, dando destaque para outras instituições financeiras que não apenas os bancos tradicionais; em segundo lugar, o autor conseguiu identificar a relação destas instituições com o capital estrangeiro e sua importância no processo de concentração e centralização do capital, que permitiria o movimento de monopolização na indústria:

Seria útil, nesse sentido, ter presente o acelerado processo de *monopolização* - via concentração e centralização do capital - que teve lugar no Brasil nos últimos dez anos, assim como o extraordinário desenvolvimento do capital financeiro, principalmente a partir de 1968. Mesmo deixando de lado as **bolsas de valores** - que em seu melhor momento (1969) fizeram circular mais de 5 bilhões de cruzeiros em emissões de capital, sem conseguir manter esse ritmo -, é preciso considerar o papel desempenhado pelo sistema bancário no andamento do “milagre”, especialmente os **bancos de investimento**, cujos depósitos passaram de 1 bilhão de cruzeiros em 1969 a 5 bilhões em 1971, ostentando neste ano taxas de lucro próximas a 30% (MARINI, 1974, p.36 e 37, grifos nosso).

(...) Além de facilitar a desnacionalização da indústria, isso [a política de exportação] levou a pequena e média empresa a falência ou à absorção pelo grande capital, no mesmo momento em que o **desenvolvimento do capital financeiro – através das companhias financeiras e bancos de investimentos, como forte participação estrangeira – criava o instrumento capaz de centralizar o capital social em poucas mãos.** (*ibid.*, p. 259, grifos nosso)

O que se percebe é que os elementos para a constituição do capital financeiro no capitalismo brasileiro eram ainda embrionários na conjuntura histórica analisada pelo autor. Porém, sua percepção frente à íntima relação do desenvolvimento das sociedades anônimas e das instituições financeiras, bem como as conseqüências desse movimento (poder de concentrar capital em um número cada vez mais restrito de pessoas) demonstrava que o autor compreendia a essência e a importância dessa forma de capital.

E foram exatamente essas características que o autor pontuou para demonstrar a chegada do Brasil à fase do imperialismo, e, além disso, percebeu as manifestações expansionistas e intervencionistas que este movimento implicava, relacionando isso aos traços econômicos, que permitiriam a emergência do subimperialismo:

Lançado à órbita do capital financeiro internacional, o capitalismo brasileiro faria tudo para atrair o fluxo monetário para si, embora não fosse capaz de assimilá-lo em sua integridade enquanto capital produtivo e devesse reintegrá-lo ao movimento internacional de capitais. Com isso, a seu modo, dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de exportação de capital, assim como na espoliação de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás. (MARINI, 1977a, p. 24 e 25).

A monopolização – industrial e bancária – e o desenvolvimento do capital financeiro no Brasil, bem como suas manifestações (a emergência a subcentro econômico, a exportação de manufaturas e capital, a luta pelo domínio de matéria prima e energia, sobretudo, de países vizinhos), foram significativos para a compreensão do subimperialismo. Porém, não menos importantes para a compreensão da categoria foram os processos de superexploração da força de trabalho e os problemas de realização interno, pois, sendo intrínsecos a formação econômica social dependente, reorientaram o modo como as características do imperialismo se expressavam no país dependente.

As transformações ocorridas na formação econômica e social brasileira no período militar foram fruto, como já adiantou Marini (1974, p. 37), tanto das transformações internacionais como da própria dinâmica do capitalismo brasileiro, sendo, então, insuficiente apenas “aplicar” as características dos países imperialistas para compreender a emergência do subcentro econômico. Por este motivo é que, apesar de serem produtos da mesma raiz histórica (ou seja, estarem vinculados à mesma fase do capitalismo), Marini propôs outra categoria para entender o caso brasileiro – o subimperialismo. Tratava-se, portanto, da entrada brasileira a fase do imperialismo, porém, a seu modo dependente, como demonstraremos nos dois itens seguintes.

4.2 O esquema de realização tripartite.

Se, por um lado, a elevação da composição orgânica do capital (a um nível intermediário) e o desenvolvimento de um mercado de capitais interno indicavam a possibilidade da economia subimperialista de romper com as amarras da dependência, sob outro ponto de vista, o que Marini verificava era a agudização das tendências gerais de acumulação e reprodução capitalista dependente, com a intensificação da superexploração da força de trabalho, que impactava no estrangulamento do mercado interno, incapaz de acompanhar a expansão da capacidade produtiva (MARINI, 1974, p. 156)

Marini argumentava que a contradição, encontrada no Brasil, entre aumento da produtividade e problemas de realização não lhe foi exclusiva, ocorreu também nos países

centrais, entretanto, ali foi solucionada adequando as inovações tecnológicas às condições de seus mercados de trabalho e incorporando mercados externos (via, sobretudo, exportação de capital). Contudo, a incapacidade brasileira de controlar a tecnologia incorporada na produção, uma vez que é importada dos países desenvolvidos, e às limitações a expansão ao mercado externo, completamente dividido entre os grandes centros, foi o que tornou singular e *irracional* o desenvolvimento capitalista neste país (*id*).

Isso ocorria devido à monopolização na esfera produtiva, que privilegiava setores indústrias voltados aos produtos intermediários, com destaque aos suntuários, em detrimento daqueles destinados ao consumo de bens-salários. Esse movimento intensificava, como vimos no capítulo dois, a superexploração do trabalho, primeiramente, nos setores tradicionais (vinculados aos bens salários), como forma de compensar a diminuição da mais-valia intra-setores, e, em um segundo momento, generalizava-se a todos os setores, incluindo os mais dinâmicos. Para Marini, o resultado era o papel determinante dos bens suntuários como centro dinamizador da economia brasileira, o que agravava os problemas de realização, dada a ampliação da produção, por um lado, e a restrição do mercado interno, por outro, exigindo, então, novas formas de reconstituição da unidade entre produção e circulação no interior da economia brasileira.

Para Marini, a crise, na qual chegou o Brasil na década 60, é resultado da abertura econômica realizada, em meados de 50, pelos presidentes Café Filho e Juscelino Kubitschek, sendo a instrução 113 da superintendência da Moeda e do Crédito, o marco desta abertura, cujo o ápice foi o Plano de Metas, realizado pelo último presidente citado. Neste período foram disponibilizados cerca de U\$ 2,5 milhões em investimentos e financiamentos (MARINI, 1974, p. 115) que possibilitariam taxas de crescimento do setor industrial superiores a 9% ao ano (a.a) e o desenvolvimento da indústria pesada, com destaque a indústria automotriz (MARINI, 1977a, p. 79).

A crise de 1962⁹⁶ representava, segundo o autor, o esgotamento deste ciclo expansivo, a impossibilidade de continuação do crescimento da indústria manufaturada, se mantidas as limitações do mercado interno, consequência da peculiaridade do ciclo do capital na economia dependente. Para Marini, as características deste período foram: queda significativa da taxa de formação bruta de capital, decrescimento do setor manufatureiro, atingindo médias em torno

⁹⁶ Muitos autores do pensamento econômico e social brasileiro – em diversas correntes teóricas – desenvolveram contribuições acerca da crise do início da década de 1960, Luce sintetiza algumas delas em sua tese de doutorado (2011, p. 69 – 71).

de 2% a.a., uma crise cambial, altas taxas de inflação e problemas no emprego da mão de obra.

Essa expansão começa, entretanto, a dar sinais de esgotamento por volta de 1960, em função da diminuição verificada no nível de renda interna, da queda do preço e do volume de exportações e da grande exportação de lucro, o que afunda o país numa grave crise cambial; e também devido à aceleração do processo inflacionário (...) Deve-se ter presente, efetivamente, que a expansão da indústria brasileira, baseada na intensificação do investimento estrangeiro e correspondendo a introdução massiva de uma nova tecnologia, teve como resultado a sensível elevação da produtividade do trabalho e da capacidade produtiva da indústria, agravando entretanto – e por isso mesmo – o problema do emprego da mão de obra (MARINI, 1974, p. 116).

Marini sofreu críticas⁹⁷ por suas considerações acerca dos problemas de realização das economias dependentes. A primeira delas, defendida em especial por Fernando Henrique Cardoso e José Serra, referiu-se ao fato de que a expansão da produtividade, intensificada em meados de 60, teria integrado paulatinamente o proletariado ao consumo, de modo que as dificuldades do mercado interno seriam gradativamente solucionadas. A segunda, por sua vez, consistia nas acusações de que, ao argumentar em favor da permanência dos elementos característicos da dependência, Marini estaria aproximando-se das teses estagnacionistas, que defendiam o período militar brasileiro como um sendo um período em que a economia cessaria o crescimento e retrocederia em seu desenvolvimento capitalista.

Marini argumentou que o ponto central de seus críticos encontrava-se primeiramente no fato de que refutam a essencialidade dos bens de consumo correntes para a realização do capital em uma economia capitalista. Para ele, por mais que a realização de insumos industriais, maquinários e equipamentos sejam extremamente importantes, “a realização se encontra referida, em última instância, ao mercado de bens finais, para o qual a demanda de bens de consumo corrente tem um papel relevante” (MARINI, 1974, p. 31).

Tratava-se, para o autor, de quererem separar a produção, circulação e realização das mercadorias, privilegiando a primeira, o que em seu ponto de vista:

Não apenas passa longe de ser uma posição marxista, como também pode se tornar um instrumento útil de apologia ao sistema. A realização do capital é, antes de mais nada, realização do capital mercadoria, e constitui um elemento essencial no ciclo do capital; a dissociação da realização se dá apenas naqueles momentos em que o ciclo do capital se enfrenta à sua própria estrutura: na crise. E, no final das contas, é o fantasma da crise que fustiga incessantemente a produção capitalista, arrastado-a cada vez mais depressa ao abismo que tanto busca evitar (MARINI, 1974, p. 31).

Além disso, Marini questionou os argumentos dos críticos que defenderam a incorporação do trabalhador brasileiro ao consumo, na ditadura militar, argumentando que

⁹⁷ Para um debate mais detalhado ver Marini (1974, prefácio da quinta edição; 1977a, p. 17 e 18; 1973a) Beraldo (2012, p. 102- 108); Luce (2011);

longe de uma integração do proletariado ao consumo, o que se observou, foram formas, cada vez mais agudizadas, de superexploração da força de trabalho, que não só excluíam as massas do consumo como também do emprego produtivo.

Para contestar a possível integração do trabalhador ao consumo, Marini apresentou os seguintes dados do IBGE: em 1965, 24,3% dos trabalhadores brasileiros recebiam até um salário mínimo, enquanto que 75,7% excediam esse patamar, em 1972, entretanto, a proporção foi de 57,6% contra 42,2% respectivamente (MARINI, 1977a, p. 14). Além disso, sobre a exclusão da população ao trabalho produtivo expôs:

Isso explica que, segundo dados oficiais, a população com mais de 10 anos tenha aumentado entre 1960 e 1970, em 17 milhões de pessoas, das quais 7 milhões ingressaram na estrutura de emprego, sendo que, entre elas, menos de 4 milhões foram absorvidas por setores diretamente produtivos (2,5 milhões pela indústria e o restante pela agricultura) e pouco mais de 1 milhão de pessoas se inseriu nos serviços vinculados à produção (incluindo comércio, onde se oculta, como se sabe, boa parte do desemprego disfarçado); o remanescente foi para atividades improdutivas, como é o caso da burocracia pública, que trás um crescimento médio de 20% (MARINI, 1974, p. 32)

Ademais, houve saltos significativos, entre 64 e 70, em ramos como o de transportes, que saltou de um índice de 92,4 para 225,2, enquanto que os ramos de bens salários diminuíram ou mantiveram-se estagnados, é o caso dos setores têxteis que, no mesmo período, caíram de 101,6 para 97,2 e as indústrias de calçado e vestuário que se mantiveram estacionadas em 113. Este conjunto de dados demonstrou a imprecisão de argumentos que consideram a incorporação do trabalhador ao consumo de bens intermediários, isso porque era difícil “imaginar camadas trabalhadoras que (...) estariam se integrando ao consumo, contribuindo para dinamizar, por exemplo, o mercado de automóveis, antes do que o de bens de consumo corrente!” (MARINI, *id*):

A verdade é outra: **o sistema econômico imposto ao Brasil pelo grande capital nacional e estrangeiro agrava cada vez mais** suas características monstruosas, entre as quais se destacam **o aumento do exército industrial de reserva – sob a forma de desemprego aberto ou oculto – e o divórcio entre a estrutura produtiva – voltada para o mercado mundial – e as necessidades de consumo das amplas massas.** (MARINI, 1974, p. 32 e 33, grifos nosso).

Quanto às acusações de que suas análises remeteriam a teses estagnacionistas, Marini argumentou que o próprio Marx, ainda que não tenha tratado exaustivamente sobre o tema, deu indícios sobre as insuficiências do consumo em atender a expansão produtiva, o não desenvolvimento desta questão referia-se ao comprometimento do autor em apresentar as leis que determinavam o ciclo do capitalismo em seu conjunto e não em países específicos (MARINI, 1977a, p.18). Quem encerrou a questão sobre os problemas, segundo Marini, é Lênin:

A questão da realização – escreve – é um problema abstrato, vinculado à teoria do capitalismo em geral. Tomemos um só país ou o mundo inteiro, as leis fundamentais da realização descobertas por Marx são sempre as mesmas. O problema do comércio exterior ou do mercado externo é um problema histórico, um problema das condições concretas do desenvolvimento do capitalismo em tal ou qual país, em tal ou qual época. [Cabe indicar que] todas as outras leis do capitalismo descobertas por Marx representam [...] unicamente um ideal do capitalismo, mas nunca sua realidade. [Lênin prossegue:] Desta teoria [da realização, RMM] deduz-se que, ainda que a reprodução e a circulação do conjunto do capital fossem uniformes e proporcionais, não se poderá evitar a contradição entre o aumento da produção e os limites restringidos do consumo. [E conclui:] Além disso, o processo de realização não se desenvolve na realidade segundo uma proporção idealmente uniforme, senão somente através de dificuldades, de “flutuações”, de “crise”, etc. (LÊNIN *apud* MARINI, 1977a, p. 18)

Dessa maneira, ao identificar uma crise de realização no interior da economia brasileira, o autor não estava argumentando, a nosso entender, que haveria uma estagnação no período militar, pelo contrário, a crise era entendida como sendo resultado do próprio desenvolvimento que o capitalismo origina e suas causas não eram, necessariamente, permanentes, mas indicavam, por sua vez, novas formas, mais superiores, que elevavam as contradições entre produção e circulação a outro patamar⁹⁸. Como o próprio autor afirmou:

De pasada, [Fernando Henrique Cardoso e José Serra⁹⁹] confunde estancamiento y crisis (“La aurora revolucionaria tendría como incubadora el acicate del estancamiento y la crisis”) sin comprender que las crisis, para un marxista, corresponden a saltos del capitalismo hacia su destrucción, pero no se confunden con el estancamiento, sino todo lo contrario: resultan de la acumulación capitalista misma, es decir, *del desarrollo capitalista*. (MARINI, 1978, p. 167, grifos no original).

Do ponto de vista político, Marini notava que a crise de 62 era resultado do conflito interno entre as classes dominantes e destas com a classe trabalhadora. O compromisso estabelecido em 1937 entre a burguesia industrial e a classe dominante agrária¹⁰⁰ começava a dar sinais de esgotamento, dentre outros motivos por que: instaurava-se uma crise na economia de exportação brasileira, com a desaceleração da economia estadunidense e a concorrência dos países africanos e os europeus; as zonas agrícolas eram incapazes de

⁹⁸ A aproximação de Ruy Mauro as teses de Celso Furtado sobre a suposta pastorização da economia brasileira, no período da ditadura militar, são contrapostas pelo próprio Marini “Lembro-me, especialmente, da discussão que mantive com Celso Furtado (...) defendendo sua tese sobre a “pastorização”, isto é, do retrocesso da economia brasileira ao estágio meramente agrícola, que a ditadura estaria promovendo (...); eu insistindo no eixo central de minha reflexão sobre o Brasil, ou seja, na idéia de que a ditadura correspondia à dominação do grande capital nacional e estrangeiro e impulsionava a economia do país a uma etapa superior do seu desenvolvimento capitalista.” (MARINI, 1990, p. 75)

⁹⁹ Marini esta se referindo ao texto escrito por Cardoso e Serra em 1978 “As desventuras da dialética da dependência”.

¹⁰⁰ “o compromisso político de 1937 expressa de fato uma complementaridade entre os interesses econômicos da burguesia e das antigas classes dominantes; (...) Um dos elementos significativos dessa complementaridade é, efetivamente, a drenagem dos capitais para a indústria (...) não é, entretanto, o único: manter o preço externo do café, enquanto a moeda se desvaloriza internamente, interessava aos dois setores (...) A demanda industrial interna era, por outro lado, sustentada exatamente pela oligarquia (...) o ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sob a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro.” (MARINI, 1974, p. 139)

abastecer as zonas urbanas em expansão; e, por fim, a modernização tecnológica gerava um hiato entre o excedente de mão de obra disponibilizada pelas zonas rurais e a possibilidade de emprego gerado pela indústria. Conjuntamente a isso, ocorreu em 50, segundo o autor, um fluxo de investimentos e financiamentos do exterior que não apenas ampliavam o hiato, dado o aumento da composição orgânica do capital, como intensificavam o estrangulamento externo, uma vez que cresciam as transferências de valor ao exterior, via remessas de lucros, dividendos e royalties (MARINI, 1974, p. 142).

Segundo Marini, para a burguesia industrial, que ganhava maior autonomia frente ao pólo agrário com o desenvolvimento das forças produtivas, as contradições existentes entre o aumento da composição orgânica do capital e a restrição do mercado interno, consequência da superexploração do trabalho e da estrutura fundiária extremamente concentrada, exigiram repensar o compromisso, sobretudo, frente à necessidade de reformas – principalmente a agrária – para solucionar a incompatibilidade entre produção e realização que se instaurara. O reflexo deste processo foi a tentativa de reformas profundas na economia brasileira no governo de Goulart, visando dinamizar o mercado interno e minimizar a participação estrangeira – o quanto possível – na esfera produtiva, por meio de redistribuição de renda, reformas de base e uma política externa independente (MARINI, 1974, p.148 e 149).

A crise entre a burguesia industrial (nacional e internacional) e a agrária fortaleceu, ainda mais, as reivindicações das massas populares, que vinham sofrendo com as constantes reduções salariais – fruto da modernização tecnológica, o que representou, em última instância, um questionamento aos próprios termos com que se estabeleciam a estrutura capitalista. Para o autor, esse movimento resultou em um recuo estratégico das burguesias internas, que abandonaram suas diferenças para enfrentar o cerne do problema - a possibilidade de redução das taxas de lucros com o aumento dos salários:

A situação que deveria enfrentar agora era ainda mais grave, posto que, com o desenrolar da crise da balança de pagamentos, o ponto de estrangulamento cambial se aproximava, e isso justo no momento em que, terminado o prazo de maturação dos investimentos realizados na segunda metade dos anos 1950, os capitais estrangeiros pressionavam fortemente para exportar seus lucros. Assim a crise cambial se traduzia [em] uma verdadeira crise industrial. Na realidade, o que estava em xeque era todo o sistema capitalista brasileiro. A burguesia – grande, média e pequena – compreendeu isso e, esquecendo suas pretensões autárquicas, bem como a pretensão de melhorar sua participação frente ao sócio maior estadunidense, preocupou-se unicamente em salvar o próprio sistema. Foi como chegou ao regime militar, implantado no dia 1º de abril de 1964. (MARINI, 1974, p.152 e 153).

O autor defendeu, portanto, que a instauração da ditadura militar brasileira referiu-se a única forma encontrada para acomodar os interesses entre as burguesias internas, em

associação direta com o capital estrangeiro, e a anulação das classes subalternas, por meio de uma repressão truculenta e da deterioração das condições de vida dos trabalhadores, com a ampliação da superexploração do trabalho e a contenção dos salários. A nosso entender, Marini estava observando a ditadura militar pela ótica da luta de classes, na qual o rearranjo político do período anterior mostrava-se insuficiente, além de fortalecer a classe explorada, que já vinha insatisfeita com a elevada precarização de suas condições, dessa forma, era necessário, para não ruir com o capitalismo brasileiro, como defendeu o autor, a reconstituição do compromisso de 37, só que sob novas roupagens:

A ditadura militar aparece, assim, como consequência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada de abrir-lhe novas perspectivas. Seu aspecto mais evidente foi a contenção, pela força, do movimento reivindicativo de massas (...) a ditadura conseguiu promover, pelo terror, um novo equilíbrio entre as forças produtivas. Ditaram-se normas fixando limites para os reajustes salariais e regulamentando rigidamente as negociações coletivas entre sindicatos e empresários, acarretando numa sensível redução do valor real dos salários. (...) a ditadura correspondeu [também] a uma ratificação do compromisso de 1937 entre burguesia e oligarquia latifundiária-mercantil. Isso ficou claro quando a burguesia renunciou a uma reforma agrária efetiva (...) (MARINI, 1974, p. 153 e 154).

Além disso, Marini argumentou que o golpe de 64 foi, sob outro ponto de vista, o modo como a formação econômica e social brasileira conseguiu solucionar os problemas de realização sem com isso alterar a estrutura do mercado interno, ancorado na superexploração do trabalho. Isso representava, em nosso entender, uma das grandes distinções entre a formação econômica e social subimperialista e os demais países dependente, a saber: ser capaz de encontrar mecanismos que retardem e/ou impeçam a crise de realização, mesmo sob condições de dependência.

A ditadura militar é uma resposta à crise econômica que afetou a economia brasileira entre 1962 e 1967 e à consequente intensificação da luta de classes. É também algo mais: o instrumento e resultado de um desenvolvimento de tipo capitalista de Estado e subimperialista. Nessa perspectiva, a ditadura constitui, de um lado, o suporte da acumulação de capital baseada na superexploração (...) e, de outro, a expressão da hegemonia conquistada, devido a crise, pelos monopólios industriais e pelo capital financeiro nacional e internacional. (MARINI, 1974, p. 255).

Foram três os mecanismos, apresentados por Marini, que buscaram contrarrestar a crise de realização que assolava a economia brasileira: o mercado externo, o Estado e a redistribuição de renda regressiva. Para Marini, eram soluções, articuladas pelo governo militar, para resolver a crise, que, por seu turno, diferenciavam completamente das propostas do governo Goulart:

(...) o novo regime propõe uma solução diferente para a crise, baseada em dois elementos: em primeiro lugar a exportação de manufatura, tanto de bens duráveis como não duráveis (...); em segundo lugar, o aumento da capacidade de compra do Estado, através de uma política ativa de desenvolvimento da infraestrutura de

transporte, eletrificação e reequipamento das forças armadas, tudo isso ocasionando uma expansão no mercado de bens de capital. (...) Na perspectiva do esquema subimperialista, o que surge é o terceiro pilar no qual se apóia: “a sociedade de consumo” à moda da cada, criada via transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e ricas da sociedade, com a finalidade de garantir mercado para uma indústria com alta composição técnica, que se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo das grandes massas. (MARINI, 1974, p. 257, 258 e 262).

Esses componentes, denominados por Marini como *esquema de realização do subimperialismo*, serviriam como válvulas de escape, que permitiriam a restauração da unidade entre produção e circulação, sem que isso implicasse na eliminação da forma como se reproduzia o ciclo de capital na economia dependente. Vejamos a seguir, resumidamente, como Marini identificou o impacto destes três componentes na restauração desta unidade do ciclo de acumulação brasileiro.

O consumo à moda da casa: suntuário

Esse componente do esquema de realização subimperialista só foi identificado no ciclo expansivo do “milagre econômico” (entre 1968 e 1973), quando se observou uma ampliação do consumo entre as classes ricas e médias. Marini atento as transformações, mas também comprometido com as análises acerca do subimperialismo, pôde perceber que a expansão era resultado de uma redistribuição de renda regressiva em favor destas classes e em detrimento dos trabalhadores, que sofreram uma redução ainda maior de sua força de trabalho:

El primero de ellos (que, cronológicamente, es el último, ya que sólo se configuró plenamente a partir de 1968, mientras que los demás ya se habían hecho visibles en el curso de la crisis de 1962-67) es el consumo suntuario. Ello se explica en la medida en que los sectores dinámicos de la economía brasileña, en el periodo, son aquellos que producen bienes mixtos: automóviles, aparatos electrodomésticos, etcétera, lo que hizo indispensable dinamizar el mercado interno. La superexplotación del trabajo en que se basa el modelo de reproducción, y que lleva a que, desde 1965, el salario real obrero se haya reducido a aproximadamente la mitad, no es obstáculo para ello. Más bien permite una redistribución regresiva del ingreso, no sólo en favor de la clase capitalista, **sino también de las capas medias, conformando un mercado limitado pero dinámico para la producción de bienes mixtos y otros productos suntuarios**. Esa acentuación de la brecha entre la esfera alta y la esfera baja de la circulación nacional implica, desde luego, que se agrava el divorcio entre el desarrollo del aparato productivo y las necesidades de consumo de las masas, rasgo inherente al capitalismo dependiente (MARINI, 1977a, p. 81, grifos nosso).

Se, a elevação das condições de superexploração da força de trabalho promovia uma restrição do mercado interno, gerando problemas de realização, a redistribuição de renda em favor das camadas altas e baixas surgiria como um componente para contrarrestar essa tendência, deste modo, não parecia ser coincidência, para o autor, que:

(...) entre 1960 e 1970, os 5% mais ricos da população aumentaram sua participação na renda total de 27,3% para 36,8%, enquanto os 80% mais pobres perdiam sua participação, que passou de 45,5% para 36,8%, mantendo-se relativamente

estagnada a participação do grupo intermediário – 15% da população – com aproximadamente 27% da participação da renda. (MARINI, 1974, p. 36).

O que Marini verificava neste período, portanto, era que a economia subimperialista brasileira, ao transferir parte da renda dos trabalhadores às classes mais altas, conseguia dinamizar os setores voltados aos bens suntuários, resolvendo, em parte, o problema da realização interna, sem que isso implicasse na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pelo contrário, resultava em sua drástica piora.

A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorciava o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas. (...) não podendo estender aos trabalhadores a criação da demanda para os bens supérfluos, e se orientando apenas para a compressão salarial, o que os exclui de fato esse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só teve que contar com um imenso exército de reserva, como também se obrigou a restringir aos capitalistas e camadas médias altas a realização das mercadorias supérfluas. Isso colocará a partir de certo momento (...) a necessidade de expansão para o exterior (...) (MARINI, 1973a, p. 178 e 179)

Ainda que a redistribuição regressiva da renda permitisse uma dinamização do mercado interno, ela não poderia ser a única estratégia do governo subimperialista para resolver os problemas de realização, característicos das economias dependentes, posto que, como argumentava Marini, a redistribuição já, em meados de 70, apresentava sinais de esgotamento, exigindo políticas e intervenções estatais que favorecessem a saída destas mercadorias em busca de valorização no mercado mundial.

O Mercado Externo

A exportação de manufaturas representou para a economia subimperialista o mesmo que a exportação de capital representava para a economia imperialista, isto é, a manifestação da *entrada na fase monopolista e do capital financeiro*. O que já inicialmente demonstra uma distinção essencial entre o imperialismo e o subimperialismo, posto que o poder adquirido pela exportação do capital, isto é, poder ditar o ritmo e intensidade das esferas produtivas de outros países é infinitamente maior do que aquele obtido com a exportação de manufaturas.

Embora seja preciso ter em mente, primeiramente, o que defendeu Luce, que a ascensão de um subcentro de acumulação à condição subimperialista possibilita, dentre diversos atributos, que as trocas comerciais com os demais países periféricos resultem em uma “especialização desigual em termos de valor agregado favorável ao subcentro político e econômico” (LUCE, 2011, p. 91). Além disso, a exportação de manufaturas aos países latino-americanos representou para a economia subimperialista brasileira um alto poder de intervenção nas políticas internas destes países.

Sendo insuficiente apenas a redistribuição regressiva de renda como contratendência aos problemas de realização, para Marini, a exportação de manufatura deixaria de ser uma alternativa complementar as reformas propostas pelos governos de Jânio Quadros e Goulart para tornar-se a alternativa do esquema subimperialista às reformas estruturais necessárias para expandir o mercado interno¹⁰¹.

Tratava-se, também, de a ampliação das exportações manufatureiras serem a única opção que garantiria, ao mesmo tempo, a manutenção da complementaridade entre as classes dominantes internamente e destas com o capital imperialista e a preservação e intensificação da superexploração da força de trabalho:

A expansão imperialista da burguesia brasileira tem que se basear em uma maior exploração das massas trabalhadoras nacionais, seja porque necessita de uma produção competitiva para o mercado externo – o que implica salários baixos e mão de obra disponível, isto é, um elevado índice de desemprego-, seja porque se dá junto a um aumento da penetração dos capitais estadunidenses, o que exige a extração de um sobrelucro da classe operária. (MARINI, 1974, p.131).

Para o autor, na contramão das economias centrais, na quais a exportação de capital conseguiu transferir a outros países as contradições entre capital e trabalho, na economia subimperialista elas se acentuavam, uma vez que a participação e controle do capital financeiro na esfera produtiva brasileira exigiam o retorno aos países centrais de significativas remessas de lucro, juros e dividendos.

O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (MARINI, 1974, p. 157).

Concordamos com Luce, entretanto, quando o mesmo ressalta que, ainda que haja uma validade geral nos argumentos acima, em circunstâncias particulares a economia subimperialista pode sim converter a espoliação no exterior como uma forma de conter o

¹⁰¹ A exportação de produtos manufaturas não consiste em uma nova tendência “ A política exterior de Jânio Quadros e João Goulart também buscava garantir uma reserva externa de mercado para uma expansão comercial brasileira (...) a diferença esta no fato de que, então, O Brasil adotava uma posição de *free lancer* no mercado mundial, confiando em que as limitações que freavam o crescimento do mercado interno brasileiro não tardariam a desaparecer, através das reformas estruturais internas. (...) A partir de Castelo Branco, pelo contrário, a burguesia trata de compensar sua impossibilidade de ampliar o mercado interno com a incorporação extensiva de mercados já formados (...) A expansão comercial deixa de ser, assim, uma solução provisória e complementar à política reformista e converte-se na própria alternativa às reformas estruturais.” (MARINI, 1974, p. 129 e 130)

ímpeto da luta de classes interna. O autor nos fornece como exemplo o incentivo da ditadura militar aos agricultores e pequenos proprietários brasileiro para que estes adquirissem lotes de terras nas fronteiras com o Paraguai e Bolívia, o que se explicava pelos interesses geopolíticos e também porque aliviava internamente as tensões nas zonas rurais, áreas extremamente concentradas do país (2011, p. 100).

A expansão para além das fronteiras foi a forma que encontrou a economia brasileira como um todo, não apenas as indústrias de bens supérfluos, de contrarrestar as limitações do mercado interno. Abrindo as possibilidades de circulação para além do consumo interno, a economia subimperialista conseguiria prosseguir com o aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que ampliaria seu poder de influência sobre outros países periféricos, de modo a tornar “a expansão imperialista do Brasil na América Latina (...) uma extensão indireta do imperialismo estadunidense”:

Seria possível que a expansão das exportações brasileiras totais – que entre 1964 e 1973, passaram de 1,5 bilhões de dólares para mais de 6 bilhões, sendo que a exportação de manufaturas, que não somava em valor nem mesmo 100 milhões de dólares (por volta de 7% do total), chegou a 1.8 bilhões de dólares (quase 30%) - tenha se dado sem uma agressividade crescente, no exterior por parte do capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil? Acaso não chama atenção o fato de que entre 1968 e 1970, as exportações de manufaturas para a América do Sul tenham crescido de 182 milhões de dólares para 284 milhões, havendo ainda casos – como o do Paraguai – nos quais a cifra inicial se duplica? E não seria significativo que as exportações globais para a África, naqueles três anos, tenham passado de 39 milhões de dólares para 60 milhões e que, em países como Moçambique (por pequenos que sejam os dados absolutos), as cifras sejam, respectivamente de 92 mil e 968 mil dólares? (MARINI, 1974, p. 34)

Neste caso encontramos outra similaridade do subimperialismo ao imperialismo: a exportação, ainda que de manufaturas, não fora apenas resultado dos problemas de realização interno, mas tratou-se também da tendência expansionista do capital, quando o mesmo amplia sua capacidade produtiva. Além disso, como veremos no item sobre a política de cooperação antagônica, a expansão, dentro dos marcos do capitalismo, seja de um país imperialista ou de um subimperialista, se estabelece de maneira intervencionista, na busca por dominar o maior número de países possível.

O último elemento para contrarrestar a crise de realização foi o Estado, este foi fundamental no processo de expansão ao mercado exterior, como veremos a seguir.

O Estado como promotor da realização

O movimento de internacionalização dos sistemas produtivos globais promoveu, como já apresentamos no capítulo destinado ao imperialismo, como contratendência um fortalecimento dos Estados Nacionais, que não apenas organizaram a estrutura interna para

favorecer a constituição dos monopólios do capital financeiro, como intervieram em toda a estrutura global para proteger e privilegiar estes conglomerados.

Do ponto de vista das análises do subimperialismo, Marini observou, também neste caso, a relevância que o Estado possuía na dinâmica de reprodução do capital dependente. E mais, percebeu que nos países dependentes, muito mais do que nos desenvolvidos, o Estado adquiriu um significativo grau de autonomia relativa¹⁰² frente às classes dominantes locais e as estrangeiras (que neles se internalizam), por dois motivos fundamentais:

Primeiro porque a estrutura pré-capitalista, peculiar as economias periféricas, congregaram inúmeras classes sociais, com modos de produção distintos, ainda que subordinados a lógica de produção capitalista, que disputaram politicamente com a burguesia industrial, fortalecendo com isso o papel do Estado como intermediador destas frações;

Por segundo, porque a internalização do capital estrangeiro na esfera produtiva interna, com destaque a sua intensidade em meados de 60, propiciou uma associação do grande capital nacional ao estrangeiro, tornando-se o primeiro sócio menor do último. O que não significou, para o autor, uma eliminação das divergências de interesses entre as duas frações, pelo contrário, a conjuração de interesses foi estabelecida por meio de uma cooperação antagônica¹⁰³, na qual a burguesia estrangeira pressionava o Estado para garantir condições de infraestrutura, financeiras, jurídicas e institucionais, que permitissem o favorecimento de seu capital na valorização interna, enquanto que a burguesia nativa, consciente de sua subordinação, apoiou-se no Estado com o intuito de galgar melhores condições dentro da subordinação.

Nesta qualidade de intermediador destas burguesias, o Estado militar reforçou ainda mais sua autonomia relativa, uma vez que conseguiu, dada a diversificação das classes sociais dominante, estabelecer uma acumulação de capital que também contemplasse seus interesses,

¹⁰² “La autonomía relativa del Estado está en razón inversa de la capacidad de la burguesía para llevar a cabo su dominación de clase; en otros términos, un Estado capitalista fuerte es siempre la contrapartida de una burguesía débil” (MARINI, 1977b, p. 76).

¹⁰³ Concordamos com a interpretação de Luce quando expõe que a cooperação antagônica proposta neste caso por Marini corresponde às categorias de aglomeração e internacionalização/nacionalização e refere-se, por sua vez, a um nível distinto de análise daquela desenvolvida, pelo mesmo autor, quando expõe a política externa do país subimperialista. Nesse sentido Luce (2011, p. 90) aponta que “A idéia da aglomeração e da dialética internacionalização-nacionalização (internalização) vincula-se ao nível de abstração que trata da reprodução do capital, pois lida com a natureza dos agentes envolvidos no processo de controle da produção e circulação do valor (capital estrangeiro ou capital nacional, privado ou estatal). Já a cooperação antagônica refere-se ao terreno da análise da política exterior, que reflete na inserção internacional do país desdobramentos de como o capital se reproduz, porém vai além deste âmbito, incluindo temas ideológicos, temas políticos relacionados ao bloco que exerce o poder, entre outros.”

primeiro com relação à melhor competitividade internacional das empresas sediadas no país e, por conseguinte, de seu anseio por projetar-se regionalmente (MARINI, 1977a, p. 77).

Essa questão em torno da autonomia relativa do Estado subimperialista frente sua burguesia interna (incluímos aqui também a estrangeira) precisa ser compreendida, sobretudo, nos termos da origem da burguesia. Nos países centrais a internalização do capital estrangeiro, mesmo que fosse expressiva (o que não é o caso na maioria deles), não consiste na desnacionalização da produção interna, de modo que as disputas entre as classes dominantes estão minimamente permeadas por um elemento comum, sua origem de procedência, ou seja, o interesse de valorização individual pode e, muitas vezes, deve passar também pelo interesse de valorização coletiva das principais burguesias em disputas, ainda que sempre favorecendo a burguesia dominante daquele período histórico. Como vimos no item três do primeiro capítulo, a consolidação da oligarquia financeira significou, politicamente, a solidariedade entre esta e as demais burguesias dominantes e, por parte do Estado, significou a alteração de sua estratégia política e ideológica, para atender a esta nova burguesia que despontava como superior, ainda que em solidariedade com as demais.

No Estado subimperialista, a conformação das classes é distinta, isso porque se encontra entre as principais classes dominantes uma classe estrangeira, que não apenas se internaliza e passa a compor a luta de classes interna, como é a que define e articula toda a esfera produtiva interna e, também, retira montantes de mais-valia do país enviando-o para o exterior. Essa burguesia estrangeira, mesmo internalizada, não tem seus vínculos de origem com aquele país, a transferência de valor impacta, em grande medida, na dificuldade de conciliar os interesses das principais burguesias em disputa, além de representar um capital que vem de fora e tem seus interesses arraigados a melhoria e desenvolvimento de seu Estado, que será, em última instância, seu defensor na economia mundial. Do ponto de vista do Estado subimperialista, isso lhe proporciona um maior poder de manobra frente às principais classes dominantes em disputa, pois sua solidariedade é muito mais frágil. Seus interesses comuns são, em muito, atrelados a divergências ainda mais gritantes, o que possibilita ao Estado barganhar por melhores condições de sua burguesia industrial interna ou de seu latifúndio, por exemplo, o que revela também sua maior autonomia, sem que isso signifique a reversão do papel determinante da burguesia estrangeira na produção.

É por isso que Marini atentou-se ao fato de que a internalização do capital estrangeiro na esfera produtiva e financeira nacional não significou uma submissão irrestrita do Estado dependente, pelo contrário, o Estado foi chamado à *regular e arbitrar a vida econômica*

(MARINI, 1977a, p.27), criando meios de concentrar e centralizar as forças do capital privado (nacional e estrangeiro), que internamente se constitui, bem como gerando condições para a promoção e ampliação dos seus lucros. Tratou-se, para o autor, do movimento de aglomeração entre capital e Estado nacional, ao qual aludia Bukharin (1916), porém, com uma diferença importantíssima: os trustes capitalistas nacionais, que se formaram na economia subimperialista, integravam não apenas o Estado Nacional e o capital nativo, mas também o capital estrangeiro:

El Estado ejerce parte de su influencia actuando sobre el capital privado. Tienen papel destacado, bajo este aspecto, las encomiendas públicas y las subvenciones directas o indirectas acordadas a las empresas privadas, con lo que orienta el desarrollo de éstas. (...) el Estado ejerce una influencia considerable sobre el curso de la acumulación capitalista en Brasil, su papel pasa a ser decisivo si consideramos la acumulación como tal, es decir, la inversión. (MARINI, 1977b, p. 82).

Por isso, o Estado militar, para Marini, teve um poder significativo na formação da esfera produtiva interna, organizando sua estrutura e gerando condições de valorização tanto ao capital estrangeiro, que aqui se instalava, como ao capital privado interno. Ademais, os dois componentes, expostos anteriormente, para contrarrestar os problemas de realização – consumo suntuário e mercado externo – não seriam efetivados se não fora, também, a participação ativa do estado brasileiro como promotor de demanda, por meio de investimentos, associação ao capital privado, disponibilização de crédito, políticas econômicas de importação e exportação, subsídios etc.

Para termos uma idéia do peso das contas públicas na promoção de demanda brasileira, Marini apresentou os dados, disponibilizados por Baer et.al, acerca da proporção dos gastos públicos em relação ao PIB: em 1950 estes representavam 20% do valor do PIB (excluindo os gastos vinculados as empresas governamentais) enquanto que em 1969 o percentual atingia 34% do PIB e em 1976 atingia os 50% (se contabilizado os gastos das empresas governamentais federais) (MARINI, 1977b, p. 82).

As empresas estatais, por sua vez, tiveram destaque por atuar nos setores que exigiam um montante de capital inicial elevado e não fornecia um retorno lucrativo em curto/médio prazo, setores estes que foram cruciais para estabelecer no país uma estrutura básica que daria as condições de valorização do capital privado nacional e internacional:

En 1971, entre las 5 mayores firmas de Brasil, en términos de activos, 17 pertenecían al gobierno y acaparaban el 82% de los activos del grupo, así como el 31% de las ventas. El Estado tenía en sus manos, respecto al valor de los activos de la rama, el 72% en la industria siderúrgica, el 60% en la minería de hierro, el 81% en la explotación, refino y distribución de petróleo; tenía, además, el *cuasi* monopolio del transporte ferroviario y de las comunicaciones, y controlaba cerca del 70% del transporte marítimo. (MARINI, 1978, p. 30 e 31).

Além disso, o Estado atuou muitas vezes em associação com o capital privado, assumindo os riscos da produção e abrindo mão dos lucros iniciais, sem contar com sua forte política creditícia, detendo o maior banco comercial do país, e suas políticas de subvenções diretas e indiretas. Todas essas práticas, em conjunto, tiveram impacto no modo como a produção foi sendo articulada e desenvolvida internamente, engendrando processos de concentração e centralização dos setores produtivos, em favor das empresas modernas, atreladas ao capital estrangeiro e ao grande capital interno, e, portanto, em detrimento das empresas tradicionais, vinculadas às pequenas e médias empresas.

Cabe destacar o incentivo estatal às indústrias bélicas e militares, uma vez que além de ser, juntamente com os anteriores, uma forma de gastos públicos para contrarrestar os problemas de estreiteza do mercado interno, consistiam também em uma forma de diversificação da esfera industrial intermediária e, sob outro ponto de vista, uma forma de o governo militar fortalecer seu poder regional. Sobre os gastos do governo direcionados a estas indústrias, Marini afirmou:

Isto se explica uma vez que tal indústria era condição *sine qua non* para levar a cabo a expansão exterior pretendida e que, por outro lado, tal expansão constituía a resposta mais eficaz, do ponto de vista da grande indústria, para a estreiteza de mercados com a qual a economia se debatia internamente. Chega-se assim a criar uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da elite militar, que encontraria uma expressão ainda mais evidente nos vínculos estabelecidos no nível da produção bélica. (MARINI, 1974, p. 124).

Com relação a esta simbiose, bem como a importância desde setor como promotor de demanda, Marini apontou para a construção, em 1965, do chamado Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) que seria composto pelas principais indústrias do país (as de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais), sob os cuidados exclusivos de integrantes das forças armadas. Em 1966 o presidente deste grupo, *o industrial paulista* Vitorio Ferraz, falou sobre a produção de armamentos bélicos por indústrias brasileiras para auxiliar os EUA na guerra do Vietnã: “colaborando com o extermínio do Vietcongue, [o Brasil] aproveitaria a capacidade ociosa de suas fábricas e daria lugar à criação de 180 mil novos empregos. Simultaneamente, combateremos o comunismo e nossos problemas de desemprego” (MARINI, 1974, p. 126)

Outro fator que demonstraria, para Marini, esse movimento foi o anseio da elite militar em promover o desenvolvimento de um aparato nuclear no país, que se configuraria na constituição do setor mais dinâmico do processo industrial e, por isso, o único que permitiria a continuidade do projeto de industrialização brasileira

En primer lugar, por el aumento de gastos del Estado en inversiones que crean una demanda importante para la producción de la gran industria, es decir, con la

implantación de plantas nucleoelectricas. De la misma manera que a partir e 19551 después de la creación de la Petrobrás, se instalaron refinerías de petróleo y plantas petroquímicas, el ingreso del país a una nueva etapa de la utilización de energía nuclear puede impulsar considerablemente el desarrollo de la industria pesada. (MARINI; DE BRODY, 1967, p. 15).

A preocupação de Marini acerca dos gastos militares consistia em, primeiramente, apontar a relevância que adquiria este setor no regime militar. Juntamente com os investimentos, subsídios, créditos e políticas de exportação e importação, estes gastos tratavam-se de um gasto do governo que garantia a dinamização do mercado interno, sem que isso impactasse em uma diminuição ou eliminação da superexploração da força de trabalho.

Além disso, Marini atentou-se para o fato de que além de ser mais um dos elementos de dinamização do mercado interno, os gastos militares refletiram uma simbiose entre elite militar e burguesia dominante (associação entre grande burguesia industrial nativa e estrangeira), pois a aliança garantia privilégios à grande burguesia (só possíveis quando o cliente é o Estado) e, ao mesmo tempo, concretizava, ainda que não por completo, o anseio da elite militar de projetar-se internacionalmente. Vejamos como essa projeção ocorreu.

4.3 A política externa de cooperação antagônica

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive, premissas de um poderio militar próprio. (MARINI, 1974, p. 127).

Finalmente, chegamos à última característica da economia subimperialista, que se refere à prática de uma política externa baseada na cooperação antagônica com o imperialismo. Essa prática foi consequência do aumento da produtividade interna, dada a exportação de capital engendrada pelo capital financeiro internacional, que possibilitou e incentivou a expansão para além das fronteiras desta economia. Além disso, os problemas de realização interna, a necessidade de emissões cada vez maiores ao exterior, para remunerar o capital financeiro internalizado, e o desenvolvimento de um poderio militar próprio impulsionaram, ainda mais, a tendência expansionista gerada pelo aumento da produtividade.

Para Marini, esta dinâmica referiu-se, ainda que de modo dependente, a mesma tendência expansionista e intervencionista realizada pelos países centrais com as práticas de exportação de capital e busca pela partilha do mundo, resultante da constituição de monopólios e do capital financeiro. Significava, em última instância, a constituição de uma

política nacional de projeção internacional, que garantisse a entrada do país “na etapa de exportação de capital, assim como na espoliação de matérias primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás” (MARINI, 1977a, p. 25).

Foi exatamente essa forma de política externa, denominada por Marini, de expansão relativamente autônoma, o que possibilitou somente ao Brasil, em meados de 60, despontar como economia subimperialista, mesmo havendo, no mesmo período, outros subcentros econômicos na América Latina.

O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. Estabelecido nesses termos, parece-nos que, independentemente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender a uma categoria subimperialista, apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza. (MARINI, 1977a, p. 22).

Embora as manifestações do imperialismo aparecessem, de alguma forma, na formação econômica e social subimperialista brasileira (a saber, a tendência a expansão via exportação de capital e manufaturas, o controle de fontes de energia e matérias prima, ou, ainda, a busca para participar na partilha do mundo), o modo como elas se expressaram foi distinto da forma como apareceram nas formações econômicas e sociais imperialistas, isso por que referiram-se a período histórico e a formações econômicas e sociais diferentes – o imperialismo vinculado à transformações nos países centrais e o subimperialismo à modificações nos países periféricos.

No que diz respeito às diferenças históricas, podemos pontuar uma questão polêmica que aludi à relação contraditória entre a integração, cada vez mais intensa, da economia mundial e as tendências ao conflito. Muito desta polêmica é resultado das afirmações de Lênin – incorporadas por Bukharin – sobre a inevitabilidade dos conflitos bélicos entre as potências do imperialismo em oposição ao *ultraimperialismo*, defendido por Kautsky:

sob o capitalismo não se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias, etc., além da força de quem participa na divisão, a força econômica geral, financeira, militar, etc. E a força dos que participam na divisão não se modifica de forma idêntica, visto que sob o capitalismo é impossível o desenvolvimento igual das diferentes empresas, trusts, ramos industriais e países. (...) **As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando urna sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma mesma base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais.** (LÊNIN, 1917, p.118 e 119, grifos nosso).

Isso não significa, a nosso entender, em nenhum momento, que Lênin priorize o conflito em detrimento da integração monopolista que se estabelece com a constituição do capital financeiro, trata-se de uma análise conjuntural e - tão mais importante - política, a qual, como defende o próprio Marini, Lênin teve razão, pois, duas décadas depois de seus escritos, eclodiu a segunda guerra mundial, e após ela, instaurou-se uma guerra-fria, que se propagou até finais de 80.

Hilferding foi, dentre os autores marxistas do imperialismo, quem apresentou melhor a imbricação entre o processo intenso de monopolização, que engendra uma integração entre os sistemas produtivos mundiais, e o acirramento - tão quanto intenso - da competição entre os monopólios e os países centrais. Para o autor, qual dos elementos - solidariedade ou violência - irá prevalecer depende do caso concreto de cada período histórico e, sobretudo, “das perspectivas de lucro abertas pela luta.” (HILFERDING, 1910, p. 311 e 312).

Nesse sentido, o que importa nas contribuições destes autores (para o período histórico que Marini analisa e para os nossos dias) não é se a guerra é inevitável ou não, mas sim a complementaridade contraditória que se estabelece entre monopolização e acirramento da concorrência, que eleva as tendências à intervenção estatal, como forma de proteção dos trustes capitalistas nacionais¹⁰⁴.

A questão, então, que se apresentou à Marini, não consistia em negar a afirmação de Lênin sobre a eminência à guerra, mas sim refletir no modo como a luta pelo território econômico foi travada após a II Guerra Mundial, isto é, após a nova configuração da divisão internacional do trabalho e, com isso, a emergência de subcentros econômicos, como se estabeleceu a partilha pelo território mundial? Outra questão central foi qual o lugar do poderio militar em um mundo, no qual, o desenvolvimento da indústria nuclear expandiu-se a tal nível, entre alguns países do globo, que possibilita a destruição do mundo inteiro, inúmeras vezes por cada um destes países?

E a estas questões foi fiel nosso autor, que buscou demonstrar as limitações à hostilidade violenta entre os países, dado o grau elevado que adquiriu a integração do sistema produtivo mundial, bem como, a ameaça comunista que no momento se instaurara. Marini

¹⁰⁴ Retomando as considerações de Lênin, já exposta na página 57 desta dissertação, “para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são “puramente” econômicas ou extra-econômicas (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo. Substituir o conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) significa descer ao papel de sofista.” (LÊNIN, 1917, p. 75).

compreendeu que a necessidade do conflito armado não parecia mais estar presente na ordem do dia, então, preferiu recorrer à categoria cooperação antagônica, proposta pelo marxista alemão Augustin Thalheimer, pois, ela conseguia abranger o modo contraditório em que se assentavam as relações entre as economias imperialistas, naquele período:

Este é um quadro peculiar. Nele, os Estados Unidos são, de fato, militar, econômica e, em última instância, politicamente, os líderes, mas não decidem sozinhos. Ocorre um tipo de interpenetração dos interesses e territórios de dominação imperialistas de ambas as partes. É, igualmente, cooperação e concorrência, predominando a cooperação. Seria possível utilizar para isso a expressão da psicologia denominada “cooperação antagônica”. Cooperação principalmente contra a supressão do domínio colonial e da exploração e contra o setor socialista; concorrência na partilha da exploração dos territórios coloniais. Ambas, essa cooperação e essa concorrência, adquirem formas peculiares. (THALHEIMER, 1946, p. 7).

A nosso entender, cabe ressaltar, sobretudo em nossa atualidade, que por mais que Marini tenha acertado ao resgatar a categoria cooperação antagônica para compreender o período histórico do pós-guerra mundial, isso não significa que as tendências ao conflito, defendidas por Lênin, tenham se extinguido enquanto possibilidade histórica e devam, por isso, serem descartadas. Como bem defendeu Quartim de Moraes, quando se referia a possibilidade do ultraimperialismo de Kautsky no século XXI:

Não podemos deixar de considerar que o período da trégua entre as grandes potências – meio século! – tem sido suficientemente duradouro para que os capitalistas logrem êxito em convencer as demais frações da sociedade de que o arranjo que favorece os setores belicistas pós onze de setembro é meramente conjuntural. Assim, não deve causar espanto, que a tese segundo a qual o capitalismo pode promover a paz entre as potências encontre hoje muitos pontos de apoio e se legitime socialmente. No entanto, como é bastante conhecido pelas diplomacias, os pactos valem enquanto as bases nas quais foram constituídos permanecerem estáveis. Quando há um descompasso muito acentuado entre os desenvolvimentos dos países que entraram em acordo, ou quando uma nova potência que não estava representada por ele ascende de maneira incontestável, o concerto entra novamente em xeque, exigindo “reformas” que só podem ser executadas com o recurso à violência. (2003, p. 366).

De modo que a importância da proposta Lêninista esta em demonstrar o caráter cada vez mais intervencionista dos países mais fortes sobre os países mais fracos e o modo conflituoso que, em momentos de crise política e/ou econômica, essa intervenção se expressa.

Retomando a questão sobre a apropriação de Marini da categoria cooperação antagônica, o autor buscou resignificá-la em dois novos sentidos: o primeiro consistia em refletir a relação contraditória que se estabelecia entre o centro imperialista - os Estados Unidos - e a economia que despontava como subimperialista – o Brasil; o segundo, em um nível de abstração menor, referia-se às disputas políticas internas entre burguesia dominante local e o capital estrangeiro na economia brasileira, o qual já foi desenvolvido no item anterior.

Do ponto de vista das relações entre o centro imperialista e o país subimperialista, a categoria cooperação antagônica servia para explicar a política externa executada pelo Brasil para angariar melhores condições de reprodução ao capital sediado ali, isso dada a incapacidade deste país em elevar-se ao patamar de nação desenvolvida. Além disso, almejava-se uma estabilização latino-americana liderada pelo Brasil e em colaboração com as pretensões estadunidenses, a saber, tratava-se de transferir, a esta relação, as seguintes considerações de Thalheimer sobre a relação entre Inglaterra e EUA: “subordinação da Inglaterra capitalista aos Estados Unidos, **uma subordinação no interior de uma parceria:** o bloco anglo-saxônico ou Bloco Atlântico.” (TALHEIMEIR, 1946, p. 7).

Como vimos, o Brasil redefiniu seu modelo de industrialização em 1960, por meio da transferência de maquinário e equipamentos do centro e de capital estrangeiro disponibilizado, sob a forma de IED e IEI, o que possibilitou ao país, concomitantemente, atender aos mercados estadunidenses mais sofisticados – de bens intermediários e de capital – e criar uma vantagem frente aos demais países latino-americanos, que em sua maioria vinham se especializando em produtos de valor agregado inferior.

Esse movimento é o que explica o rearranjo político contraditório entre a economia brasileira e o imperialismo estadunidense: sua capacidade de expandir-se para além de suas fronteiras bem como sua disputa para angariar partes na *partilha do mundo*, dominar recursos naturais e matérias primas dos países vizinhos e até despontar como exportador de capital (em associação entre Estado e grupos financeiros internacionais) só foi possível porque esteve nos marcos das relações de cooperação antagônica, na qual o país precisava não apenas garantir os interesses do capital imperialista e privilegiá-los com a expansão, como não poderia estabelecer uma projeção internacional que ferisse ou questionasse os interesses do imperialismo. Nesse sentido, Marini é enfático ao indagar:

(...) a política expansionista brasileira na América Latina e na África, além da busca por mercados, não corresponderia à tentativa de assegurar o controle de fontes de matérias-primas – como o ferro e o gás da Bolívia, o petróleo do Equador e das colônias portuguesas na África, o potencial hidrelétrico do Paraguai -, dificultado assim o acesso a essas fontes por parte do concorrentes, como a Argentina? A ofensiva brasileira sobre esses países e a ameaça que pesa sobre a Venezuela e Argentina, bem como sobre a África, não corresponderiam ao propósito de obter, *dentro da atual partilha do mundo*, determinadas zonas de influência e inclusive impor a hegemonia do Brasil no Atlântico Sul? A exportação de capitais brasileiros – principalmente através do Estado (como revela a Petrobrás nativa, convertida em *Brasilian Petroleum*, tentando entrar no cartel internacional do petróleo, ou então o aumento constante dos empréstimos públicos ao exterior), mas também associados a grupos financeiros estrangeiros – buscando explorar as riquezas do Paraguai, da Bolívia, e das colônias portuguesas da África, (...) não seriam um caso particular de exportação de capital, dentro do marco das possibilidades de um país dependente como o Brasil? (MARINI, 1974, p. 34 e 35).

As exportações de manufaturas de tipo industrial também colocaram em evidência a diversificação da esfera produtiva brasileira: em 1963 as exportações de manufaturas eram de 37 milhões de dólares, em 64 o valor já atinge quase U\$ 70 milhões, chegando em 70 a 473 milhões de dólares, “estimulados por subsídios governamentais, que permitiam exportar a um preço FOB 50% inferior ao preço de venda do mercado interno” (MARINI, 1974, p. 259). A isso agregamos a importância das empresas estrangeiras nas exportações brasileiras, as quais participaram em 1969 com 43% das exportações de manufaturas, com destaque, para o setor de maquinaria e veículos, onde as multinacionais participaram de 75% de suas exportações (FAJNZYLBER *apud* MARINI, 1974, p. 17)

A citação acima e os dados apresentados nos demonstram importantes elementos para refletir a peculiaridade do avanço da economia subimperialista brasileira bem como as projeções deste avanço para o futuro. Primeiramente, é necessário frisar a característica destas exportações, são manufaturados industriais, as quais a grande maioria está controlada pelo capital estrangeiro, ou seja, pelo capital financeiro imperialista e, por isso, tem como elemento intrínseco a transferência de parte significativa dos lucros aos centros hegemônicos.

Além disso, outro ponto interessante, presente na citação acima, refere-se à tendência, que parecia ainda incipiente ao autor, de a economia subimperialista exportar capital aos países fronteiriços (e outros periféricos). Essa característica é essencialmente importante para refletir o papel na atualidade da economia brasileira, momento em que as exportações de capital ganham destaque e, por isso, aproximam ainda mais o expansionismo subimperialista ao expansionismo intervencionista dos países centrais.

O controle de fontes de energia e matéria-prima de países periféricos e a exportação de produtos manufaturados de maior valor agregado possibilitaram ao Brasil, em finais de 60, estabelecer com os países periféricos mais débeis, sobretudo os de seu entorno regional, uma relação desigual: na qual os capitalistas brasileiros conseguiam compensar a transferência de valor aos países centrais, extraindo parte do valor dos outros países latino-americanos. Ademais, essa prática possibilitou ao Brasil, segundo Marini, constituir uma hegemonia regional¹⁰⁵ e com isso despontar como uma economia subimperialista, com práticas governamentais subimperialistas, tal qual fora o elemento político do subimperialismo.

¹⁰⁵ Luce (2011, p.147) expõe que “no texto de Marini, não há uma explicitação da acepção com que ele empregava a categoria de hegemonia. A hegemonia em Marini serviu para caracterizar a relação entre o regime subimperialista do Brasil e as demais ditaduras militares instaladas no Cone Sul, em países que se tornaram esfera de influência imediata do capitalismo brasileiro: Bolívia, Paraguai e Uruguai.”

Os interesses do capital imperialista não são de forma alguma afrontados nesse percurso brasileiro à hegemonia regional, pelo contrário, as exportações de manufaturas serviram para contrarrestar à tendência a queda dos lucros, visto a estreiteza do mercado interno. Isso explica a participação ativa das empresas multinacionais nas exportações de manufaturados brasileiros e também “(...) porque estão se formando consórcios financeiros de capital nacional e estrangeiro para atuar na América Latina e África” (MARINI, 1974, p. 36). Tratava-se, como já propôs Thalheimer, de uma subordinação no interior de uma parceria.

Luce argumenta que a interação entre EUA e Brasil, entre 1960 e 70, também pôde ser identificada no curso que tomou a integração latino-americana, através da constituição da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), formaram-se zonas preferenciais tarifárias, que impactaram, e muito, na transferência de unidades fabris para o Brasil, sob o jugo da nova divisão internacional do trabalho (LUCE, 2011, p. 141):

Segundo depoimento de um dirigente de companhia multinacional, “a criação da ALALC permitiu à empresa integrar suas produções nos diferentes países para avantajá-la dos benefícios das economias de escala que derivam da especialização” (*Apud* IANNI, 1972, p. 262). Um exemplo de corporação do ramo automobilístico que seguiu essa trilha foi a Chrysler do Brasil. Com fábricas no Peru, Venezuela, Colômbia e Argentina, além da unidade brasileira, J.A. Torres, diretor de exportação da Chrysler, afirmava em 1975 que “temos mais plantas montadoras que qualquer outro [competidor] na América Latina”. Naquele mesmo ano, cerca de 75% das exportações da companhia no Brasil eram destinados a suas demais unidades nos países vizinhos sul-americanos. (LUCE, 2011, p. 142)

Essa integração imperialista da América Latina, iniciada com o golpe militar brasileiro, não pode ser compreendida a não ser nos marcos da cooperação antagônica: cooperação cada vez maior entre as burguesias latino-americanas e destas com os EUA e antagonismo entre as burguesias mais fortes do continente – a brasileira e a argentina. Esta última, segundo Marini, desde o seu golpe militar em 1966, opôs-se veemente às aspirações subimperialistas brasileiras, propondo um projeto próprio de domínio do Cone Sul (MARINI, 1974, p.167):

Dentre os muitos pontos de discórdia que existem atualmente entre ambos os países, encontram-se o aproveitamento das águas do rio Paraná e as disputas acerca da influência exercida sobre a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. Ambos os países desencadearam ainda uma corrida armamentista que traz consigo compras massivas de armamentos no exterior e o desenvolvimento acelerado de suas respectivas indústrias bélicas. (*ibid.* p. 130, nota 28).

A preocupação com a constituição de um complexo industrial-militar brasileiro representou também, juntamente com a necessidade de resolver os problemas de realização, o anseio do governo militar em acentuar as disparidades entre o país e seu principal opositor no continente, a Argentina:

Esta política llevada a cabo por el régimen militar de Castelo Branco tenía amplias repercusiones en América Latina. La más evidente era su pretención de convertir al Brasil en el asiento de la industria pesada e América del Sur, sobre la base de la asociación de capitales nacionales y extranjeros, y constituirlo en el proveedor de los bienes intermedios y equipos pesados necesarios a los países vecinos. Ello suponía un nuevo esquema de división de trabajo entre las naciones suramericanas, que afectaba, en primer término, a Argentina, segunda nación industrial del cono sur. (MARINI; DE BRODY, 1967, p. 8).

Luce destaca que foi devido o desenvolvimento do aparato industrial, com destaque à indústria vinculada a armamentos, e com uma política externa relativamente autônoma que o país despontou, em finais de 60, como hegemonia latino-americana, estando entre os 10 maiores produtores de automóveis do globo e tornando-se o segundo maior exportador de armamentos do terceiro mundo. E, portanto, foi assim que desbancou seu principal oponente no cone sul: em 1970 o PIB industrial brasileiro já era superior em 40% o da Argentina, atingindo, em 1975, uma distância de 47% (LUCÉ, 2011, p. 144).

O auxílio do capital imperialista neste processo não significou, por seu turno, uma associação irrestrita e incontestável às decisões de Washington, pelo contrário, como notou Marini, tratou-se da organização de uma política externa (que se estabeleceu sob os marcos da doutrina desenvolvida pela Escola Superior de Guerra) denominada *barganha leal*, na qual o país reconhecia a superioridade estadunidense e sua influência na esfera geográfica latino-americana, da qual o Brasil fazia parte, e em contrapartida os EUA assentiria “o quase monopólio da dominação[brasileira] naquela área ” (MARINI, 1974, p. 119):

Nisso se distingue a política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão-imperialista, assumindo nela posição de país-chave (MARINI, 1974, p. 127).

A cooperação antagônica, deste ponto de vista, referiu-se ao modo como a burguesia brasileira e a elite militar aceitaram, em última instância, seus papéis de sócios menores dentro da integração imperialista do capitalismo, ao mesmo tempo em que buscaram, dentro desta subordinação, conseguir melhor preços, acordos menos desiguais, suas próprias zonas de intervenção etc. As vantagens e desvantagens dessa cooperação antagônica só poderiam ser deduzidas a partir da especificidade de cada conjuntura histórica. Se, por um lado, a obtenção de recursos estratégicos, a diversificação das alianças internacionais e a projeção regional favoreciam o país subimperialista nas negociações com o imperialismo, as limitações aos seus anseios se mostraram evidentes, quando este ultrapassava o limite esperado pelos Estados Unidos :

Dois exemplos – a questão nuclear e a do café solúvel – deixaram em evidência as dificuldades a serem superadas no plano externo para que se implementasse a

política subimperialista. Sobre o primeiro exemplo, a posição do regime militar brasileiro - independentemente dos matizes entre os governos de Castelo Branco e o de Costa e Silva - foi atrair uma cooperação mais estreita com os Estados Unidos, com o propósito de aumentar o peso de seu poderio militar, mas procurando também dotar a indústria nacional de uma superioridade efetiva em relação aos países medianamente desenvolvidos (além de criar maiores perspectivas para a absorção da produção da indústria pesada). O estímulo à produção de café solúvel, por sua vez, mostrou que o governo também tratava de promover a dinamização da indústria leve, mas sem recorrer à ampliação do mercado interno. Nos dois casos, os esforços brasileiros foram obstaculizados pelos Estados Unidos, que expressaram assim os limites dentro dos quais estavam dispostos a aceitar a política subimperialista (MARINI, 1974, p. 166 e 167).

Em outra passagem, Marini acentuou, mais claramente, essa relação entre cooperação e antagonismo, quando expõe a integração produtiva vinculada ao capital estrangeiro e as limitações desta integração, quando ela suplanta os termos esperados pelos EUA:

O capital estrangeiro tornou-se mais presente que nunca na grande indústria e na exploração de matérias-primas básicas – como, por exemplo, o minério de ferro – e a política de eletrificação contou com a participação considerável das grandes agências financeiras internacionais. A partir de 1964, o Brasil passa a ocupar de longe o primeiro lugar na América Latina nos programas de investimento público e privado auspiciados pela Aliança para o Progresso. Contudo, o capital estrangeiro se recusou a promover o desenvolvimento de setores reservados aos países avançados – como a aeronáutica – e o governo estadunidense obstaculizou as pretensões brasileiras a ter acesso ao domínio da tecnologia nuclear. (MARINI, 1974, p. 258).

O governo militar brasileiro, entretanto, não aceitou sem conflito essas decisões e buscou diversificar suas parcerias na indústria militar, o que explica “a compra de aviões Mirage da França e a negativa brasileira em assinar o acordo de desnuclearização em Genebra” (*id., ibid.*, p.259). Foi certo que esses percalços não impediram a integração ao capital imperialista. A intensificação da associação entre os capitais locais e estrangeiros, o crescimento extraordinário da dívida externa brasileira e o controle do capital estrangeiro nos setores de alta tecnologia demonstraram claramente que os momentos de antagonismos estiveram vinculados a outros tantos momentos de cooperação (*ibid.*, p.167).

Ademais, a economia subimperialista brasileira exerceu uma força política e ideológica fortíssima no período em que as ditaduras militares se alastravam pelos países latino-americanos. Em consonância com os Estados Unidos e em oposição ao comunismo soviético e cubano, o Brasil participou, durante a guerra fria, do *esquema de segurança continental*:

Desde 1965 começou a pressão do Brasil sobre o Uruguai considerado (...) um ponto prioritário no esquema continental de segurança – também a Guiana tem esta distinção -; em 1971, quando os movimentos populares alcançaram seu ápice, o Brasil desatou uma grande ofensiva, que, além de afetar radicalmente a situação uruguaia, favoreceu a queda dos governos de Juan José Torres na Bolívia e de Salvador Allende no Chile (...) A influência do subimperialismo brasileiro não ocorre automaticamente, mas se encontra articulada com o controle dos Estados Unidos, mesmo que ostente certo grau de autonomia e iniciativa em relação a este

país. Isso foi claramente perceptível quando, em 1971, enquanto os Estados Unidos se inclinaram a uma política mais moderada em relação ao governo Torres, o Brasil propugnava – e conseguiu impor – uma política mais dura. (MARINI, 1974, p.42 e 43).

Defendemos, portanto, que a economia brasileira, em sua expressão subimperialista, permitiu, em última instância, a descentralização do poder imperialista na região latino-americana. Em outras palavras, a emergência desta economia como subcentro econômico subimperialista permitiu deslocar e aliviar os conflitos entre o imperialismo estadunidense e os demais países latino-americanos. Posição extremamente importante para a manutenção da hegemonia imperialista, posto que a economia brasileira, entre as décadas de 60 e 70, não se opôs (e muito menos concorreu) com os EUA, antes disso, imprimiu em sua política regional a manutenção (e até mesmo o fortalecimento) da hegemonia imperialista, ao tomar para si a resolução dos conflitos regionais e a propagação da ideologia dominante. Esse papel assumido pela economia brasileira exigiu como contrapartida da economia estadunidense certa autonomia e controle do país em seu entorno regional.

Sob a ótica da economia subimperialista brasileira, os ganhos foram: a consolidação desta economia como subcentro econômico de acumulação; a capacidade, adquirida dado o avanço das forças produtivas, de contrarrestar a queda dos lucros pela estreiteza do mercado; a entrada, ainda que subordinada, na partilha do mundo pelo controle de zonas abundantes em matérias primas e energia; e, por fim, a liderança regional na América Latina. A isso se referia Marini quando defendia que o subimperialismo consistia na entrada do país dependente à fase dos monopólios e do capital financeiro.

Seus custos, por sua vez, se fizeram cada vez mais presentes e intensificados. A desnacionalização da esfera produtiva, com a internalização do capital financeiro internacional, marcou o fim da busca por autonomia e controle da esfera produtiva, o que significa dizer: a incapacidade definitiva do país de superar suas características dependentes e ascender ao patamar de país desenvolvido. Além disso, o controle de sua esfera produtiva pelo capital estrangeiro exigiu transferências de valor cada vez mais acentuadas aos capitalistas do imperialismo, o que impôs uma agudização gritante daquele que é o fundamento das economias dependentes, ou seja, da superexploração da força de trabalho. A isso, por seu lado, refere-se o “sub” presente nas aspirações imperialistas brasileiras, sua entrada na fase superior do capitalismo não seria de forma alguma sua libertação das amarras da dependência, pelo contrário, representou a acentuação das características que lhes é tão intrínseca: a superexploração da força de trabalho e, conseqüentemente, a cisão entre produção e circulação e entre esfera alta e baixa do consumo.

Do ponto de vista político, a emergência das ditaduras militares latino-americanas escancarou as contradições e a luta entre a burguesia dominante (local, vinculada à estrangeira) e as massas revolucionárias, que lutavam pelo fim da exploração. Dessa maneira, a colaboração destas burguesias entre si, e dos Estados militares que as representavam, fazia-se primordial para conter a ascensão das massas revolucionárias. O avanço do subimperialismo brasileiro não representou ganhos aos oprimidos internamente, mas, ao contrário, significou a agudização de sua superexploração e, ao mesmo tempo, a exportação desta à outros proletários latino-americanos. Convencido disso, Marini afirma:

Tanto no Chile como na Bolívia, a intervenção brasileira e estadunidense teve que passar pela conjuntura interna e, portanto, era às massas chilenas, aos seus partidos e ao governo da Unidade Popular que cabia pronunciar a última palavra sobre a decisão do processo iniciado em 1970. Como quer que seja, a derrota dos povos do Chile, da Bolívia e do Uruguai tem custado o sofrimento na própria carne dos métodos de exploração e opressão aplicados no Brasil. A supressão de todas as conquistas sociais e políticas, as matanças, a tortura, a diminuição dos salários e a extração forçosa de mais valia a que estão submetidos os trabalhadores chilenos são suficientes para demonstrar a gravidade da ameaça que representa para os povos da América Latina a existência de um sistema como o subimperialismo brasileiro, que exporta necessariamente a superexploração e o terror. (MARINI, 1974, p. 34)

E foi essencialmente isso que Marini comprometeu-se em denunciar durante seus trabalhos sobre o subimperialismo, certamente essa intenção tenha sido sua mais íntima aproximação aos autores marxistas do imperialismo, com destaque à Lênin, a saber: a preocupação de desvelar o modo como as contradições entre capital e trabalho se apresentam no capitalismo dependente e, ao mesmo tempo, demonstrar que “o capitalismo internacional, que a burguesia subimperialista [juntamente com a imperialista] pretende imprimir a sua exploração identifica a luta de classes do proletariado brasileiro à guerra antiimperialista travada no continente [e no mundo]” (MARINI, 1974, p.161).

CONCLUSÃO

Chegamos, por fim, às últimas considerações desta dissertação, nas quais buscaremos não apenas mostrar a importância das categorias desenvolvidas por Marini para compreender a complexidade da economia mundial no pós-guerra, bem como os impactos que sofreu a economia brasileira neste período. Iremos, também, traçar algumas reflexões e intuições sobre a atualidade brasileira a partir das contribuições que a categoria subimperialismo possa trazer.

Uma importante contribuição de Marini esteve presente, primeiramente, no fato de que sua interpretação sobre o pós-guerra demonstrava a insuficiência de leituras que compreendiam as relações internacionais a partir da dualidade centro/periferia, ainda mais em um momento em que subcentros de acumulação emergiam, complexificando e alterando o hierarquização destas relações. Entretanto, temos de convir que autores como Guder Frank, Theotônio dos Santos, Samir Amin, José Silva Michelena entre outros também vinham apontando para uma constatação nesse sentido.

A notoriedade do autor esteve, contudo, exatamente em sua preocupação de propor a compreensão desta “nova formação” econômica e social (que se apresentava concretamente) como resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo, em sua expressão imperialista (tal qual defendiam os autores marxistas do imperialismo). Isso fazia de sua interpretação significativamente relevante para a análise marxista da formação econômica e social dependente, posto que delimitava historicamente a emergência dos subcentros econômicos e a possibilidade de despontarem como centros subimperialistas. Dito de outra maneira, ainda que fosse possível em outros momentos da história observar economias periféricas destacando-se nas relações internacionais, elas não se referiam a esta “nova formação” de país apresentada por Marini, pois o subimperialismo vinculava-se à expansão dos monopólios e do capital financeiro internacional. Deste modo, a economia subimperialista somente poderia ser compreendida (e combatida pelas classes dominadas) se fosse estritamente atrelada às transformações da fase imperialista do capitalismo, da qual era expressão.

Do ponto de vista do desenvolvimento histórico brasileiro, única formação economia e social latino-americana a despontar como subimperialista. para o autor, essa compreensão resultava no fato de que a emergência do país como subcentro econômico de acumulação, sua capacidade de contrarrestar, na ditadura militar, os problemas de estrangulamento interno e

seu poder de projetar-se internacionalmente como líder regional, possibilitava defender a entrada brasileira à fase dos monopólios e do capital financeiro.

Se isso resultou (e ainda resulta) em críticas ao autor em torno de uma suposta supervalorização da economia brasileira, tratam-se certamente de uma leitura de suas principais obras das quais discordamos. Longe de ser uma interpretação otimista do caso brasileiro, a nosso entender, a proposta de Marini com a categoria subimperialismo foi frisar que a monopolização da esfera produtiva brasileira e a constituição de certo grau de desenvolvimento do capital financeiro internamente não se apresentavam da mesma forma como eram verificados nos países centrais. Exatamente porque não se tratava do mesmo período histórico ao analisado pelos autores marxistas do imperialismo e muito menos das mesmas formações econômicas e sociais.

Os elementos característicos aos países centrais (monopólios e capital financeiro) foram incorporados de maneira peculiar à formação econômica e social subimperialista brasileira, visto que o modo dependente como a acumulação de capital aqui se estabelecia impactava e reconfigurava a forma como estes elementos se desenvolveriam internamente. Nesse sentido, os condicionantes estruturais, tão caros ao país dependente, apresentavam-se como características centrais para a compreensão do subimperialismo. A transferência de valor aos países centrais, a superexploração da força de trabalho como forma de compensação desta transferência, o estrangulamento interno e a cisão entre esfera alta e baixa do consumo eram determinantes para definir o modo como se reproduziria o capital estrangeiro internalizado.

É ainda mais interessante o modo como Marini apresenta o entrelaçamento contraditório entre características dos países centrais e dos países periféricos nas economias subimperialistas. Em nossa opinião, o autor conseguiu compreender o processo pelo qual passava a economia brasileira em meados de 60 não com o entusiasmo ilusório do “milagre econômico brasileiro” (ou do “Brasil potência”), mas, sim, constatando que o acentuado crescimento do PIB e da indústria brasileira estava relacionado à agudização da superexploração da força de trabalho do país e ao estrangulamento drástico do mercado interno.

Dessa forma, não se tratava de privilegiar as características do imperialismo ou da dependência, mas de entender o modo como elas coexistem na economia subimperialista brasileira, gerando uma formação econômica social que se mantém completamente dependente, mas que por sua dinâmica interna e pelas condições externas consegue tornar-se, em um período histórico específico, subimperialista, mas jamais imperialista!

Sob a ótica das relações internacionais, acreditamos que Marini trouxe uma contribuição ainda mais apurada – e contraditória: a possibilidade de compreender a hierarquização da economia mundial, ou seja, a proliferação de outros pólos de poder entre os países centrais e os subcentros (que não apenas a economia imperialista estadunidense) ao mesmo tempo em que se mantinha a manutenção e fortalecimento dos EUA enquanto hegemonia. Tratava-se, segundo nosso ponto de vista, de entender a economia subimperialista enquanto portadora de uma cooperação antagônica com o imperialismo, que se, por um lado, permitia um desenvolvimento industrial significativo no país e um controle de suas zonas fronteiriças, por outro lado, aliviava e deslocava os conflitos entre o imperialismo e os demais países latino-americanos. Ademais, representava a aceitação do governo militar brasileiro como parceiro subordinado dos EUA e, portanto, defensor e irradiador de sua política e ideologia.

Acreditamos que as contribuições de Marini tanto com relação às alterações da divisão internacional do trabalho como com relação ao modo contraditório com que características antes particulares aos países centrais se apresentam em economias periféricas problematizam, em meados das décadas de 1960-70, argumentos que privilegiavam uma possibilidade de o Brasil ascender ao grupo de países centrais.

Além disso, a nosso entender, a leitura de Marini foi extremamente importante no sentido de apontar à esquerda brasileira e à classe dominada as limitações estratégicas de uma junção entre burguesia nacional e proletariado na luta contra o “inimigo externo”, uma vez que, na fase imperialista do capitalismo, o capital financeiro internacional se internalizava, participando da esfera produtiva brasileira em associação com a grande burguesia interna.

Gostaríamos também de tecer considerações em torno da importância de Marini para a atualidade brasileira, suas análises nos parecem ser ainda mais essenciais neste momento em que retorna com força o discurso em torno da possibilidade de o país desenvolver suas forças produtivas e adentrar no seletivo grupo de países desenvolvidos. Tendo atingido uma composição orgânica média do capital, as políticas para o desenvolvimento centrar-se-iam na internacionalização das sociedades anônimas, sediadas no país, e na liderança regional, como expusemos sucintamente na introdução desta dissertação.

A obra de Marini nos disponibiliza importantes caminhos para identificarmos as limitações da atual expansão brasileira e para problematizarmos o discurso de líderes do governo petista de que estamos nos dirigindo para um outro patamar do desenvolvimento (como se o desenvolvimento pudesse ser compreendido por uma série de etapas a serem cumpridas pelos países periféricos). O primeiro deles sem dúvida é a necessidade de partimos

da compreensão de subdesenvolvimento como resultado de relações desiguais entre países capitalistas, de modo que a estrutura dependente é consequência da necessidade de transferência de valor aos países centrais. Estes últimos, por sua vez, só conseguiram industrializar-se devido à entrada subordinada dos países periféricos (desde colônias) na economia mundial.

Defendeu Marini que a internalização do capital estrangeiro na esfera produtiva brasileira acentuou sua dependência, uma vez que este capital passava a controlar e ditar o ciclo do capital nesta economia. Seguindo estas considerações, é preciso observar qual o papel do capital estrangeiro nas sociedades anônimas que ganham destaque (enquanto grandes conglomerados líderes dos seus setores internamente e competitivas no mercado internacional) no governo petista?

Como vimos nas contribuições dos autores marxistas do imperialismo, as sociedades anônimas não apenas alteram o tamanho e poder de diversificação dos investimentos da esfera produtiva, como representam uma imbricação cada vez mais intensa entre a esfera produtiva e financeira, de modo a possibilitar ao detentor do capital uma mobilidade e flexibilização de seus investimentos (tanto valorizado na esfera produtiva como comercializado nas bolsas de valores). Isso nos parece indicar que embora estes conglomerados industriais sejam considerados, por alguns intelectuais da atualidade e pelos líderes do governo, como pertencentes à burguesia interna (com vínculos nacionais), detentora de parte majoritária das ações destas sociedades anônimas, uma outra parte destas ações (pouco discutida, diga-se de passagem) compõe-se de capital estrangeiro. Além disso, as partes majoritárias, por sua vez, podem ser facilmente transferidas ao capital estrangeiro quando for oportuno à burguesia interna, como já foi o caso da EMBRAER¹⁰⁶. Isso nos parece importante para refletirmos quais os limites e fragilidades do projeto de desenvolvimento nacional do governo atual, sustentado pela expansão destas multinacionais “brasileiras”.

Do ponto de vista das relações internacionais, a análise de Marini em torno de uma cooperação antagônica entre imperialismo estadunidense e o governo brasileiro parece nos fornecer elementos para entender a política externa no governo petista. Defendemos isso, ao identificar as propostas do governo petista para uma integração latino-americana que, conquanto se oponham a proposta estadunidense (ALCA), seguem com propostas liberalizantes que, no final, perpetuam as relações de dependência entre centro e periferia. Além disso, a participação ativa do governo brasileiro na integração de infra-estrutura latino-

¹⁰⁶ Ver Livia (2013).

americana (IIRSA) e as tentativas de solucionar pacificamente os conflitos na América do Sul podem ser refletidas também nos marcos da cooperação antagonica, uma vez que fortalecem a perspectiva de liderança regional brasileira e, ao mesmo tempo, alivia possíveis conflitos da hegemonia norte-americana com os países sul-americanos.

Outro fato que consideramos ser relevante, quando refletido em termos da cooperação antagonica, é o fato de o financiamento e apoio estatal serem direcionados às sociedades anônimas massivamente presentes em setores de baixo-valor agregado, por serem consideradas com maior chance de competir internacionalmente. Se, por um lado, isso pode indicar uma fragilidade e limitações do país em desenvolver e controlar as partes da esfera produtiva com maior valor agregado, por outro lado, esse processo possibilita uma relação de desigualdade entre o Brasil e os demais países sul-americanos, posto que estas multinacionais inserem-se em suas frágeis esferas produtivas, controlando e ditando a acumulação nestes países.

Esse é um dos pontos que necessita ser enfatizado na atualidade, pois consiste na força que a exportação de capital vem adquirindo enquanto forma de intervenção política e econômica do governo petista em seu entorno regional e também em outros continentes periféricos, como o africano. O poder de controle que adquire o capital aqui sediado ao determinar o modo como a produção de capital ocorre nos países em que ele exporta capital é muito maior, como já nos aprofundamos ao longo desta dissertação, do que quando se trata apenas das exportações de mercadorias. Se partirmos da categoria subimperialismo enquanto a entrada do Brasil na fase dos monopólios e do capital financeiro, certamente temos aqui um aprofundamento das manifestações deste processo com a exportação de capital.

Marini, portanto, parece trazer problematizações importantes para analisarmos a atual política do governo petista, denominada “neodesenvolvimentista”. À nosso entender, ela retoma novamente, só que sob novas roupagens, o apelo à possibilidade de desenvolvimento do país, agora vinculado muito mais a projeção (intervenção) internacional (mas também ao desenvolvimento produtivo futuro), o que tem levado, em grande medida, a interpretações apologéticas, como defenderia Marini, de que o financiamento aos grandes conglomerados nacionais é melhor (ou menos pior) para a classe oprimida brasileira. Tais interpretações só parecem fazer sentido quando não observado as manifestações da nova fase a que adentrou o capitalismo brasileiro desde meados de 60, momento em que houve uma associação intensa entre burguesia estrangeira e grande burguesia interna.

Nesse sentido, um último ponto a ser destacado nesta conclusão refere-se a argumentos que defendem o fim da superexploração da força de trabalho dado o acesso das camadas baixas ao consumo de bens duráveis (chamadas na atualidade de “nova classe média”). As contribuições de Marini em torno da superexploração enquanto fundamento das economias dependentes nos indicam o contrário, por dois motivos principais. Primeiro, a entrada de bens duráveis na cesta de consumo das camadas mais baixas da sociedade não deveria significar, por si só, uma redução de sua superexploração. Como expusemos nesta dissertação, a categoria diz respeito a práticas que prolongam e/ou intensificam a superexploração da força de trabalho, ou ainda uma remuneração do trabalhador abaixo de seu valor real, de modo que é preciso identificar, como tem feito Luce (2013), se estes componentes permanecem na atualidade, ainda que sob novas formas, e não apenas se o proletariado adentrou ao consumo de bens que lhe eram anteriormente restringidos.

Segundo, o acesso destes bens pela classe proletária está vinculado na atualidade a políticas governamentais que favorecem a obtenção de crédito e a políticas de assistência sociais, ambas, ainda que sejam importantes, transformam os direitos do trabalhador em concessões realizadas pelo governo, facilmente retirados em momentos que, porventura, os lucros dos capitalistas estejam em risco.

Desse modo não podemos, e isso aprendi com a leitura das obras de Marini e também da dos autores marxistas do imperialismo, retroceder na luta para a emancipação. Propor (ainda que momentaneamente) um entrelaçamento entre classe oprimida e suposta burguesia nacional trata-se primeiramente de uma compreensão imprecisa da fase imperialista, com suas expressões mais agudas em nossos dias, bem como de um erro estratégico na luta da classe oprimida brasileira e latino-americana para a emancipação.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Laura Beraldo. *Dependência e subimperialismo: Um resgate das categorias de Ruy Mauro Marini*. 2012. Dissertação (mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, 2012.
- AMARAL, Marisa Silva. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- _____. Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência. In: *Anais do 5º Colóquio Marx e Engels*. Campinas, 2007.
- _____. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. 2012. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, p.87-102.
- ATTUCH, L. OS eleitos do BNDES: Quais os critérios de financiamento do maior banco de fomento do mundo. Você concorda com eles?. **Isto É Dinheiro**, 11 nov. 2009. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/96_OS+ELEITOS+DO+BNDES>. Acesso em: 18.fev.2014.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012 [1972], 224p.
- _____. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México, [1978]. Disponível em <http://www.lahaine.org/amauta/b2-img/vaniadependencia_02.pdf>. Acesso em 07.jun.2013.
- BERRINGER, Tatiana; BUGIATO, Caio Martins. Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro. *Em Debate*. Santa Catarina, n.7, 2012.
- BOITO JR., Armando. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Trabalho apresentado no 9º Fórum Econômico da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, setembro, 2012, 17-18. Disponível em <<http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em 18. fev. 2012.
- BOTTOMORE, Tom, Introdução. In: HILFERDING, Rudolf *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- BUKHARIN, Nikolai I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. Uma interpretação sobre os centros medianos de acumulação subimperialistas. In *36ª Encontro Anual da Anpocs*. Águas de Lindóia, out. 2012.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. In *III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica*. Brasília, set.2010.
- CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. *Imperialismo, Dependencia y Relaciones Económicas Internacionales*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1975 [1971], 164p.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009, 167-187.
- _____.(Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: FILHO, Niemeyer Almeida (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013, 71-97.
- _____. O atual resgate da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.11 n.1, p.191-205, jan.-abr. 2013.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. e NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, v. 20 nº 1, p. 264-304. Porto Alegre, junho 1999
- CARDOSO, Fernando Henrique, SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. 1978. Disponível em <
http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/as_desventuras_da_dialetica.pdf
> Acessado em: 10/02/2014.
- CORRÊA, Hugo F. O *status* da categoria imperialismo na Teoria Marxista: notas preliminares a partir do debate clássico. In *Anais do Seminário Marx e Marxismo 2011: teoria e prática*, 28. nov. a 01.dez., Niterói: NIEP/UFF
- CURADO Pedro Rocha Fleury. O Brasil na América do Sul: sub-imperialismo ou liderança regional benigna?In *Anais do VI Colóquio de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (SEPLA)*, Montevideo, 29 de setembro a 01 de outubro de 2010.
- DOS SANTOS, Theotônio. The structure of dependence. In *American Economic Review*, p.231-23. New York:1970.
- _____. *Dependencia y Cambio Global*. Chile: Centro de Estudios Socio-Económico, 1972.

- _____. *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. 1998. Disponível em <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&srcid=0B0eSnYD-sJTwr0dXSXZZb2trYjQ>>. Acesso em 07.jun.2013.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FRANCO, Thiago Fernandes. *Imperialismo capitalista em três atos: investigações sobre o capitalismo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.
- HILFERDING, Rudolf *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBSON, John Atkinson. *Imperialism, a study*. Ann Arbor: Univ. of Michigan, 1987.
- KAUTSKY, Karl. *Imperialism and the War*. (1914a). disponível em <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>>. Acesso em 07. Jun. 2013.
- _____. *Ultra-Imperialism*. (1914b). disponível em <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>>, acesso em 07. Jun. 2011.
- LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2010. 128p.
- LUCE, Mathias Seibel *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Rio Grande do Sul, 2011.
- _____. *Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?* Trab. Educ. Saúde. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, abril 2013.
- _____. *El subimperialismo brasileño en Bolivia y América Latina. Boletín n. 83 del Servicio de Noticias Ambientales (SENA) del Fobomade*. Disponível em: <<http://rcci.net/globalizacion/2010/fg1107.htm>>. Acesso em: 10. Fev. 2014.
- _____. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula*. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UFRGS, Rio Grande do Sul, 2008.
- LUKÁCS, György. *Lênin um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro(org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973a], p137-180.
- _____. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973b], p.181-194.
- _____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012 [1974]. 304p.
- _____. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. *Revista Outubro*, n.20, jul, 2012. [1977a].
- _____. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, n. 13. México: Ediciones Era, jul.set. 1977b, p. 76-84.
- _____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). In: *Revista Mexicana de Sociología*. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1978. Disponível em: <http://www.mariniescritos.unam.mx/007_neodesarrollismo_es.html>. Acessado em: 10/01/2014.
- _____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012 [1979], p. 21-35.
- _____. Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile. *Cuadernos de Cidamo*. México, n.7, 1982.
- _____. Memória: por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1990],p. 57-134.
- _____. Dos momentos en la integración latinoamericana. 1993. Disponível em: < http://www.marini-escritos.unam.mx/021_integracion_es.htm > Acesso em: 10/02/2014.
- MARINI, Ruy Mauro; PELLICER DE BRODY, Olga. Militarismo y desnuclearización en América Latina. *Centro de Estudios internacionales*. México, jul.set. 1967. Disponível em < <http://aleph.academica.mx/jspui/bitstream/56789/22944/1/08-029-1967-0001.pdf>>. Acessado em: 11/02/2014.
- MARTINS, Carlos Eduardo. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência In: SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009, 189- 216.
- _____. Superexploração do Trabalho e Acumulação de Capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 121-138, dez., 1999.

- _____. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. *Crítica Marxista*, n.32, p.127-146, mar. 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro1 vol2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 [1885]. 929p.
- _____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859]. 288 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845].
- MORAES, João Quartim de. A teoria Lêninista do imperialismo e a miragem globalista. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003. p.361-374.
- MORAES, Lívia de Cássia Godoi. *Pulverização de capital e intensificação do trabalho: O caso da EMBRAER*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Campinas, Campinas, 2013.
- OSORIO, Jaime. Dependência e Superexploração. In: SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009, 167- 187.
- _____. Padrão de Reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 37-86.
- PRADO, Fernando. História de um não debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. Texto apresentado no II curso sobre Conjuntura – “Marxismo latino-americano, imperialismo e a conjuntura político-econômica de nosso continente”. Escola Nacional Florestan Fernandes. 4.nov. 2010.
- PINTO, Nelson Prado Alves. A institucionalidade financeira. *Crítica Marxista*, n. 28, p. 51-79, mai. 2009. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo165Artigo4.pdf>. Acesso em 07.jun.2013.
- _____. O capitalismo financeiro. *Crítica Marxista*, n.5, São Paulo: Xamã, 1997, p. 9-26.
- SABADINI, Maurício de Souza. Globalização e capitalismo financeiro: notas preliminares a partir da obra *O capital financeiro* de Rudolf Hilferding. Disponível em: <http://www.secep.com.br/arquivos/Globalizacao_e_capitalismo_contemporaneo-notas_preliminares_a_partir_da_obra_O_Capital_Financeiro_de_Rudolf_Hilferding.pdf>. Acesso em 07.jun.2013.
- SANTOS, F. O empurrão do governo. **Valor Econômico**, 12 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/3083662/o-empurrao-do-governo#ixzz2QXmwhaHD>> Acesso em: 26 abr.2013.

- SENHORAS, Elói e VITTE, Claudete. A Agenda do Desenvolvimento sob Questionamento: Liderança, Hegemonia ou Sub-Imperialismo Brasileiro na Geografia da Integração Regional da América do Sul?. In: XI Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2007, Bogotá. Anales Del XI Encuentro de Geógrafos de América Latina. Bogotá: UNAL, 2007.
- SOTELO VALENCIA, Adrian. Dependencia y sistema mundial: ¿convergencia o divergencia? contribución al debate sobre la teoría marxista de la dependencia en el siglo XXI. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, nº 17, p. 72-91, dez.2005.
- _____. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotônio (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo & SOTELO VALENCIA, Adrian (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo, 2009, 11-134.
- SOUZA, Angelita Matos. Capitalismo monopolista no Brasil e subimperialismo. In IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós- Graduação em História Econômica. São Paulo, out. 2012.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaios sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 [1972].
- THALHEIMER, August. Linhas e conceitos básicos da política internacional após a II Guerra Mundial, 1946. Disponível em <<http://theotoniiodossantos.blogspot.com.br/2012/03/linhas-e-conceitos-basicos-da-politica.html>>.
- TRASPADINI, Roberta. *A perspectiva (inter)dependentista de Fernando Henrique Cardoso: uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro*. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1998.